

JOÃO MARIA DE LIMA

**SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO
ATUAL DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES USADAS NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR (2000 – 2008).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Carlos Martins Júnior**

DOURADOS - 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

355.13 L732s	<p>Lima, João Maria de. Serviço Militar Obrigatório no Brasil : uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar / João Maria de Lima.–Dourados, MS : UFGD, 2010. 124p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Júnior Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Exército – Recrutamento – Identidade patriótica – Construção. I. Título.</p>
-----------------	--

JOÃO MARIA DE LIMA

**SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO
ATUAL DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES USADAS NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MILITAR (2000 – 2008).**

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Carlos Martins Júnior (Dr., UFMS) _____

2º Examinador:

Examinador: Marcos Antonio de Menezes (Dr., UFGO) _____

3º Examinador:

Maria do Carmo Brazil (Dra., UFGD) _____

Aos meus pais, Valdivino e Maria, que desde cedo me incentivaram pela busca do conhecimento.

(IN MEMORIAM)

A minha esposa, Vânia e minhas filhas, Lívia e Laura, inseparáveis companheiras de lutas e inspirações.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de registrar minha gratidão para com aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Foi fundamental o incentivo, apoio e compreensão da minha esposa, Vânia, e das minhas filhas, Lívia e Laura, que conseguiram superar as minhas ausências. Foi muito bom tê-las ao meu lado nessa jornada.

Ao professor doutor Jérri Roberto Marin, por ter me aberto os primeiros horizontes nessa busca. Seus pontos de vistas foram marcantes na elaboração do anteprojeto que resultou no presente trabalho, influenciando minha própria forma de entender a História.

Agradeço às colaborações dos professores doutores Cláudio Alves de Vasconcelos e João Carlos de Souza pelo cotejamento que pude tirar de suas saudosas aulas.

Facilitou muito os rumos da investigação as colocações oportunas, experientes e práticas dos professores doutores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Maria do Carmo Brazil durante meu exame de qualificação. Sem essa *trilha*, com certeza o caminho a seguir teria sido bem mais difícil. A eles o meu apreço.

Ao meu orientador, professor doutor Carlos Martins Júnior, pela sua paciência, compreensão e pelo precioso auxílio prestado no balizamento deste trabalho. Suas considerações estão matizadas nas entrelinhas desta dissertação. Ele foi e será, antes de orientador, um grande amigo. Um cúmplice na construção do conhecimento.

Meu eterno reconhecimento àqueles que dedicaram parte do seu tempo e trechos de suas histórias de vida ao conceder entrevistas fundamentais para elucidar a problemática aqui apresentada. Ao Sousa, Santos, Pereira, Silva e Ferreira, o meu muito obrigado.

À forma gentil como fui recebido pelo senhor Douglas, chefe do grupo de Segurança da Sebival em Dourados/MS, bem como a todos os funcionários daquela empresa que se dispuseram, voluntariamente, a participar da pesquisa de campo por mim realizada.

É emocionante lembrar a dedicação que me prestou o delegado da 1ª Delegacia do Serviço Militar, tenente Ronaldo, colocando a minha disposição o arquivo daquele estabelecimento, e ainda, fornecendo dados que foram importantes nas minhas análises.

Ao sargento Celso, da Seção do Serviço Militar Regional em Campo Grande/MS, por não medir esforços em facilitar meu acesso aos relatórios de seleção elaborados por aquela repartição do Serviço Militar.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indireta tiveram suas participações nesta empreitada. Sem vocês nada disso teria sido feito. Muito obrigado.

Memória é vida. Seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas, e por isso a memória está sempre em permanente evolução. Ela está sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação. Às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente. A história é a sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe. A memória sempre pertence a nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente: a história é uma representação do passado. (PIERRE NORA apud HOBSBAWM, 1988, p. 13).

RESUMO

O presente trabalho é resultado da tentativa de construir uma visão sobre o Serviço Militar Obrigatório no Brasil. Enfoca o papel do Exército, entendido como Instituição Total, cuja tarefa é promover, através do recrutamento de soldados, além da defesa da pátria, a construção de sentimentos patrióticos, cívicos e o disciplinamento da sociedade. Mostra, também, as resistências, astúcias e convenções, elaboradas pelos recrutas para enfrentar poderes aos quais são submetidos. Neste confronto de poderes, tais sujeitos traduzem as intenções da Instituição e reelabora-nas conforme seus interesses, reinventando seu cotidiano, suas vidas. A pesquisa busca, ainda, colaborar com a expansão de temas voltados para a História Militar Brasileira, incluindo nas suas análises, atores sociais que por muito tempo foram esquecidos em nome de uma historiografia elitista e excludente. Tendo o estudo de caso como técnica de trabalho, seleciona a prática do Serviço Militar na cidade de Dourados/MS entre 2000 e 2008 como amostra do objeto para análise. Trata, pois, de um tema atual e conhecido pela academia como História do Tempo Presente. Metodologicamente opera com dados qualitativos e quantitativos. O suporte documental das fontes que alimentam a investigação é bastante diversificado, englobando material bibliográfico, informações apanhadas em meios eletrônicos, além do substancial apoio das fontes orais, organizadas a partir de entrevistas com sujeitos que viveram a experiência da vida na caserna, como recrutas do Exército Brasileiro. Finaliza tecendo considerações sobre o equívoco de pensar que o Serviço Militar é responsável pela construção de identidades patriótica, cívica e disciplinar dos jovens, sendo antes um meio de sobrevivência do que um exemplo de amor à pátria.

Palavras-chave: Estado-Nação. Recrutamento. Exército.

ABSTRACT

This work is the result of trying to construct a vision of the Compulsory Military Service in Brazil. It focuses on the role of the Army, understood as a total institution, whose task is to promote, through the recruitment of soldiers, as well as homeland defense, the construction of patriotic, civic society and the discipline. It also shows the resistance, cunning and conventions, developed by the recruits to confront powers with which they are subjected. In this confrontation of powers, these individuals reflect the intentions of the institution and rework them according to their interests, reinventing their daily lives, their lives. The present research also collaborates with the expansion of issues facing the Brazilian military history, including in their analysis and social actors who have long been forgotten in the name of a elitist and exclusionary historiography. Taking the case study as a tool, it selects the practice of Military Service in the city of Dourados/MS between 2000 and 2008 as a sample of the object for analysis. It covers, therefore, a current issue which is known by the Academy as the History of the Present Time. It operates methodologically with qualitative and quantitative data. The supporting documentation of the sources that feed the research is quite diverse, encompassing bibliographic material, information collected by electronic means, in addition to substantial support from oral sources, arranged from interviews with people who have lived the experience of life in the barracks, as Brazilian Army recruits. To finish with, it plots considerations about the mistake in thinking that the Military Service is responsible for the construction of patriotic, civic and disciplinary identities of youth, but rather a means of survival than an example of love of country.

Keywords: Nation Estate. Recruitment. Army.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Óleo sobre tela. Fundação da revista <i>A Defesa Nacional</i>	35
Figura 2 - Mapa do Brasil. Comandos Militares de Área e Regiões Militares.....	53
Figura 3 - Poema <i>O Militar</i> , de Moniz Barreto.....	70
Figura 4 - Escola de Sargento das Armas.....	74
Figura 5 - Cento de Formação do Soldado do Pantanal.....	75
Figura 6 - Entrada de novos conscritos no quartel.....	77
Figura 7 - Incorporação no 2º Grupo de Artilharia.....	77
Figura 8 - Hasteamento da bandeira nacional.....	89
Figura 9 - Ritual de incineração de bandeira.....	95
Figura 10 - Tenente Antonio João Ribeiro.....	97
Figura 11 - Brigadeiro Antonio de Sampaio.....	97
Figura 12 - Dia da Cavalaria. Colocação de buquê no busto Osório.....	98
Figura 13 - Dia do Exército: Populares chegando ao local da comemoração.....	99
Figura 14 - Dia do Exército: Banda de música do Exército toca para populares.....	99
Figura 15 - Comemoração do Dia do Exército: populares praticam pontaria.....	100
Figura 16 - Comemoração do Dia do Exército: pipoca e apoio médico à população.....	100
Figura 17 - Dia do Exército: barco do Exército realiza passeio com populares.....	101
Figura 18 - Cartaz do Exército. Batalha de Guararapes.....	102
Figura 19 - Solenidade no 28º Batalhão Logístico. Mãe entregando boina ao filho.....	106
Figura 20 - Confraternização durante entrega da boina no 28º Batalhão Logístico.....	107

Figura 21 - Recebimento do espadim. Academia Militar das Agulhas Negras.....	107
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos efetivos do Exército.....	28
Tabela 2 - Gastos militares entre 1889 – 1940.....	31
Tabela 3 - Funcionamento do Serviço Militar Obrigatório (1917 – 1923).....	41
Tabela 4 - Municípios tributários e não tributários na área da 1ª Delegacia – Ano 2008.....	56
Tabela 5 - Países com Serviço Militar Obrigatório e Serviço Militar Voluntário.....	61
Tabela 6 - Voluntários e Não Voluntários – 1998.....	64
Tabela 7 - Dados de Recrutamento do Serviço Militar no Brasil 1987 – 2001.....	66
Tabela 8 - Motivação para prestar Serviço Militar Obrigatório.....	69
Tabela 9 - Alistados e Incorporados em Dourados/MS.....	71

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	8
Lista de tabelas.....	9
Introdução.....	11
Capítulo I SERVIÇO MILITAR, ESTADO-NAÇÃO E PATRIOTISMO NO BRASIL (1908 – 1964).....	20
Capítulo II SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: UM JOGO DE CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS.....	52
Capítulo III FABRICANDO SOLDADOS PATRIOTAS: A CONSTRUÇÃO DO CORPO DÓCIL.....	74
3.1. Fabricando Corpos Dóceis.....	74
3.2. O Soldado Patriota.....	93
Considerações finais.....	113
Bibliografia e fontes.....	115

INTRODUÇÃO

Convém que estas poucas palavras de introdução terminem com uma confissão pessoal. Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento. (BLOCH, 2001, p. 50).

O historiador, como homem de sua época, a partir dela interroga o passado – e às vezes o futuro, por que não? Isto só pareceria improvável a quem achasse ser a História um discurso problemático que ostensivamente, pretende falar sobre o passado. Não é, porém, o meu caso, já que para mim a História é uma ciência social que, em seu estudo, se ocupa das sociedades humanas privilegiando a dimensão temporal. (CARDOSO, 2005, p. 95).

A História Militar Brasileira ainda não mereceu a devida atenção por parte da comunidade acadêmica nacional, sobretudo no espaço Universitário. Das poucas produções atinentes a militares, grande parte delas ainda é direcionada para uma análise dual das relações políticas entre *civis* e *militares*. Tais abordagens procuram sempre estabelecer uma identidade para a Instituição Militar a partir de um jogo de negociações e arranjos de alteridade, vendo os militares como um grupo dissociado do resto da sociedade.¹

Na visão de alguns estudiosos, entre os quais Castro (2004), as constantes intervenções militares na política brasileira, ao longo do século XX, teriam afastado muitos pesquisadores de objetos de estudos ligados à História Militar. Principalmente no tocante aos aspectos sociais e antropológicos da instituição, o que conduziria a uma análise voltada para aspectos internos e cotidianos dos quartéis, em muito dificultado pela conjuntura política do período. Na expressão de Castro:

A história militar acadêmica têm tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da História como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e acima de tudo com o regime militar de 1964 – 1985, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as forças armadas. A academia dedicou pouca atenção à História Militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário. (CASTRO, 2004, p. 13).

¹ Os trabalhos de Coelho (2000) e Carvalho (2005) são alguns exemplos, entre outros, de produções acadêmicas neste sentido.

Todavia, com o retorno ao Brasil, a partir de 1985, do chamado *Estado Democrático de Direito* e a conseqüente *democratização* da sociedade, a pesquisa acadêmica sofreu um *boom* de produções sobre as Forças Armadas no país, nunca visto antes, principalmente por tentar formular o que seria uma Nova História Militar Brasileira, conduzindo seu foco de análise para aspectos sociais, antropológicos e cotidianos da vida militar. Tal mudança propiciou um olhar que contempla o ponto de vista de atores sociais pertencentes à base da hierarquia militar, os soldados. Esses foram, em sua maioria, esquecidos pela chamada Historiografia Tradicional, preocupada em analisar a História sob um ponto de vista elitista. Por isso, na expressão de Peter Burke, “[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grande homens, estadistas, generais, ou ocasionalmente eclesiásticos. (BURKE, 1992, p. 12 – 13).

Entre outros, podemos citar como integrantes dessa nova linha de pesquisa os artigos organizados por Castro, Izecksohn e Kraay (2004), publicados sob o título *Nova História Militar Brasileira*. O trabalho da professora Capella (1985) também serve como um indicador das novas abordagens da Academia, incluindo estudos sobre militares que vão além da esfera política, em suas linhas de pesquisas.

É oportuno, também, mencionar a documentação atinente sobre militares arquivada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Tal acervo foi construído através de entrevistas com atores sociais que participam ou participaram da História Brasileira dos últimos anos.

Os trabalhos do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também têm expressivas pesquisas que visam novas abordagens sobre os militares no Brasil.

No presente trabalho, busco apresentar como o Serviço Militar Obrigatório, conjunto de práticas e representações elaboradas pelo Exército, com fins de desenvolver identidades patrióticas e disciplinadas dos recrutas, é transformado por esses, em *cabide de emprego e paliativo* para a falta de políticas públicas de inclusão dos jovens à sociedade.

Para construir um discurso que aponte algumas considerações sobre a problemática aqui exposta, me guiei por alguns procedimentos teórico-metodológicos como ponto de partida das nossas análises. A pesquisa constitui-se em um *Estudo de Caso* com recrutas que serviram nos quartéis do Exército, localizados na cidade de Dourados/MS, entre os anos de 2000 e 2008.

As fontes com as quais trabalhei para a solução da problemática apresentada pela pesquisa foram de três ordens: as que serviram de base teórica para fundamentação da

pesquisa, ou seja, fontes bibliográficas; aquelas apanhadas em instituições públicas ou privadas, fontes documentais e as mais utilizadas como pesquisa de campo, as fontes orais.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, o tema encontra-se enquadrado no que comumente a Academia chama de História do Tempo Presente. Nesse sentido, destinei uma atenção especial às chamadas fontes orais. Para tal, montei uma rede de entrevistas composta de ex-recrutas.

As possibilidades da construção de uma História do Tempo Presente tornam as fontes orais uma poderosa ferramenta na mão do pesquisador. Sobretudo quando as informações acerca do objeto podem ser apanhadas por sujeitos que viveram a experiência investigada.

Acredito que o historiador constrói suas representações do passado a partir do seu tempo. Conforme comenta Sá, apoiando-se nas afirmações de Benedetto Croce, “[...] a história é sempre contemporânea”. (CROCE apud SÁ, 2006, p. 1). Aliás, a ideia de uma História voltada somente para o passado, *congelada no tempo*, já não atende às demandas suscitadas pelos *novos tempos, novas abordagens, novos objetos*. O lugar do discurso histórico é sempre a contemporaneidade. Na expressão de Ciro Flamarion Cardoso:

A história vista como ciência do passado e ciência do presente ao mesmo tempo: a história problema é uma iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador - homem de seu tempo - bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma compreensão melhor das lutas de hoje, ao mesmo tempo que o conhecimento do presente é condição *sine qua non*, da cognoscibilidade de outros períodos históricos. (CARDOSO, 1997, p. 8).

Numa reflexão mais filosófica do tempo, verificamos como pura abstração a divisão da passagem temporal em passado, presente e futuro. Em termos de disciplina histórica, tais posicionamentos fundamentaram as ideias, sobretudo a partir do século XIX, de que o trabalho do historiador deveria primar pelo recuo no tempo, em nome de sua devida isenção aos fatos. Como nos aponta Porto Junior, citando Agostinho de Hipona: “[...] o que caracteriza o tempo é sua tendência a deixar de existir, isto é, o hoje só existe porque se torna ontem e aponta para o amanhã”. (PORTO JÚNIOR, 2007, p. 53).

Para John Lewis Gaddis (2003), o presente é tão singular que quase não percebemos sua passagem. Chega a ser quase uma *abstração* criada por uma sociedade que vive sob a égide do tempo físico. As contingências e incertezas futuras, logo passarão pelo *funil* do tempo presente, onde se tornarão passado. Para o autor:

Prefiro pensar o presente como uma singularidade, ou um funil, se quisermos empregar uma metáfora mais mundana, ou um buraco negro, se preferirmos

outra mais exótica – através do qual o futuro tem de passar para tornar-se passado. O presente atinge essa transformação bloqueando as relações entre continuidades e contingências: no aspecto futuro da singularidade, elas são fluídas, desconectadas e, portanto, indeterminadas; entretanto, assim que elas o atravessam fundem-se e não podem mais ser separados. O efeito é de uma cadeia de DNA, ou de um zíper que funciona só para cima. (GADDIS, 2003, p. 46).

Vendo as coisas dessa forma, as abstrações de passado, presente e futuro se *fundem* no trabalho do historiador, homem do seu tempo (CARDOSO, 1997), que do presente enxerga o passado e nem lhe fica impedido de lançar seu olhar para construir uma visão de futuro. Seu tempo é o *tempo da História*. A História não é somente o acontecido, ela acontece.

Nesse sentido, enquanto pesquisador de tema enquadrado dentro da chamada História do Tempo Presente, sou contemporâneo do meu objeto. Isso me faz pensar nas dificuldades apontadas, sobretudo, pelos adeptos de uma História mais recuada, da necessidade de recuo temporal, de *decantação e esfriamento* dos dados colhidos no calor do presente. Entretanto, conforme entende Lagrou:

A característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito, daquele que estuda e o que estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentido distinto daquele da coabitação física com as testemunhas. O período estudado não está fechado: não há esse elemento de alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados. Não ocorreu ainda ruptura cronológica entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da escritura de sua história. (LAGROU, In: PORTO JÚNIOR, 2007, p. 36).

Essa contemporaneidade em nada deve impedir o trabalho do historiador. Aliás, desde Marc Bloch, com sua *Apologia da História*, foram superadas as noções de tempo ligadas à tradição positivista, para quem somente eram passíveis de análise histórica os fatos que guardavam a devida *distância temporal* entre sujeito e objeto. Em outros termos, a proximidade entre o pesquisador e os fatos por ele investigados tornava-os fora do campo da história, transformando esta numa ciência dos mortos, sem nenhuma relação com os vivos. Bloch ironiza essa exigência de rompimento da proximidade na duração, quando expressa:

À noção de proximidade não apenas falta precisão – de quantos anos se trata? – como ela também nos coloca em presença do mais efêmero dos atributos. Embora o momento atual, no sentido estrito do termo, não seja senão uma perpétua evanescência, a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante. (BLOCH, 2001, p. 61).

Dessa forma, entendemos o presente fazendo parte de um todo. O tempo histórico, como disse Bloch, é tão somente “[...] o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o

lugar de sua inteligibilidade.” (BLOCH, 2001, p. 55). Tal tempo, diferentemente do cronológico, caracteriza-se por ser um *continuum* e encontra-se em perpétua mudança. Passado e presente estão ligados um ao outro, a História não é a ciência dos mortos, mas dos vivos. O que seria, então, essa medida cronológica chamada presente, se não o que afirma Bloch:

No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragaram no reino de Memória [sic]. São palavras, ao mesmo tempo banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas um devir, *nichts gegenwärtig, alles vorübergehend*. Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento do seu ser, em ciência do passado. (BLOCH, 2001, p. 60).

Por trabalhar uma temática da chamada História do Presente, fiz uso, como pesquisa de campo, das fontes orais. Todavia, o uso dessa fonte prende-se também ao meu interesse em relatar a experiência de sujeitos sociais ainda pouco tratados pelas pesquisas nas denominadas ciências sociais. A experiência do espaço/tempo vivido pelos recrutas nos quartéis prestando o Serviço Militar, ainda obrigatório por lei, mas praticamente voluntário na prática, não mereceu a devida atenção da pesquisa acadêmica. Talvez o trabalho de Celso Castro, *O Espírito Militar*, feito dentro da Academia das Agulhas Negras, tentando analisar como é construída a socialização à vida militar dos alunos naquela Academia, seja pioneiro nessa área. Entretanto, o trabalho de Castro foi voltado para a formação de oficiais que são voluntários e que não estão cumprindo uma obrigação imposta pelo Estado, como é o caso dos recrutas.

Construir uma História desse espaço/tempo é, acima de tudo, procurar saber como esses sujeitos viveram essa experiência. Nesse sentido é que as fontes orais foram, por mim, valorizadas. Ouvir esses autores, trabalhar suas memórias, compará-las entre si e com outras fontes, e assim, dispor de ferramentas necessárias na construção de um olhar sobre os mesmos. Como bem expressa Garrido:

O uso das fontes orais nos permite – como dissemos -, por um lado, um aprofundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas, estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas; de outro lado, nos permite penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos. (GARRIDO, 1992, p. 43).

O suporte documental das fontes orais foi elaborado pelas entrevistas, por mim realizadas, com quinze ex-recrutas dos quartéis do Exército localizados na cidade de Dourados/MS. As fontes documentais foram elencadas no quartel do 28º Batalhão Logístico,

No Esquadrão de Comando da 4ª Brigada de Cavalaria e na 1ª Delegacia do Serviço Militar, todos situados em Dourados/MS, e ainda, dados colhidos junto à Seção do Serviço Militar Regional em Campo Grande/MS.

Faço uso de fotografias, com o intuito de fortalecer os argumentos apresentados ao longo do texto onde as mesmas figuram. Cabe esclarecer que o material iconográfico está sendo usado para reforçar o texto. Não é minha preocupação fazer uma análise iconográfica de tais imagens, talvez fugisse aos propósitos do trabalho. Todavia, nunca é demais lembrar que por trás de toda imagem existem outros significados intencionalmente elaborados. A esse respeito costumo olhar as imagens fotográficas pelo prisma de Boris Kossoy, para quem “Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”. (KOSSOY, 2001, p. 50).

As informações colhidas dos documentários (DVD), intitulados *PQD*² e *Fahrenheit: onze de setembro*³ foram importantes na elaboração deste trabalho. Possibilitou o cruzamento de informações que os recrutas dão para os Diretores dos respectivos documentários com as entrevistas por mim realizadas.

Enfim, procurei enxergar, em todo suporte documental da presente pesquisa, uma fonte *em potencial*, retirando das mesmas o que fora útil à problemática exposta. Como disse Collingwood “[...] há uma prova potencial e uma prova real. A prova potencial acerca dum assunto é constituída por todas as afirmações existentes a tal respeito. A prova real é a parte destas afirmações que decidimos aceitar.” (COLLINGWOOD, 1972, p. 340).

Nesse sentido, minhas fontes tomam a feição daquilo que Le Goff chama documento-monumento. Todas elas carregam um pouco de verdade e um pouco de mentira. Devem ser corretamente interrogadas para que sejam exploradas com êxito. Para Le Goff:

² Trata-se de um documentário sobre a vida de setenta jovens recrutas incorporados no 25º Batalhão Paraquedista, localizado na cidade do Rio de Janeiro. É uma visão sobre estar no Exército, não do Exército. É dirigido por Guilherme Coelho e foi produzido pela Matizar Filmes em 2007. PQD é a abreviatura militar da palavra paraquedista.

³ O filme mostra os bastidores do governo do presidente americano George W. Bush, antes, durante e depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos. Apresenta a forma como é feito o recrutamento para as Forças Armadas americanas: baseado no voluntariado e tendo como principal atrativo os benefícios econômicos oferecidos aos jovens recrutas. Os que são atraídos para o Serviço Militar são aqueles pertencentes às camadas mais carentes da população, geralmente à procura de um emprego ou até mesmo buscando a cidadania americana, já que a incorporação ao Exército é uma forma de obtê-la. É uma produção de 2004, dirigida por Michel Moore.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1996, p. 548).

Por último, gostaria de ressaltar que todas as fontes foram vistas numa perspectiva horizontal, no sentido de que têm o mesmo grau de importância. Apesar das orais, pela própria característica da pesquisa, ter sido buscada com maior ênfase. Para isso, foi estabelecida uma relação dialética entre sujeito, fontes e objeto, de maneira que a comunicação entre os mesmos desse conta da problemática apresentada pela pesquisa. Como bem adverte Garrido:

As ideias básicas, que devem ficar absolutamente claras para o pesquisador que se proponha a trabalhar com fontes orais, são principalmente duas: - a relação dialética que se pode estabelecer entre as fontes orais e os documentos, e isso ao ponto de Joutard chegar a afirmar que sem fontes escritas que permitam estabelecer a distância entre o dito e o não-dito, ou o que foi dito de forma diferente, não há verdadeira história oral. – Não esquecer que aquilo a que chama de história oral - embora seja nossa preferência falar da utilização de fontes orais para fazer história – não é uma soma de entrevistas independentes entre si, mas um conjunto orgânico e coerente de entrevistas. (GARRIDO, 1992/1993, p. 38).

Dessa forma, o que espero é que dessa relação possamos produzir um olhar, um ponto de vista, para melhor compreendermos o mundo em que vivemos sem nos perdermos num todo sem sentido. Em suma, que condicione os meios para a produção de uma boa História, sem os rigores daqueles que esperaram o *status quo* de ciência para o ofício de historiador, nem o radicalismo dos que apontam a História como mera ficção. Isso será possível, penso eu, quando não nos isolamos em modelos, em paradigmas do conhecimento. Mas antes adotando uma postura de negociação entre eles, para, a partir daí, melhor utilizá-los na exploração dos nossos objetos. Nisso vale lembrar a expressão de Mattoso, quando diz:

Para descobrir o que por dificuldade de linguagem se chama o mistério da História e que, afinal, talvez seja tão simples como a claridade do sol ou a escuridão da noite, parece não haver técnica, ciência nem arte que cheguem. Parece ser necessário juntá-las todas e ceder ao fascínio de contemplar a vida do Homem no tempo. Talvez a entrega apaixonada a esta contemplação possa realmente aproximar as palavras que balbuciamos para transmitir o

que aí se revela como a palavra única que o Homem e o mundo pronunciaram e ninguém jamais chegará a dizer. (MATTOSE, 1988, p. 42).

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, faço pequenas considerações históricas acerca da luta pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil. Analiso como a construção dos Estados-Nações esteve associada ao fortalecimento, por parte dos mesmos, de Exércitos Nacionais. O desenvolvimento do patriotismo foi produto direto da necessidade das elites governamentais de tais Estados em criar e solidificar laços de pertencimento à pátria, dos vínculos de fraternidade e comunhão nacional que deveriam ser cultivados e mantidos entre os membros da nação.

Discuto como tais preocupações começaram a ser levantadas no Brasil, ainda no período monárquico, sobretudo no tocante à construção de uma nação a partir de realidades tão adversas: a presença da escravidão, a herança colonial, a grande dimensão territorial, e ainda, o agravamento do quadro pelas deficiências de comunicação e de transporte existentes entre as províncias do Império.

Mostro que tais objeções à construção do Estado e da nação foram reforçadas pelo nosso fraco pacto federativo. Os mandonismos locais negociavam, diletantemente, as determinações do Estado Federal, traduzindo-as conforme seus interesses. Evidência de tal quadro foi, conforme veremos, a política de *alijamento* dispensado às Forças Armadas pelas nossas elites políticas e econômicas. Para essas, aquelas sempre representavam uma *ameaça*, na medida em que eram os instrumentos do Governo Federal, sempre prontos a agirem pela força em nome do mesmo. Em seu lugar colocaram a Guarda Nacional.

Saliento como, a partir da implantação da forma republicana de governo no Brasil, sobretudo da década de dez em diante, o Serviço Militar passou a ser aventado pelas elites civis e militares como, além de instrumento de defesa do país, um poderoso remédio para a falta de patriotismo e de disciplina do povo brasileiro. Tais posturas serão verificadas nas ações de movimentos como *Liga de Defesa de Nacional*, do grupo de militares que ficou conhecido como *Jovens Turcos* e na propaganda em prol da implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, levada a cabo pelo professor e poeta Olavo Bilac, culminando na aplicação da Lei do Sorteio Militar de 1916.

Por último, esclareço como, através de um conjunto de leis esparsas e avulsas, o Serviço Militar terminou se consolidando no Brasil e chegando até os nossos dias, sob a vigência da Lei 4375 de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar Obrigatório. Não deixaremos de contrapor o entusiasmo dos atores sociais que lutaram para efetivação do Serviço Militar como meio de construir a nação e disciplinamento do povo, às ideias dos que não o viram da

mesma forma, como o ponto de vista de movimentos de esquerda da época, consubstanciado em matérias de periódicos, como as revistas *A Vida*, *O Debate* e o jornal *A Voz do Trabalhador*. Até mesmo opiniões que não eram da esquerda entoaram a oposição quanto ao Serviço Militar ser usado como ferramenta na construção da nacionalidade. Exemplos foram as ideias de Alberto Torres, para quem o quartel não era o local adequado para a formação e construção da nacionalidade, mas sim a escola.

No segundo capítulo, procuro situar o leitor de como se encontra organizado, atualmente, o Serviço Militar Obrigatório no Brasil, tendo como referência sua prática dentro do Exército Brasileiro.

Achei interessante apresentar, de forma bastante sucinta, a maneira como a Força Terrestre encontra-se dividida administrativa e hierarquicamente pelo território nacional, de maneira que facilite ao leitor uma melhor compreensão do objeto investigado neste trabalho.

Realizo algumas considerações atinentes ao funcionamento do Serviço Militar em outros países, tendo como exemplo o caso dos Estados Unidos da América. Minha intenção é comparar o mesmo com a realidade nacional, enfatizando a questão da obrigatoriedade e da prática do mesmo enquanto um dever patriótico do cidadão.

No último capítulo, focalizo como o quartel insere-se dentro do conceito de Instituição Total (GOFFMAN, 2007) durante a fase de adaptação dos seus novatos, os recrutas, às rotinas da caserna. Para tal, mostro a dualidade de mundo, de espaço, ou, na expressão de Pierre Bourdieu, “de região” (BOURDIEU, 2005, p. 107 - 132), na qual o quartel apresenta aos novatos como o *novo ambiente* onde os mesmos terão que conviver. É a esse *espaço social* que o recruta deve ajustar-se, inserir-se e moldar os seus atos, a partir do momento em que incorpora no Exército.

Descrevo os rituais, mecanismos de controle, técnicas disciplinares, práticas e representações que o Exército, através de um processo de instrução pedagogicamente elaborada, visa a obter, dentro de um espaço de tempo chamado de período de formação básica ou *adaptação*, novas identidades para seus recrutas, ou, na oportuna afirmação de Castro: a aquisição de um *espírito militar*. (CASTRO, 2004, p. 19 - 54). Dessa forma, promove a aquisição de valores patrióticos, além de incentivar o culto à ordem e, com isso, o disciplinamento da sociedade.

Todavia, tais intenções são *traduzidas* pelos sujeitos sociais que vivem a experiência de recrutas dentro dos quartéis. No cotidiano da caserna, os soldados assumem uma postura de *convertidos* (GOFFMAN, 2007) aos valores apregoados pela instituição militar, quando, na

verdade, seus reais interesses em aceitar as imposições do quartel se encontram bem distantes de motivações patrióticas e nacionalistas que a instituição militar tenta cultivar.

CAPÍTULO I

SERVIÇO MILITAR, ESTADO-NAÇÃO E PATRIOTISMO NO BRASIL (1908-1964)

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola de ordem; da disciplina; da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. [...] a farda para todos; para todos o dever, a honra e o sacrifício.

Olavo Bilac

Os Estados nacionais promovem o nativismo e constroem seus súditos como nativos. Eles louvam e impõem a homogeneidade étnica, religiosa, linguística e cultural. Desenvolvem uma propaganda incessante de atitudes coletivas. Constroem memórias históricas conjuntas e fazem o máximo para desacreditar ou suprimir teimosas lembranças que não podem ser comprimidas dentro da tradição coletiva – agora redefinida, nos termos quase legais próprios do Estado, como nossa herança comum. Pregam o senso de missão comum, de destino comum. Alimentam ou pelo menos legitimam e dão apoio tácito à animosidade para com todos que se colocam de fora da sagrada união. Em outras palavras, os Estados nacionais promovem a uniformidade. O nacionalismo é uma religião da amizade e o Estado nacional é a sua igreja que força o rebanho em perspectiva a praticar o culto. A homogeneidade imposta pelo Estado é a prática da ideologia nacionalista. (BAUMAN, 1999, p. 74).

No mundo contemporâneo, ao nascermos somos registrados em cartório, recebemos um nome e passamos a ser reconhecidos, e a nos identificarmos por tal. Aprendemos também a responder que nossa naturalidade corresponde ao local onde nascemos e que a nossa nacionalidade é o país onde esse local de nascimento encontra-se inserido. Ainda crianças, no seio da família, já escutamos as primeiras informações que nossa pátria é o Brasil. Na escola, através da educação formal, tais conceitos de pátria são metodicamente trabalhados. Às crianças são mostrados os símbolos nacionais desde os livros didáticos, que apresentam os contornos geográficos do país, as tradições nacionais e as datas cívicas, como o Sete de Setembro e o Dia da Bandeira, sempre lembradas na forma de um trabalho escolar ou outro recurso pedagógico.

Já adultas, as pessoas aprendem a torcer pela Seleção Brasileira de Futebol, a acompanhar as conquistas de brasileiros em jogos olímpicos e vibrarem quando, na Fórmula Um, o piloto que sobe ao pódio é brasileiro. É ensinado ainda que todo brasileiro do sexo masculino - já há estudos para incluir o feminino - no primeiro semestre do ano que completar dezoito anos, deverá alistar-se para prestar o Serviço Militar como exemplo de amor e dedicação à pátria.

Assim, crescemos entendendo nação e pátria como algo natural, que sempre existiu. Tais representações sociais cristalizam-se no imaginário coletivo como pertencentes a um passado quase imemorial. Todavia, em uma investigação mais detalhada para entendermos onde, quando e como surgiram as ideias de pátria e nação, ficamos surpresos com a proximidade temporal dessas representações.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1998), o termo nação é uma invenção recente, fruto de um trabalho muito bem orquestrado de invenções de tradições, que legitimam sua existência. O autor aborda a ideia de tradição numa perspectiva simbólica. Dito de outra forma, as tradições constroem memória e criam sentimentos de pertencimento, formando identidades individuais, coletivas, patrióticas. Para o autor:

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade com o passado. Aliás sempre que possível tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

A própria palavra pátria, “[...] significava apenas o lugar, o município ou a terra onde se nascia, ou qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial do Estado”. (HOBSBAWM, 1998, p. 28). Foi a partir do século XVIII que os nacionalismos começaram a organizar movimentos em prol da construção das nações. O discurso patriótico é obra, por excelência, de tais movimentos. O Estado-Nação moderno tem sua tônica, seu *semióforo* (CHAUI, 2000) centrado no conceito de pátria. A pátria seria construída a partir de vários artefatos culturais, retirados de circulação do mercado simbólico e eleitos como representativos do embrião da nação, tornando-se, assim, públicos e venerados, constituindo-se como referenciais. Na expressão de Chauí:

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no

espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinações a lugares santos, representações teatrais de feitos heróicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos (montanhas, rios, lagos, cidades), templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade. (CHAUI, 2000, p. 12).

Dessa forma, construir identidades e conquistar o apoio da população para a causa nacional levam uma elite governamental a orquestrar a invenção da nação, através da eleição de seus semióforos, seus símbolos. Seu discurso opera no sentido da busca de um passado comum, de tradições herdadas de um momento tido como imemorial que sedimenta os laços de união, criando sentimentos de pertencimento, ligando todos a um passado comum.

Nesse sentido, o discurso patriótico, ou nacional, pauta-se num espaço/tempo construtor de memória e, portanto, formador de identidades. O Estado-Nação-Patriótico lançará mão da língua, da etnia, do passado comum, de tradições, enfim, de todos os ingredientes necessários a tornarem a pátria o lugar de refúgio, de segurança, de lar, de irmandade. No dizer de Benedict Anderson (1989), “uma comunidade imaginada”. O discurso nacionalista foi uma fábrica de tradições inventadas (HOBSBAWM, 1984) com o propósito bem definido de costurar uma colcha de retalhos identitários chamada nação:

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (Boadicéia, Vercingetorix, Armínio, o Querusco) ou pela invenção (Ossian, manuscritos medievais tchecos). Também é obvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados Nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da revolução francesa, criada no período de 1790 a 1794, ou a personificação da Nação por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não-oficiais, como esteriótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque ou Michel alemão. (HOBSBAWM, 1984, p. 15).

Os Estados Nacionais, e patrióticos, são os artífices do grande número de nações surgidas na modernidade. A busca pela ordem e a preocupação em classificar tudo, torna a ambivalência uma de suas principais características. Nada pode fugir ao seu controle, seus tentáculos devem alcançar os mais distantes rincões que cobrem o território sob sua jurisdição. É através dos censos estatais, do correio, do Exército Nacional, do recrutamento de

soldados, da padronização de idiomas em detrimento de dialetos locais, da imprensa, enfim, de toda uma rede administrativa que é colocada em ação para esquadrihar, no tempo e no espaço, uma população que antes era dispersa, tendo suas atividades circunscritas ao local. É um Estado disciplinador, Foucault (2004). Já Hobsbawm chama tal Estado de *agência nacional*:

O Estado dominava sobre um povo territorialmente definido e o fazia como a “agência nacional” suprema de domínio sobre seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor de seus vilarejos. Ao longo do século XIX, essas intervenções se tornaram tão universais e rotinizadas nos Estados “modernos” que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalhavam nas estradas de ferro, quando estas eram públicas; para não mencionar quartéis de soldados ou mesmo as bandas militares amplamente audíveis. Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório, onde existisse. (HOBSBAWM, 1998, p. 101-102). [Aspas do autor].

Dessa forma, o Estado moderno é uma agência disciplinadora: delimita território, constrói laços de pertencimento através de ritos e semióforos que fazem com que todos os seus integrantes sintam-se membros, comunguem dos mesmos objetivos e sintam-se presos a um passado comum. Passado esse selecionado e rememorado arbitrariamente pela elite governamental. O Estado nacional moderno aparece como o *locus* do culto ao patriotismo, tenta homogeneizar as diferenças que perpassam seu meio social. Na expressão de Zygmunt Bauman:

O nacionalismo foi um programa de engenharia social e o Estado nacional deveria ser sua fábrica. Desde o início o Estado nacional foi lançado no papel de jardineiro coletivo, empenhado na tarefa de cultivar sentimentos e habilidades improváveis de serem desenvolvidos de outra forma. (BAUMAN, 1999, p. 74).

Nesse sentido, o Estado nacional, através de suas instituições (Escolas, Igrejas, Forças Armadas, entre outras entidades governamentais), *cuida* para que todos os seus cidadãos desenvolvam espírito patriota e mantenham-se disciplinados. Assim, formam-se cidadãos úteis aos interesses do grande *jardineiro coletivo*, o Estado-Nação.

Uma das instituições que ainda porta-se como um *locus* do patriotismo e cultivo da disciplina é o Exército. O Exército procura, através do Serviço Militar, fabricar cidadãos dóceis, disciplinados, ordeiros e patriotas. Parafraçando Bauman (1999), diria que o Serviço

Militar busca preparar fiéis para participarem da religião cívica, fundada pelo Estado-Nação, chamada patriotismo. Não deixa de fabricar, também, corpos dóceis, *úteis e saudáveis* para o mercado de trabalho.

No entendimento de Hobsbawm, era necessário satisfazer três condições básicas para que um povo fosse reconhecido como uma nação. A primeira era sua vinculação a um Estado existente. A segunda diz respeito à existência de uma *elite cultural* longamente estabelecida, possuindo uma língua administrativa e literária na forma escrita. À última condição, por sua vez, o autor se refere nos seguintes termos:

O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo, como bem sabia Friedrich List. Além disso, no século XIX, a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais. (HOBBSAWM, 1998, p. 49-50).

Essa provada capacidade para a conquista, citada por Hobsbawm, deixa evidente a necessidade do Estado-Nação possuir um Exército permanente e leal aos seus interesses. Isso, além de garantir a segurança das fronteiras territoriais, também possibilitaria uma expansão das mesmas através de uma eventual *Guerra de Conquista*.

Uma das preocupações do Estado Nacional moderno, no que diz respeito à organização de um exército, foi a forma de recrutamento do seu efetivo. Samuel Huntington aponta que os Estados Nacionais substituíram o recrutamento de *mercenários* pelo estabelecimento da conscrição universal, ou seja, a captação de todos os cidadãos válidos para realizarem a defesa militar do Estado. Na expressão desse autor:

O avanço do nacionalismo e da democracia resultou em importante fruto que se manteve estreitamente ligado ao aparecimento do profissionalismo. Foi o conceito de “nação em armas” e seu corolário de Exército Nacional, com um efetivo recrutado através do serviço militar de todos os cidadãos por um curto período de tempo. (HUNTINGTON, 1996, p. 55 – 56).[Aspas do autor].

As citações apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho são emblemáticas das preocupações da sociedade brasileira do início de século XX, tanto no meio militar como civil. Entre essas, a questão da consolidação do Estado Nacional e o desenvolvimento do patriotismo como elementos necessários à fomentação de laços de pertencimento e união em torno de uma Pátria Brasileira figuraram em expressivos movimentos naquele início de século XX, sobretudo a partir da década de 1910. Os embates políticos travados no período, em torno da implantação do Serviço Militar Obrigatório, situam-se dentro desse contexto. Todavia, me

permito fazer uma pequena digressão dentro da delimitação temporal deste capítulo, com vista a um melhor entendimento das preocupações do Estado brasileiro quanto às questões da construção nacional e, como consequência, do desenvolvimento do patriotismo.

Logo após a Independência do Brasil, em 1822, tais problemas foram levantados por José Bonifácio. Para ele, o rompimento com as heranças do nosso passado colonial passava pela necessidade de *amalgamar* um povo em torno de uma pátria, tarefa por demais difícil, dado a vastidão territorial do Brasil, aliada a uma dispersão populacional e ao isolamento em que se encontravam as Províncias do Império, tanto entre si como em relação ao poder central. Esse quadro era agravado, sobretudo, pela deficiência dos meios de transportes e comunicações da época, fatores que seriam decisivos como ferramentas na construção do Estado-Nação. Na expressão de Vitor Izecksonh:

Para José Bonifácio amalgamar significava incorporar parcelas amplas da população ao mundo da liberdade, numa conjuntura de reestruturação institucional. Tal procedimento tinha por meta a edificação de um projeto de edificação social homogeneizador para a sociedade, sobre o qual se poderia constituir um ideal consistente de nação. Dessa forma, a ação do Estado, na concepção de Bonifácio, buscava o rompimento dos elos que prendiam o País ao seu passado colonial, destacando-se, neste ímpeto reformista, a abolição do trabalho escravo, a limitação aos latifúndios e o combate aos vícios que lhes eram subsequentes. (IZECKSOHN, 1997, p. 137).

Naturalmente que o pensamento de Bonifácio, recheado de ideias liberais, tornou-se incompatível com a visão de nossa aristocracia agrária, defensora do latifúndio e da mão-de-obra escrava. À nossa aristocracia imperial, não interessava a inclusão de grandes parcelas da população na comunidade nacional, pois isso significava uma mudança nas relações do jogo de poder, a qual ela não estava disposta a apoiar.

Já no Segundo Reinado, os planos para consolidação do Estado e para formação da nação brasileira adquirem um viés pedagógico quando os Saquaremas⁴ apresentam um projeto piloto para inserção do povo à nação: a Instrução Pública. Na verdade, tais medidas continuavam excluindo grandes parcelas da população, pois representavam o interesse das elites em, através da Instrução Pública, conseguir estabelecer as diferenciações de classe e suas respectivas hierarquizações sociais, colocando cada integrante daquela sociedade em seu

⁴ Com a chegada de D. Pedro II ao poder, os liberais que tinham sido os articuladores do projeto, assumiram o Primeiro Ministério do Imperador. Liberais e Conservadores, ou como eram mais conhecidos: *Luzias* e *Saquaremas*, tinham uma origem comum, ambos eram originários da facção Liberal Moderada da época da Regência. Nenhum dos dois aceitava a vontade popular para obter um governo representativo, predominando sempre uma política de reforço às estruturas do poder. O espírito camaleônico dos membros dos dois partidos deu origem à expressão de Holanda Cavalcanti, político pernambucano: “Nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder.”

devido lugar: de senhor, de povo ou de escravo, este último nem contava para seu projeto de construção da nacionalidade, uma vez que defendiam a manutenção da escravatura. Na expressão de Ilmar Rohloff de Mattos:

[...] a formação do povo consistia, em primeiro lugar, tanto em distinguir cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos quanto em resgatá-los da barbárie. Mas não deveria deter-se aí: o abandono a que se procedia era também a retomada dos princípios diferenciadores e hierarquizantes presentes na sociedade, de modo que evidenciasse para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava. (MATTOS, 2004, p. 287)

O que se infere do exposto até então é que a consolidação do Estado Nacional brasileiro teve uma conotação tardia, quando comparado ao grande *boom* de Estâ-Nações, surgidos na Europa a partir da segunda metade do século XIX. No Brasil, nossas elites regionais, desde a independência, travaram uma luta em prol do aumento dos seus poderes locais em detrimento do enfraquecimento do governo central. Esse, por sua vez, esteve sempre refém da boa vontade daquelas elites para fazer valer as determinações do Estado.

Nosso nacionalismo do século XIX foi, como cita Reis (2006) interpretando o pensamento de Manoel Bomfim, em *O Brasil Nação*, um nacionalismo *lírico, poético*, representado na poesia de intelectuais da época, valorizador dos aspectos naturais e dos nativos, estes colocados na condição de verdadeiros brasileiros.⁵

Para Bomfim, de pouco adiantou na construção da nossa nacionalidade a ação desses intelectuais líricos. Na expressão do autor, “Os nossos líricos de 1845 a 1870, quase todos, foram existências fugazes, juventudes que terminaram no túmulo” (Bomfim apud Reis, 2006, p. 204). É interessante ressaltar que o alto índice de analfabetismo da época também dificultava qualquer tentativa de construção nacional através da leitura. Essas, por sua vez, dirigiam-se a um público seletivo, aos representantes das classes senhoriais, e, para esses, o conceito de nação não incluía grande número de pessoas, que permaneciam à margem daquela sociedade de senhores, como os escravos e agregados.

Segundo Reis (2006), Bomfim aponta duas providências para o Brasil emergir como nação: a inclusão das massas através de um processo educacional e a tomada do Estado pelo povo, feito pela via revolucionária.

⁵ Os autores da corrente literária representada pelo nosso Romantismo, na qual os escritores José de Alencar e Gonçalves Dias são destaques, constituem exemplos, por suas obras, do nosso nacionalismo romântico.

A forma como deveria processar-se, no Brasil, a inclusão da população no projeto de nação elaborado por nossas elites foi sempre marcado por grupos que lutaram entre si, sobretudo do ponto de vista de ter, ou não, um Estado Nacional forte.

Somente com a proclamação da República, passada a turbulenta fase de consolidação do novo regime, outras correntes de pensamento começaram a refletir, outra vez, acerca da construção da nação.

No início do século XX uma campanha a favor do desenvolvimento do espírito patriótico e cívico do povo brasileiro e, como corolário, a consolidação do Estado Nacional apresentou como solução para o problema a implantação do Serviço Militar Obrigatório no país.

Mais uma vez, uma digressão se faz necessária para elucidar melhor o tema, pois a obrigatoriedade do Serviço Militar já fora previsto desde a nossa primeira Constituição, quando no artigo 145 estabelecia: “Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do império, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos.” (BRASIL, Constituição de 1824, artigo, 145).

Todavia, o tipo de organização militar consolidado pela nossa elite política, logo após a Independência, dificultou a formação de um Exército Nacional eficiente. O fortalecimento do Exército era visto pelos representantes dos poderes locais como uma ameaça, pois temiam no emprego do mesmo, pela Coroa, contra suas pretensões políticas e econômicas. Ademais, os efetivos do Exército e da Marinha que optaram pela fidelidade ao novo regime político do Brasil eram compostos, sobretudo, por altas patentes militares, a maioria portugueses leais à casa de Bragança, cujo absolutismo não convinha aos interesses liberais de nossa aristocracia agrária. Nesse sentido, é oportuno lembrar as palavras de Edmundo Campos Coelho:

É sabido que o regime monárquico não fora a fórmula desejada pela elite política nacional. A monarquia foi, antes, o preço a pagar pela independência. A tal regime a elite política mal se ajustou durante os sessenta e sete anos de Império. No quadro das ideias e aspirações da época, a monarquia haveria de parecer a ameaça do centralismo absolutista e despótico a afirmar-se, contra as forças que lhe fossem adversas, num Exército pretoriano. Não deixava de influir nos ânimos, passada a euforia dos primeiros momentos de existência autônoma da nação, o fato de que o Imperador era ‘brasileiro adotivo’, príncipe de uma dinastia de soldados em que era reconhecido o princípio de que ‘o rei senta praça ao nascer’ e, portanto, provavelmente mais inclinado ao exercício do poder absoluto, pessoal, do que à aceitação dos princípios da monarquia constitucional, estranhos à casa de Bragança. Finalmente, era também de ‘brasileiros adotivos’ a maioria dos oficiais do Exército, indiscutivelmente leais ao Imperador e a sua casa, em ordem imediata, e somente depois à Nação Brasileira que apenas começara a existir. (COELHO, 2000, p. 50 – 51).

Dessa forma, pareceu mais lógico às elites políticas locais o fortalecimento de milícias próprias colocadas sempre à disposição dos seus interesses. Foi com essa intenção que em 1831, após a abdicação do Imperador, criaram a Guarda Nacional. A partir de então, configura-se o que Coelho, lembrando Huntington, chamou de “[...] política de erradicação do Exército” (COELHO, 2000, p. 49), pois esse não encontrava razão de existência dentro do projeto político pensado para o Brasil. Para tal, os serviços da Guarda Nacional eram suficientes. É esse o entendimento que tinha Joaquim Nabuco, quando afirmava: “[...] ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do Exército pareceu sempre função secundária”. (NABUCO apud CASTRO, 1979, p. 64). Para resolver os conflitos internos e manter a segurança do Império existia a acreditada e valorizada Guarda Nacional. No entendimento de Castro:

Estava o Governo seguro da eficiência de ação na milícia cívica [Guarda Nacional], para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, julgando-a a corporação mais adequada ao regime que então se estabelecera. [...] com a Guarda Nacional, instituição salvadora da pátria, não haveria necessidade de aumentarem-se as tropas regulares. (CASTRO, 1979, p. 64).

Diante desse quadro de verdadeiro desprestígio perante nossas elites políticas, seguiu-se um sucateamento deliberado das Forças Armadas, traduzido pela redução dos efetivos, diminuição dos gastos militares e um recrutamento realizado nas camadas mais baixas da população, onde somente eram incluídos às Forças Armadas indivíduos pobres, negros libertos, vadios e aqueles a quem o destino não tinha reservado melhor sorte. Quando não se incorporavam para fugir das condições precárias de vida que levavam, eram recrutados *a laço*, tomando o recrutamento, com isso, a feição de verdadeira “caçada humana.” (HANDELMANN apud SODRÉ, 1979, p. 129). Nelson Werneck Sodré, analisando o baixo nível social dos recrutas disponíveis para o Exército, assim expressou-se:

Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com suas noitadas de álcool, enfim, os párias, os egressos daquela sociedade cheia de preconceitos contra os militares. (SODRÉ, 1979, p. 128).

A redução dos efetivos do Exército operada após à criação da Guarda Nacional em 1831, com exceção do considerado aumento por ocasião da Guerra do Paraguai, é uma amostra interessante do descaso da política imperial em constituir um Exército permanente. Os dados organizados por Coelho (2000) são uma boa amostra da situação no período.

Tabela 1: Evolução dos efetivos do Exército

Ano	Efetivos	Índice de crescimento 1830 = 100
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,6
1863	16.000	53,3
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Fonte: COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade : o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000, p. 55.

Pode-se observar na tabela acima que os efetivos do Exército sofrem reduções significativas a partir de 1831. Somente em 1865, quando tem início a guerra com o Paraguai, é que o efetivo volta ao patamar de 1830, ano que antecedeu a criação da Guarda Nacional.

Em 1889, por ocasião da proclamação da República, o efetivo havia regredido ao pior nível dentro do período considerado. Em 1920 esse número eleva-se para um índice superior a 1830. Todavia, deve-se levar em conta o aumento da população brasileira no período e o que tal elevação significou em termos de crescimento real do efetivo.

Por ocasião da deflagração da guerra com o Paraguai (1865 a 1870) evidenciaram-se as precárias condições em que se encontrava o Exército para realizar a defesa do Estado Imperial Brasileiro. Além da questão da falta de equipamento, dos baixos soldos, da redução dos seus efetivos, havia as dificuldades em executar um recrutamento que levasse em conta a incorporação de melhores recursos humanos, pois esse era sempre voltado para o preenchimento dos efetivos da Guarda Nacional. É interessante notar ainda que mobilizar uma população para um esforço de guerra, apelando ao patriotismo, parecia até anacrônico em uma sociedade onde a maior parte dos seus integrantes era composta de escravos, conforme já salientamos. Até mesmo os batalhões de Voluntários da Pátria, formados com fins de despertar o patriotismo do povo para defender a nação, teve outros atrativos. Na prática, foram os benefícios e recompensas oferecidos pelo governo aos voluntários que os *sensibilizaram* a irem à frente de batalha. Na expressão de Doratioto:

Para estimular o alistamento, oferecia-se aos voluntários, além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de quinhentos réis diários, uma

gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no final da guerra. Nesse momento os voluntários teriam direito, ainda, a terras, na extensão de 49500 metros quadrados, nas colônias militares e agrícolas existentes em diferentes pontos do Brasil. Ao voluntário garantiam-se, também, promoções por bravura, meio soldo se ficasse inválido e, em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado à vontade. [...] As condições vantajosas oferecidas aos Voluntários da Pátria demonstravam a gravidade da carência de soldado no Brasil, onde os cidadãos, no geral, relutavam em ir para o Exército. (DORATIOTO, 2002, p. 114).

Com o término da Guerra do Paraguai formou-se um grupo de militares composto por uma jovem oficialidade, a quem Vitor Izecksohn chama de “Núcleo Profissional” (IZECKSOHN, 1997, p. 135), cujo principal foco de luta era a profissionalização do Exército, de maneira que situações como a vivida até a conflagração do conflito com o Paraguai não mais se repetisse. No leque dessa luta por profissionalização, a questão do Serviço Militar Obrigatório figurou com destaque.

Nesse sentido, foi aprovada uma Lei de Reforma do Exército em 1874 durante a gestão do Gabinete conservador, liderado por Rio Branco, cujo Ministério da Guerra era conduzido por João José de Oliveira Junqueira. A Lei visava, entre outras, a modificações na política de recrutamento para as Forças Armadas, cujo fulcro era tornar a conscrição um fenômeno universal, o que levaria à formação de uma reserva considerada em tempo de paz. Tal Estatuto legal terminou demonstrando sua ineficácia. Entre as causas de tal fracasso estão a falta de interesse político e a carência de recursos materiais e humanos para implantação e fiscalização do sistema. Além disso, com o fim da guerra do Paraguai, a política de erradicação do Exército foi reativada, fato que beneficiava o descumprimento da Lei de 1874. Cumprir o Serviço Militar continuou sendo o destino daqueles indivíduos infratores ou dos que não encontravam outra forma de obter um teto para morar e pão para comer. José Murilo de Carvalho, analisando os resultados da Lei de 1874, expressou-se da seguinte forma:

O serviço continuou a pesar exclusivamente sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros ou políticos. [...] O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente. (CARVALHO, 2005, p. 20).

Ademais, as relações entre o Exército e a política nesse período foram marcadas por atritos, como foi o caso da Questão Militar⁶, que contribuíram para a derrubada do Regime Monárquico e a instauração da República pelos militares.

⁶ Para mais detalhes sobre a Questão Militar, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 143 -153.

Com a implantação da República em 1889, alguns problemas herdados do período imperial necessitavam ser resolvidos. Novos valores precisavam ser incutidos para aceitação do novo regime. Era necessário formar os espíritos e incorporar à pátria parte do povo, que antes era escrava e agora transformada em *cidadãos*. O próprio conceito de cidadania, herdado do Império, deveria ser refeito. José Murilo de Carvalho assim se refere ao problema:

A monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras. O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nessa direção, como a reforma agrária e a educação dos libertos. Mas no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização. (CARVALHO, 1990, p. 23 – 24).

No leque de mudanças propugnadas pelo novo regime, veio à tona, outra vez, a necessidade de reformas no aparelho militar, pois da maneira como se encontrava era impossível garantir a sobrevivência da República. Essas reformas são perceptíveis, numericamente, quando se observa os gastos militares a partir de 1889. É notório seu crescimento nos momentos de deflagrações de conflitos bélicos, sobretudo no Exército. Caracterizando, com isso, mais uma vez, a falta de preparo permanente para o exercício de suas funções constitucionais.

Tabela 2: Gastos militares entre 1889 - 1940

Ano	Exército	Marinha	Total
1889	10,39	7,85	18,24
1895	23,32	8,80	32,12
1910	14,58	8,43	23,01
1925	17,44	5,80	23,24
1930	12,37	7,34	19,61
1940	19,05	7,81	26,86

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005, p. 58.

Todavia, a partir da eleição de Prudente de Moraes, em 1894, os produtores de café do Oeste Paulista se estabeleceram no poder. Esses, juntamente com a aristocracia mineira, irão protagonizar um quadro de completa rejeição ao fortalecimento do Exército, sempre visto como um agente potencial de intervenção na política, disposto a efetuar golpes, afinal, fora o Exército que derrubara a Monarquia. Nesse sentido, a intromissão dos militares na política

precisava ser barrada, era necessária a subordinação incondicional dos militares ao poder civil, como expressa Samuel Huntington, deveria haver um controle civil objetivo das instituições militares (HUNTINGTON, 1996, p. 102-103). A profissionalização dos militares e seu afastamento da política era a garantia que a nova classe dirigente precisava para confiar no Exército e, assim, avalizar uma reforma geral da Força, inclusive com aprovação de Lei que tornasse o Serviço Militar Obrigatório uma realidade. Rui Barbosa, ratificando a necessidade da não intervenção das Forças Armadas na política, expressou:

Eis aí, senhores, a defesa nacional, a grande função do Exército como da Marinha, a razão decisiva, mas única, da sua necessidade. Ora bem fácil me seria mostrar que nenhum homem político, neste regime, se tem preocupado mais vivamente do que eu com a defesa exterior do país. Quero, pois, a força armada como quem mais a quer. Exército e Marinha vigorosos, eficazes, respeitáveis, mas sob o freio da lei, das instituições civis, do governo constitucional. Ao serviço da nação os quero; não acima da nação. Quero-os desenvolvendo qualidades militares nos quartéis, nos navios, nos arsenais, nas linhas de tiro, nos polígonos de artilharia, nas escolas especiais, nas grandes manobras, na lição de instrutores, de organizadores, de administradores, cuja competência nos traga o que o Japão e o Chile foram buscar na assimilação da ciência prática da organização européia. Não os quero nas lutas políticas, desnaturando com a intervenção de força a liberdade dos comícios, das urnas e das assembleias deliberantes. (RUI BARBOSA apud PINTO NETO, 1997, p. 32-33).

Entretanto, nas primeiras décadas do Século XX, mais intensamente a partir de 1910, a política internacional encontrava-se num clima que apontava para uma guerra mundial. Nesse quadro, as questões de patriotismo e a ideia da defesa nacional eram constantemente invocadas, sobretudo pelas elites burguesas dos países europeus, que não encontravam outra forma de solucionar suas ganâncias capitalistas, senão através da guerra. No Brasil, tais ideias tiveram repercussão e fizeram reacender, no seio de nossa elite política, preocupações com nossa defesa externa, bem como a necessidade de preparar nossas Forças Armadas para guerra caso fôssemos envolvidos. A questão do Serviço Militar Obrigatório figurou com destaque nas várias correntes que passaram a posicionar-se contra ou a favor de sua implantação no Brasil. Entre as que advogavam sua implantação, destacaremos, no presente trabalho, a ação do grupo representado pelos *Jovens Turcos e pela Liga de Defesa Nacional*. A Liga teve em Olavo Bilac um dos seus maiores propagandistas. Em ambos os movimentos a tônica era a necessidade da construção do Estado Nacional pelo desenvolvimento do patriotismo do povo. Às Forças Armadas caberia um papel significativo nessa luta, através do Serviço Militar.

Um pouco antes, durante o governo de Afonso Augusto Moreira Pena (1906 - 1909), cujo Ministério da Guerra era ocupado por Hermes da Fonseca, havia sido aprovada, em substituição à Lei de 1874, uma nova Lei do Serviço Militar, chamada Lei do Sorteio. A Lei 1860 de 4 de janeiro de 1908 trazia mudanças significativas com relação a sua antecessora, *apertava-se o cerco* às fugas, às fraudes e às manobras políticas e econômicas que visavam burlar a prestação do Serviço Militar.

Todavia, no que pese o esforço do Ministro Hermes, pouca coisa mudou no quadro do recrutamento, estando longe ainda de conseguir que a prestação fosse dirigida a todos os cidadãos de forma universal e pessoal. Na expressão de José Murilo de Carvalho:

Em 1913, vinte e quatro anos após o final do Império, Leitão de Carvalho ainda dizia que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho. Era, segundo ele, uma seleção invertida. (CARVALHO, 2005, p. 20).

Nem o fato de Hermes da Fonseca chegar à Presidência da República, no quadriênio 1910 a 1914, ajudou para que a Lei do Sorteio Militar vingasse. A forte oposição das elites, aliada ao repúdio que a população sentia pelo serviço no Exército fez com que a Lei 1860 já nascesse morta.

Outra medida tomada, ainda durante a gestão de Hermes no Ministério da Guerra, e por sugestão do Barão do Rio Branco, foi enviar um grupo de oficiais do Exército Brasileiro para estagiar junto ao Exército Alemão, tido à época como um dos melhores exércitos do mundo. Tanto Hermes como Rio Branco eram admiradores do Exército Prussiano. A ideia era que tais oficiais, ao retornarem do estágio, utilizassem os conhecimentos adquiridos em prol da melhoria do Exército Brasileiro. Em três levadas sucessivas, durante os anos de 1906, 1908 e 1912, muitos oficiais, na sua maioria tenentes, foram mandados para o estágio arregimentado na Alemanha.

Em território alemão, tais oficiais observaram com bastante entusiasmo o nível de profissionalização atingido e a forma de recrutamento para o Exército daquela nação, cujo governo já havia implantado o Serviço Militar Obrigatório como meio de envolver toda a população com a defesa do país.⁷ O nível social e físico dos soldados recrutados para aquele

⁷ A ideia de envolver toda a população na defesa do país, *levéé en masse*, não era original do Exército alemão. Foi Napoleão, durante as guerras para manter os ideais da revolução de 1789 preservados, que conclamou a todos os habitantes a participarem do esforço de guerra e salvarem a República ameaçada. Keegan relata que ao final de 1794 a República francesa já contava com mais de um milhão de homens em armas. Clausewitz, para quem Napoleão era considerado um Deus da Guerra, levou o exemplo francês para a Alemanha. Mais detalhes

Exército não deixou de impressionar os jovens estagiários, sobretudo quando lembravam que no Brasil o recrutamento permanecia do mesmo modo como fora feito durante o Império: à força e com jovens de baixo nível social e cultural, pois além do analfabetismo, a maioria dos recrutados era composta de indivíduos *vadios*, *delinquentes* ou de pessoas que não encontravam melhor sorte na vida, restando o Exército ou a Armada como único refúgio para seus males.

Quando a última leva desses oficiais retornou ao Brasil, em 1912, já estavam convencidos da necessidade de esboçarem um plano para difundir os conhecimentos adquiridos junto ao Exército Alemão. O mote era sensibilizar a cúpula militar e política da época para efetuarem uma reforma do Exército Brasileiro nos aspectos organizacionais, materiais e humanos, de maneira que o mesmo ficasse em condições de promover a defesa do país, além de atuar como valioso agente da construção nacional. A implantação do Serviço Militar Obrigatório era condição *sine qua non* para o sucesso na empreitada. Edmundo Campos Coelho, analisando o movimento dos *Jovens Turcos*, expressou-se da seguinte forma:

A ideia básica do movimento era a de que a função primordial do Exército consistia na defesa externa e que esta só poderia ser efetiva pela existência de uma força militar profissional treinada, equipada e excluída das lutas político-partidárias, por um lado, e pela capacidade do país em mobilizar eficazmente seu potencial de guerra, por outro. E, neste particular, o serviço militar obrigatório era visto como elemento importante da defesa militar, a ser desenvolvido em tempo de paz. (COELHO, 2000, p. 92).

A propagação das ideias de tais oficiais, no seio do Exército Brasileiro, não foi bem acolhida, sobretudo pelos oficiais mais antigos e de maiores patentes, todos interessados na não realização de mudanças, principalmente relacionadas ao afastamento dos militares da política, espaço onde os mesmos amalgamavam-se aos políticos civis. Um marco característico dessas divergências foi o apelido pejorativo de *Jovens Turcos*, colocado nos oficiais que haviam realizado o estágio na Alemanha, numa analogia clara aos oficiais Turcos de Mustafá Kemal, pois esses haviam realizado o mesmo estágio no Exército Alemão, e, quando de volta a seu país, conduziram uma revolução *patriótica* em prol de mudanças que culminou na derrubada do governo local. Na expressão de Hobsbawm, referindo-se ao movimento dos *Jovens Turcos* de Mustafá Kemal:

O comitê para a União e o Progresso, mais conhecido como os Jovens Turcos (fundado nos anos 1890), que tomou o poder em 1908 na esteira da Revolução Russa, desejava implantar um patriotismo que abarcasse todos os

otomanos, passando por cima de divisões étnicas, linguísticas e religiosas, e baseado nas verdades seculares do Iluminismo (francês) do século XVIII. A versão do Iluminismo que mais lhes agradava se inspirava no Positivismo de Augusto Conte, que combinava uma fé cega na ciência e na modernização inevitável com o equivalente secular da religião, o progresso democrático (“ordem e progresso”, para citar o lema positivista) e um planejamento social de cima para baixo. Por motivos óbvios, essa ideologia seduziu as ínfimas elites modernizadoras no poder em países atrasados e tradicionalistas, que elas tentaram arrastar à força para o século XX. Essa ideologia nunca foi tão influente como na última parte do século XIX nos países não-europeus. (HOBSBAWM, 1988, p. 393 – 394).

O meio que encontraram para difusão das ideias absorvidas durante o estágio arregimentado junto ao Exército Alemão foi a criação de uma revista voltada para os assuntos militares. A fundação da revista deu-se em 10 de outubro de 1913, depois de várias reuniões do grupo para decidir a melhor forma de divulgação e alcance do periódico. A figura abaixo trata-se de uma representação imagética do momento de criação da revista *A Defesa Nacional*:

Figura 1: Óleo sobre tela, de Álvaro Martins.
Fundação da revista *A Defesa Nacional*, em 10 out.1913.



Fonte: *A Defesa Nacional* n. 750, out./dez. 1990, p. 2.

Na revista, colaborariam tanto militares, como civis, que se coadunassem com o pensamento do grupo. A correspondência entre os *Jovens Turcos* brasileiros e seus antecessores Otomanos ficou mais uma vez em evidência com o nome escolhido para a

revista: *A Defesa Nacional*. Os Turcos Otomanos haviam lançado uma revista com a mesma intenção, cujo nome coincidia com o escolhido pelos brasileiros para seu periódico. O primeiro número da revista saiu em outubro de 1913, bem próximo do início da Primeira Guerra Mundial. Nela, os *Jovens Turcos* atacavam a falta de patriotismo no Brasil e as várias deficiências do Exército Brasileiro na época: sua falta de organização, sem um Estado-Maior que conduzisse uma política de defesa para o país; carência de recursos materiais que se refletia na falta de equipamentos e fardamentos adequados para um Exército profissional e, ainda, mau gerenciamento de recursos humanos, evidenciado na falta de cumprimento de dispositivos legais que tornasse eficiente o recrutamento obrigatório, já previsto na Constituição Federal de 1891 e regulamentado pela Lei número 1860 de 4 de janeiro de 1908, a chamada Lei do Sorteio Militar.

Para os editores da revista, faltava despertar no povo brasileiro o patriotismo, criar hábitos de disciplina e de amor ao trabalho, pois somente com estes atributos se forja uma grande nação, e isso eles tinham visto na Alemanha durante o estágio. Na visão dos membros da revista e de seus simpatizantes civis, a militarização da sociedade alemã se constituía num exemplo que o Brasil deveria copiar. A militarização era um ótimo instrumento para o desenvolvimento do patriotismo. Capella cita trecho de Assis Chateaubriand, em artigo publicado pela revista, que retrata bem esse pensamento:

E, já que na Alemanha o espírito militar fora um fator importante para o progresso da nação, o Brasil bem que poderia imitá-la, quem sabe até em relação aos países vizinhos. Para Chateaubriand, o espírito militar seria uma usina [fábrica] a processar a indiferença e transformá-la em patriotismo: “afinando o espírito cívico, tempera caracteres e forja fibras de uma resistência incomparável, atravessando-as das (sic) correntes magnéticas do patriotismo verdadeiro”. Além disso, atuaria como um corretivo social: “a corrupção e a estagnação dos costumes, a anarquia social, o flagelo dos governos devorantes, o parasitismo da advocacia administrativa, todos esses males poderiam ser atenuados com o cultivo de um saudável espírito militar” (CHATEAUBRIAND apud CAPELLA, 1985, p. 201- 202). [Aspas da autora].

A revista não deixava de apontar a forma triste como eram preenchidas as fileiras do Exército, e não era diferente na Marinha. As Forças Armadas recebiam homens raquíticos, com saúde debilitada e sem a menor condição de participar de treinamento militar, precisavam antes de cuidados médicos e alimentação do que de instruções para guerra. Nesse particular, é pertinente as observações feitas pelo tenente Estevão Leitão de Carvalho, acerca do perfil físico e social de recrutas incorporados em um batalhão do Rio de Janeiro. Nas palavras de Capella, Leitão de Carvalho afirmou que:

Dos doze mais franzinos só um alcançava a estatura exigida e também apenas um possuía a circunferência torácica mínima. Dentre esses onze, nove pesavam menos que cinquenta quilos. Quase todos incorporados eram analfabetos e sem profissão. Alguns eram vadios, criados sem pais, outros apresentavam nos organismos raquíticos e depauperados todos os estigmas de uma infância sem pão, passada à gandaia. Apresentavam aos olhos da revista, duas carências básicas que os inutilizavam para o serviço das armas: de comida e de educação, isto é, do alimento para o corpo e para a vida social. (CARVALHO apud CAPELLA, 1985, p. 125).

O Brasil, no olhar dos integrantes da revista, era uma nação ainda por fazer-se. Faltava desenvolver o espírito patriótico do povo, uni-lo em torno de uma pátria comum. Nessa tarefa, era imprescindível a ação dos militares, estes seriam os *arquitectos* que ergueriam o edifício da nação. Somente com a militarização da sociedade as noções de patriotismo, ordem e disciplina, comuns à vida militar, se espalhariam por todo corpo social, fortalecendo valores cívicos, morais, físicos e disciplinares. Na opinião de Capella, Bertoldo Klinger, o estrategista da revista, pontuou de forma emblemática, em um de seus artigos, a função do Exército na construção da nacionalidade brasileira:

Na nossa desorganizada Pátria, (sic) é ao Exército que tem de caber, além de sua função universal, comum a todos os exércitos, o papel fundamental de volante da máquina nacional. Por algum ponto é preciso iniciar a organização da nação e esse há de ser o Exército, porque, de todos os departamentos dessa organização do conjunto, é ele o que interessa vitalmente a todos os cidadãos. Dada a nossa situação toda especial, o Exército assim constituído, a funcionar devidamente, será o volante que transmitirá o movimento a toda máquina, será uma fonte perene de propagação do trabalho intenso, da iniciativa, da disciplina, do civismo e até do alfabeto. (KLINGER apud CAPELLA, 1985, p. 195).

A consequência natural da militarização da sociedade seria a formação de um cidadão cômico de suas obrigações para com a pátria e ao mesmo tempo talhado pela disciplina militar, ordeiro, transformando-se em excelente mão-de-obra para o mercado de trabalho. Nesse caso, a revista alinhava-se à burguesia industrial emergente, pois, na ótica do patronato, a *indisciplina* das camadas operárias urbanas era um ônus para suas atividades econômicas, prejudicadas pelas constantes greves e *badernas* desses indivíduos. Tais agitações, na expressão do último presidente da República Velha, Washington Luís, *era um caso de polícia* e não um problema social a ser resolvido. Para a revista, o Exército, através do Serviço Militar Obrigatório, seria elevado à condição de *locus* da nacionalidade, fábrica de bons cidadãos. Capella afirma que, na visão dos *Jovens Turcos*, a função dos exércitos modernos não deveria limitar-se somente à defesa, na expressão da autora:

Além da defesa externa, estariam destinadas ao Exército outras atribuições relacionadas à organização social. E, quanto à forma de atuar, haveria duas diretrizes básicas: uma cívica, por onde seriam inculcadas noções de dever, patriotismo, desprendimento, solidariedade e outra de caráter disciplinar, na qual o trabalho, a iniciativa, a disciplina e o progresso seriam as categorias fundamentais. (CAPELLA, 1985, p. 187).

Um dos fatores que dificultava a exequibilidade do plano dos *Jovens Turcos* era o quadro crítico da educação brasileira. Na época, a taxa de analfabetismo girava em torno de 80% da população, repercutindo automaticamente no perfil dos incorporados, uma vez que quase todos eram analfabetos (CAPELLA, 1985, p. 126). É importante salientar que a luta para estender a educação primária para todos já era um projeto aspirado pelas elites republicanas. Somente com instrução primária pública e gratuita seria possível a inclusão na cidadania de parcela significativa da população, pois os analfabetos não votavam. Além disso, a ideia de substituir o imigrante pela mão-de-obra nacional passava obrigatoriamente pela qualificação, sobretudo num país onde há pouco a força de trabalho era conseguida, em sua maior parte, pelo trabalho escravo.

Por outro lado, a revista *A Defesa Nacional* deu ênfase ao papel da educação como pré-requisito para a formação do *bom soldado*. Nesse sentido, desde a infância, os conceitos de pátria, civilidade e disciplina já deveriam ser cultivados no seio da família, papel que as mães deveriam exercer. Posteriormente, essa preocupação deveria orientar os currículos escolares, de maneira a reforçar valores trazidos de casa. Ao chegar a época do jovem prestar seu tributo à nação, seria apenas adaptado à *faina* da caserna. Nessa perspectiva, a escola funcionava como ante-sala do quartel. Capella cita trecho de artigo da revista a esse respeito, da seguinte forma:

O elemento feminino, que poderia contribuir, de maneira inestimável, para a instituição metódica do patriotismo eram as senhorinhas, leia-se mulheres virgens, e as mães que naturalmente casaram-se virgens. As senhorinhas eram essas almas de angélica e de flor de laranjeira, abertas aos sentimentos santos, possuindo o encanto da virgindade, o aroma da inocência e o néctar da beleza com que Deus as dotou, para que possam exercer sobre os homens uma atração análoga àquela que as flores exercem sobre as abelhas. [...] Mais tarde, como mãe, formará, à feição de seus ideais, o caráter e o coração dos filhos, tornando-se a educadora patriótica por excelência. E, arrematando as lições maternas e escolares, transmitidas por mães e senhorinhas, viria o serviço militar obrigatório. O caminho disciplinar básico – lar, escola, quartel – estaria, então, completo. (CAPELLA, 1985, p. 223 – 224).

No ano seguinte à criação de *A Defesa Nacional* deflagrou-se a Primeira Guerra Mundial. O momento belicista que o mundo passou a enfrentar serviu de tempero para contagiar o país, sobretudo as elites, com as questões da nossa defesa. Os *Jovens Turcos*

souberam aproveitar bem o momento para divulgar o conceito de *Nação em Armas*, assimilado durante o estágio no Exército Alemão. A guerra não dizia mais respeito aos militares e aos campos de batalhas, mas envolvia toda a nação. O meio de envolver a todos no conflito era, para os editores da revista, o recrutamento obrigatório e universal. A previsão de um possível envolvimento brasileiro na guerra preocupava os integrantes da revista. Nas condições em que se encontrava o Exército no período, a mobilização para uma guerra na Europa seria caótica, pois além da falta de recursos técnicos e de materiais, inexistia um recrutamento eficiente.

Todavia, a guerra se tornou uma realidade para o Brasil com o afundamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães. A partir de então, a guerra passou a ser o pano de fundo com o qual a revista, através dos seus artigos, conseguiu encontrar aliados no meio das elites civis para defesa de sua principal causa: a obrigatoriedade do Serviço Militar, de forma universal e pessoal.

O entusiasmo pela implantação do Serviço Militar Obrigatório, defendido pelos *Jovens Turcos*, somou-se ao dos representantes das elites civis à causa. Nesse sentido, é que em 7 de setembro de 1916 fundaram a *Liga de Defesa Nacional*⁸, cujo Estatuto era um direcionamento para ações da construção nacional, composto de treze itens com a finalidade de manter:

[...] a ideia de coesão e integridade nacional; propagar a educação popular e profissional; difundir em todas as escolas – civis, militares ou religiosas – e também nos lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo; defender o trabalho nacional, a lavoura, a indústria, o comércio, as ciências e as artes e interessar-se por todas as questões que importassem à prosperidade, segurança e dignidade do país; combater o analfabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e dissolução dos costumes; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo e fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos, quando autorizados por lei; apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução de leis de preparo e organização militar; aconselhar e facilitar a instrução militar em estabelecimentos de ensino, seminários, orfanatos, institutos de assistência pública e particular, associações de comércio,

⁸ Os fundadores da Liga eram uma representação fiel das elites econômicas e políticas da época: Ministros de Estado – Almirante Alexandrino de Alencar (Marinha), General José Caetano de Faria (Exército), Dr. Padiá Calógeras (Fazenda); Deputados – Carlos Peixoto (MG), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (MG), Dr. Luís Soares dos Santos (RS); Senadores – Alfredo Ellis (SP), Bernardo Monteiro (MG), Henrique Coelho Neto (MA), Conselheiro Rui Barbosa (BA); Representantes do comércio, da indústria e da agricultura – Afonso Viseu (comerciante), Cândido Gaffrée (industrial), Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (agricultor), Guilherme Guinle (industrial), Dr. Homero Batista (presidente do Banco do Brasil), Jorge Street (presidente do Centro Industrial do Brasil); Magistrados – Dr Augusto Viveiros de Castro e Dr Pedro Lessa (ministros do Supremo Tribunal Militar); Mundo Acadêmico – Conde de Afonso Celso (presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor da faculdade livre de Ciências Jurídicas e Sociais), entre outras “personalidades”, tais como Olavo Bilac e Monsenhor Vicente Lustosa de Lima (Cabido Metropolitano).

Para saber a lista completa, consultar: CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório*. UFF, Niterói: 1985.

indústria, beneficência, esportes e diversões; estimular o estudo e o amor da História do Brasil e das nossas tradições; fazer a propaganda da Liga no lar e em público, por meio de conferências, comícios, publicações, festas e prêmios; publicar um catecismo cívico e livros de educação patriótica destinados a crianças e adolescentes, distribuídos gratuitamente; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no Brasil e a criação de escolas nos núcleos coloniais. (CAPELLA, 1985, p. 237 - 238).

Um de seus integrantes, Olavo Bilac, além de tribuno da *Liga*, transformou-se no grande propagandista do uso dos quartéis como escolas de civismo e disciplina. Seu discurso inflamado a favor do Serviço Militar Obrigatório, quando o mundo já vivia os horrores da Primeira Guerra Mundial, representou a voz das elites urbanas, sobretudo do Estado de São Paulo. Bilac, cujo pai havia participado da guerra do Paraguai como médico, não quis abraçar a carreira das armas, ingressou no curso de medicina e não chegou a concluir. O mesmo se deu com o curso de Direito. Todavia, foi como escritor, poeta e professor que Bilac emprestou seu talento em prol da construção do patriotismo. Seus discursos junto aos jovens das classes médias, suas viagens pelo Brasil pregando a necessidade do desenvolvimento do civismo, da educação primária, da higiene, da disciplina, enfim, fazer a inclusão social de parcelas da sociedade que vivia às margens da ação do Estado. Sua luta em favor da aprovação do recrutamento obrigatório levaria, anos depois de sua morte, a escolha dele como Patrono do mesmo e o dia do seu nascimento, 16 de dezembro, para celebrar o dia do Reservista.⁹ Edmundo Campos Coelho analisa a campanha de Bilac nos seguintes termos:

Quando em 1915, começou-se a especular sobre a forma de participação do país no conflito mundial, Olavo Bilac iniciou uma campanha nacional em favor do serviço militar obrigatório. Como poeta e “professor de entusiasmo”, segundo expressão dele próprio, sua campanha apelava menos à razão que aos sentimentos patrióticos. Sua tese era de que o serviço militar obrigatório era um elemento fundamental da organização nacional. O argumento era de que faltava ideal às classes dirigentes, e que ao egoísmo destas somava-se a apatia das massas populares. A nação não estava unida, não formava um organismo, faltavam-lhe disciplina e inspiração patriótica e a eleição do Marechal Hermes havia aberto um fosso entre civis e militares. Confessando-se antimilitarista, Bilac via, entretanto, no serviço militar a solução dos problemas da organização nacional. O quartel, dizia ele, apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo. [...] Com o serviço militar obrigatório, o Exército será o povo e o povo será o Exército, e desaparecerá o divórcio monstruoso entre o Exército e a Nação. (COELHO, 2000, p. 89 – 90).

A campanha de Bilac, a ação dos *Jovens Turcos* e o trabalho da *Liga de Defesa Nacional* foi potencializado por fatores externos e internos. Externamente, o imperialismo

⁹ O Decreto nº 58.222, de 19 de abril de 1966, estipulou como Patrono do Serviço Militar no Brasil o poeta Olavo Bilac. Já o Decreto nº 1.908, de 26 de dezembro de 1939, determinava que o dia do nascimento de Bilac passaria a ser comemorado em todo país como o Dia do Reservista.

capitalista tinha levado à guerra mundial e à ameaça constante de uma nação sobre a outra, justificado no velho jargão militar de que “a melhor forma de manter a paz era preparando-se para a guerra”, Capella (1985). Internamente, tínhamos vivido conflitos como Canudos, Contestado e a Revolução Federalista. Em todos eles a crítica feita pelos *Jovens Turcos*, através do seu periódico, foi em cima do despreparo do Exército e a necessidade de reformá-lo para, através do Serviço Militar, transformá-lo no grande *volante da máquina nacional*.

Mas foi a guerra mundial o grande mote que, tanto a *Liga*, como os *Jovens Turcos* utilizaram como bandeira de luta para persuadir a elite política na aplicação da Lei do Sorteio Militar em 1916. Opinião semelhante é a do Brazilianista Frank McCann, na sua expressão:

Foi a guerra na Europa, e não no Contestado, o pano de fundo contra o qual os planos de reforma e reorganização elaborados nos anos anteriores foram postos em prática. O serviço militar obrigatório tornou-se realidade, e alguns oficiais ansiavam por ver seu Exército ampliado juntar-se à luta na Europa. Esse desejo foi frustrado, mas a expansão física resultante do serviço obrigatório aumentou o alcance do Exército por todo o Brasil e, com isso, a capacidade do governo central para intervir nos estados. (McCann, 2007, p. 215).

Dessa confluência de interesses, e agora ajudado pelo estado de guerra, surgiu a possibilidade de fazer valer a Lei do Sorteio que, desde sua aprovação em 1908, ainda não havia sido aplicada na prática. Assim, de 10 a 17 de dezembro de 1916 foi realizado o primeiro sorteio do Serviço Militar. O sistema era simples e funcionava da seguinte forma: os nomes de todos os alistados, aptos, eram colocados dentro de uma urna giratória. Na presença de autoridades civis e militares girava-se a urna e, em seguida, tirava-se o nome sorteado, procedendo-se à leitura pública do mesmo para que o interessado e toda sociedade tomassem conhecimento do fato.

A partir do sorteio de 1916 e observando dados organizados por Frank McCann (ver Tabela 3) para o alistamento e recrutamento nos anos de 1917 e 1923, vemos que houve certo sucesso com a aplicação da Lei do Sorteio, quando comparado com períodos anteriores. Mas a situação ainda não estava como gostaria os entusiastas do Serviço Militar: obrigatório, pessoal e universal.

Tabela 3. Funcionamento do Serviço Militar Obrigatório (1917 – 1923)

Ano	Convocados	Insubmissos	Dispensados	Incorporados
1917	5922	890	745	2966
1918	41564	14500	7625	17615
1919	28112	27044	7408	16985
1920	24088	22663	4783	14382
1921	31855	24996	6043	16541
1922	41516	30185	6541	15471

1923	51785	43154	6953	12021
------	-------	-------	------	-------

Fonte: McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 281

Aos ganhos advindos da aplicação da Lei do Sorteio somou-se a vitória conseguida com a extinção da Guarda Nacional em 1918. Com isso, o recrutamento passa a ser uma atribuição exclusiva do Exército, que começa a gerenciá-lo em todo o território nacional.

Entretanto, o entusiasmo com a aprovação do sorteio logo foi contrastado com a decepção durante o recrutamento nos anos seguintes. A falta de uma estrutura administrativa que possibilitasse ao Exército gerenciar um território do tamanho do Brasil, bem como a repulsa histórica que a população nutria pelo Serviço Militar, decorrente da imagem do recrutamento *a laço* sempre pairando sobre a cabeça da sociedade, fizeram com que muitos escapassem da prestação pela astúcia, ou até mesmo pela falta de informação sobre a obrigação de se apresentar ao quartel quando sorteado. Além disso, a legislação não previa punições para os casos de descumprimento da lei, como no caso dos insubmissos.¹⁰ Na avaliação do general Tasso Fragoso, o recrutamento nos anos vinte ainda estava por fazer valer a ideia da *Nação em Armas*, apregoada pelos *Jovens Turcos*, por Bilac e pela *Liga de Defesa Nacional*:

Analisando o período de 1917 a 1923, o general Tasso Fragoso declarou “desalentadora” a proporção crescente de insubmissos e atribuiu os milhares de casos a “defeitos intrínsecos no temperamento e educação do povo”, mas acrescentou que a vasta geografia, a população esparsa e as comunicações precárias do Brasil contribuíram para impedir muitos homens de saber que haviam sido convocados. Além disso, a rígida política de prender os que se apresentavam com atraso, adotada por muitos comandantes, adicionava uma barreira desnecessária. (McCANN, 2007, p. 280).

Vale ressaltar, ainda, que a aprovação de tal instituto jurídico não foi conseguida de forma uníssona no Congresso Nacional, mas com ferrenha oposição de grupos, como o encabeçado pelo deputado Alberto Torres. Este via a possibilidade de construir a pátria através da militarização da sociedade, um equívoco. Para ele, conforme nos relata Coelho: “A organização militar no Brasil deveria ser uma organização de defesa, e nas democracias a forma preferida para esta organização é a milícia cívica. A Guarda Nacional, espalhada por toda extensão do país, deveria substituir o Exército”. (COELHO, 2000, p. 91).

Alberto Torres era representante do chamado movimento ruralista e, como tal, era simpático à velha forma de defesa baseada nos serviços da Guarda Nacional, cujo controle havia ficado, desde o Império, nas mãos de chefes políticos locais. Isso servia de entrave aos

¹⁰ Pela Lei do Serviço Militar Obrigatório, a insubmissão é caracterizada pela falta do selecionado ao quartel onde o mesmo foi designado para prestar o serviço militar.

planos da *Liga* e da jovem oficialidade reformista quanto à criação de um Exército Nacional e da comunidade patriótica, que deveriam fomentar no Brasil através da implantação do Serviço Militar Obrigatório.

Torres acreditava que a defesa nacional passava antes pelo desenvolvimento econômico do país, na formação de um governo central forte e capaz de impor-se aos interesses centrífugos das oligarquias regionais. Não acreditava na construção nacional baseada num romantismo lírico, como apontava os discursos inflamados do poeta Olavo Bilac. Entretanto, concordava com Bilac que o Brasil era um país sem patriotas, mas a forma de fazê-los era através de uma política de desenvolvimento da educação. Nesse sentido afirmava:

Se, em toda parte, as sociedades não receberem organizações própria, senão simples construções provisórias, com materiais em ruína; se o Estado não é, ainda, mais que mera corporação policial, e órgão de comando, por violência ou por sugestão; no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, por uma política: eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade. (TORRES, 1978, p. 37).

A educação, para o Estadista Torres, constituía uma política de Estado e não deveria ser entregue aos quartéis. Esses preparavam soldados para o cotidiano da caserna, a formação cívica, patriótica, teria outro lugar, menos os quartéis. Coelho (2000), citando Torres, sobre o papel da educação militar na construção de bons patriotas, expressou-se:

[...] a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel não podendo criar tais qualidades, não chega também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos. (TORRES apud COELHO, 2000, p. 90).

Além de Alberto Torres, as posições contrárias à implantação do Serviço Militar partiam também de movimentos de esquerda: anarquista, sindicalista e socialista. Eles viam no movimento em prol do recrutamento obrigatório uma tentativa da burguesia nacional em congregar a classe trabalhadora à comunidade patriótica nacional, enfraquecendo-a sob o *manto protetor* do Estado-Nação. Não era novidade que para tais grupos nossa burguesia agia em sintonia de pensamento com seus congêneres no resto do mundo. Outro ponto que tornava a classe operária avessa ao Serviço Militar era a guerra travada na Europa, à qual era atribuída

a luta pelo capital, distantes das questões sociais pelas quais a classe lutava. Capella coloca muito bem essa questão quando cita trecho do congresso Internacional de Stuttgart, realizado pelos socialistas em 1907:

As guerras entre os Estados capitalistas são geralmente consequência da sua concorrência no mercado mundial, já que cada Estado tenta não só assegurar-se da sua zona de influência, como conquistar novas zonas, em que a dominação de povos e países alheios desempenha um papel preponderante. Estas guerras são engendradas, além disso, pelos constantes armamentos militares a que dá lugar o militarismo, instrumento principal da dominação da classe burguesa e da subjugação da classe operária. As guerras são propiciadas pelos preconceitos nacionalistas, cultivados sistematicamente nos países civilizados no interesse das classes dominantes com o fim de desviar as massas proletárias dos seus próprios objetivos de classe e de obrigá-las a esquecer o dever da solidariedade internacional de classe. [...] A classe operária, principal fonte de soldados e sobre quem recai também o peso dos sacrifícios materiais é, particularmente, inimiga natural das guerras. (CAPELLA, 1985, p. 32 – 33).

No Brasil, periódicos de esquerda, como as revistas *A Vida*, *O Debate*, o jornal *A Voz do Trabalhador*, entre outros, alinhavam-se com o pensamento dos movimentos de esquerda da Europa. Pinto Neto, citando as objeções ao Serviço Militar feitas por José Boróbio, no Jornal *A Voz do Trabalhador*, comenta:

[...] Nossa aspiração – e aproveitamos esta data para assinalarmos uma vez mais – é que os trabalhadores interpretando retamente seus interesses, se neguem a vestir o denegrante uniforme de soldado e estejam sempre dispostos à revolta contra o serviço militar obrigatório. Aos que hoje vão servir no Exército, Marinha ou polícia por necessidade, por falta de trabalho, nosso conselho é: antes de vestir um uniforme, ide roubar, antes de ser soldado, sede salteador de caminhos. [...] O crime maior é o crime organizado. Abaixo o militarismo. (PINTO NETO, 1997, p. 120).

Quando o assunto era a participação do Brasil na guerra, que no discurso de Bilac e da *Liga* era o exemplo de amor que cada brasileiro deveria dar à pátria, preparando-se para sua defesa através do Serviço Militar Obrigatório, a esquerda reagia alegando que tais apelos representavam interesses de banqueiros e comerciantes nacionais e internacionais, preocupados mais com seus lucros e negócios do que com a pátria, conceito que não passava de uma ficção. Recorrendo mais uma vez às observações que Pinto Neto faz sobre tais movimentos é elucidativo o ponto de vista de um rapaz, citado pelo autor, que sob a ameaça de vir a ser convocado para a guerra, colocava a situação nestes termos:

[...] Ora eu estou em idade militar e, em caso de guerra, provavelmente serei chamado às armas, quero, desde já, fazer pública a seguinte e refletida declaração: eu sou pacifista, antimilitarista, antiguerrista e, em consequência, não pegarei absolutamente em arma de nenhuma espécie para ir à guerra.

[...] Não me fales em defesa da pátria. Não defenderei coisa nenhuma. Eu não tenho pátria, eu não sou patriota. O Brasil? Isto é uma ficção política. A República? Isto é uma quadrilha de ladrões organizados com o fim de viver à custa do povo. A Bandeira? Isto é um pedaço de pano verde e amarelo, que para mim não merece o esforço de uma escarrote. Não penseis um momento, sequer, que eu tenho medo: deixar-me-ei, antes, fuzilar como desertor, como refratário, como bandido, como o que quiserem. E ainda encostado no muro de execução, eu hei de gritar com toda a força de meu coração: abaixo a guerra! (PINTO NETO, 1997, p. 150).

Os anos vinte foram marcados por rebeliões militares e agitações sociais, sobretudo operárias, que puseram em xeque o *status quo* implantado no Brasil pela República Velha.

As revoltas Tenentistas de 1922 e 1924, além de desagregar internamente o Exército, contribuíram para retardar a implantação do projeto de construir a nação através da militarização da sociedade, na transformação de cada cidadão em soldado. Esse quadro era piorado pelas greves operárias, que, aos olhos de alguns oficiais, eram um indicativo de que a sociedade brasileira era *indisciplinada*. Tais movimentos, no entanto, serviram para aprofundar as rachaduras na República Velha e contribuíram para a eclosão da Revolução de 1930, pondo um fim na hegemonia política de São Paulo e Minas Gerais. Novos rumos seriam tomados na luta pela consolidação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil.

Logo após 1930, o Brasil viveu uma série de agitações, situação natural quando há um rompimento do *status quo* reinante na sociedade. As agitações e revoltas militares, e ainda, a revolução Constitucionalista de São Paulo, fizeram com que o Governo Provisório mantivesse seu foco na pacificação do novo regime. No novo jogo político que tinha iniciado, os militares que aderiram à causa da revolução passaram a ter forte influência no novo governo. Entre eles, encontravam-se vários integrantes dos movimentos Tenentistas, todos os *Jovens Turcos* e oficiais que na década anterior haviam recebido a influência da Missão Militar Francesa¹¹ junto ao Exército Brasileiro. A maioria dos oficiais generais, quase todos ligados ao regime anterior, foi posta na reserva do Exército, de maneira que os postos de cúpula da instituição ficaram vazios, disponíveis à nova oficialidade que havia apoiado as oligarquias dissidentes a chegarem ao poder. Tal situação permitiu a ascensão de alguns oficiais, de forma meteórica, aos postos mais altos da instituição. Caso emblemático dessa situação foi o caso do general

¹¹ A missão veio para o Brasil logo após o término da Primeira Guerra Mundial e aqui exerceu intensa atividade de instrução junto ao Exército Brasileiro. As noções de Estado-Maior foram aprofundadas; criaram-se Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais e Estado-Maior. A Missão permaneceu no Brasil até praticamente o início da Segunda Guerra Mundial, quando, por motivo da mesma, foi chamada de volta à França. Após a guerra, as várias missões do Exército americano dariam continuidades ao trabalho de intercâmbio do Brasil com outros países na área militar. Sobre a Missão Militar Francesa no Brasil, consultar: MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988. Coleção General Benício.

Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Tanto Góes como Dutra, aquele na elaboração das ideias e esse responsável por colocá-las em prática, serão os responsáveis por reformas significativas nas Forças Armadas, sobretudo na tomada de medidas legais que evitassem as constantes revoltas e agitações que partiam dos quadros subalternos da Força, como havia sido o caso do Tenentismo da década anterior. Movimentos isolados como aqueles, na visão da nova cúpula militar, prejudicavam a disciplina, além de promover o enfraquecimento da Força, evitando que a mesma apresentasse uma posição de conjunto, um consenso da corporação. A pacificação da Força, operada pelo alto, contribuiu, no dizer de Coelho (2000), para que o Exército migrasse da condição de simples organização para obter *status* de instituição.

Dentro desse quadro de mudanças, a questão de abrir as Forças Armadas à sociedade, para usar aqui a expressão de Carvalho (2005), foi operada mais pelo esforço de submeter todos à lei do Serviço Militar do que ao uso de apelos patrióticos, como os de Olavo Bilac e da *Liga de Defesa Nacional*.

A partir de 1930 uma nova legislação regulamentadora da lei do Serviço Militar garantiu mais eficiência ao recrutamento. O Decreto 22885 de 1933 passou a exigir o certificado do Serviço Militar para ocupação de cargo público, medida que foi incorporada à constituição de 1934 por iniciativa de Góes Monteiro. O exercício do voto ficou condicionado a que o cidadão estivesse em dia com suas obrigações militares e foi estipulado, também, que para pleitear em juízo era necessário comprovar a quitação com o Serviço Militar. Havia ainda o desejo de Góes de estender a obrigação às mulheres, fato que não se concretizou.

A aparente calma, conseguida logo após a Revolução Constitucionalista de 1932 foi abalada pela Intentona Comunista de 1935.

O golpe fora planejado por uma dissidência radical do movimento Tenentista que havia ingressado no Partido Comunista Brasileiro, já existente no Brasil desde 1922. Um dos articuladores do movimento, o ex-capitão do Exército Luís Carlos Prestes, visualizou o aliciamento de vários militares, esses agiriam através da sublevação dos seus quartéis. Em vários pontos do território nacional, militares sublevaram-se em novembro de 1935. Natal, Recife e Rio de Janeiro foram palcos de momentos de lutas com saldo de vários mortos. Todavia, o governo conseguiu debelar o movimento e ainda arranhou um novo alibi para conseguir, pouco tempo depois, anular a constituição de 1934 e implantar no país um regime autoritário.

Logo após o fracasso do movimento comunista, o governo Vargas passa a ser alimentado, cada vez mais, por informações de um suposto plano do Movimento Comunista

Internacional, cujo fim era a derrubada do governo com o estabelecimento de um regime comunista no Brasil. Isso provocou a reação por parte do governo que terminou num golpe de estado e na implantação de uma ditadura no Brasil que duraria de 1937 a 1945. Foi o chamado Estado Novo.

Na verdade, o grupo de militares que chegou ao poder, juntamente com Vargas, em 1930, cuja cúpula era representada pelos Generais Góes Monteiro e Dutra, estava muito mais alinhado com um modelo de Estado autoritário e centralizador do que submeter-se a um regime constitucional, liberal e burguês, conforme ansiava a Constituição de 1934.

Tal grupo, sob os auspícios da ditadura de Vargas, realizou uma modernização conservadora, antiliberal, mas eminentemente burguesa, como, aliás, seriam as futuras intervenções de 1945 e 1964, apesar da fachada democrática que tais movimentos alegavam defender. No dizer de Carvalho (2005), tratava-se de uma “modernização pelo alto”.

Dentro do espírito dessa modernização, havia espaço de sobra para as ideias dos *Jovens Turcos*, de Bilac e da *Liga* de Defesa Nacional. Agora não eram mais necessárias campanhas patrióticas e românticas para construir a nação, desenvolver o patriotismo do povo ou preparar sua defesa. O romantismo de Bilac e os esforços da *Liga* seriam substituídos, com muito mais eficiência, pela ação do Estado, pelo braço da lei.

Com o Estado-Novo, os planos que visavam à militarização da sociedade, sonhado pelos *Jovens Turcos*, são colocados em prática, garantidos pela aliança estabelecida entre Vargas-Dutra-Góes. De 1937 em diante, toda a política nacional será em função da defesa. O país deveria desenvolver-se economicamente em função da segurança nacional.

As Forças Armadas seriam elevadas à condição de instrumento da ação política do Estado. O Exército como vanguarda do povo, no sentido Tenentista do termo, transforma-se em elemento garantidor de um Estado Nacional forte e centralizador. Nesse sentido é que Edmundo Campos Coelho cita as palavras do general Góes Monteiro, quase um recado aos que tentassem, como os tenentes de 1922 ou os *subversivos* de 1935, novos golpes e rebeliões:

[...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, a produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria. (COELHO, 2000, p. 115).

A nação torna-se, como imaginava os *Jovens Turcos*, espelhando-se no exemplo da Alemanha, militarizada. O Exército agora seria o condutor, o guia, o *volante da máquina*

nacional. Nesse processo, a efetivação do Serviço Militar Obrigatório, sobretudo com a aprovação de novas leis regulamentadoras, torna mais difícil as fugas e burlas ao cumprimento da obrigação.

A lei do Serviço Militar de 1939, a chamada Lei Dutra, trouxe inovações ao sistema. Previu multas para os insubmissos e taxas para os isentos. Além da lei, outras medidas, como a construção de novos quartéis, bem como melhoria dos já existentes, possibilitaram receber mais recrutas, agora em melhores condições de acomodação e de higiene. A falta de quartéis e as más condições de conservação e limpeza dos mesmos, na década anterior, eram tão precárias que levou o ministro Calógeras, ao assumir o Ministério da Guerra, compará-los à “[...] senzalas imundas”. (McCANN, .2007, p. 330).

Outra medida tomada, dessa vez com a intenção de estimular a prestação do Serviço Militar pelas classes médias e altas da sociedade, uma vez que essas sempre fugiam, de alguma forma, à obrigação para com o Serviço Militar, foi a criação dos Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Ambos destinados a receber os jovens em idade de prestar o Serviço Militar e que estivessem cursando nível superior. Dessa forma, o Exército acolhia em suas fileiras uma parcela significativa de jovens e penetrava ainda mais na sociedade.

Assim, ao final da década de trinta, o Exército, através do Serviço Militar Obrigatório, conseguia envolver basicamente toda a sociedade. Os filhos das camadas mais pobres eram incorporados para servirem como soldados, ao passo que as classes médias e altas prestavam o Serviço na condição de alunos de algum centro ou núcleo de formação de oficiais da reserva.

O Serviço Militar aparecia mais uma vez, conforme preconizava seus idealizadores, como uma poderosa ferramenta do Estado na disciplina dos corpos e das mentes dos seus cidadãos. O corpo era trabalhado pelos exercícios físicos com fins de preparação militar e a mente era disciplinada pelas instruções de Educação Moral e Cívica, agora com muito mais ênfase no combate que deveria ser travado à *infiltração comunista* no Brasil. Dessa forma, era necessário delimitar a segurança da nação para além das fronteiras políticas do Estado. O combate ao comunismo referia-se a uma luta no campo das fronteiras ideológicas, antecipando, antes do término da Segunda Guerra Mundial, o que seria a luta durante o período que ficou conhecido como Guerra Fria. José Murilo de Carvalho, analisando a militarização da sociedade pelo Estado Novo nos fins dos anos trinta, assim se expressa:

O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à

pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas, na convivência de um governo forte que promovesse o progresso do país. O resultado de tudo isso refletia-se no título de um artigo de Menotti del Pichia, publicado na *Nação Armada* em dezembro de 1941 “A Pátria é hoje uma imensa caserna.” (CARVALHO, 2005, p. 78). [Aspas do autor].

É importante observar que, ainda no final da década de trinta, tinha início a Segunda Guerra Mundial. Isso acelerou o processo de militarização da sociedade que vinha sendo imposto pela ditadura varguista e seus aliados militares.

Ao término da guerra e também da ditadura, pois Vargas ao aproximar-se de movimentos sindicalistas e do operariado causou desconfiança em seus antigos aliados, que passaram a ver na sua ligação com as citadas categorias um bom motivo para derrubá-lo do poder, já que à época, tais segmentos sociais eram considerados *comunistas*. O antigo aliado passou a representar uma grave ameaça à segurança nacional. Foi dentro desse quadro que aconteceram as manobras que levaram Eurico Gaspar Dutra à presidência da República em 1945.

A eleição de Dutra aconteceu em um momento em que o país, saído da Segunda Guerra Mundial, buscava reforçar sua integração ao bloco de países capitalistas e alinhados com os Estados Unidos da América na sua luta contra o comunismo, representado pela União Soviética, líder do grupo de países socialistas.

Vale observar que o quadro geopolítico mundial que emergiu logo após o término da Segunda Guerra, transformou os países latinos alinhados com os Estados Unidos em executores de uma política de defesa que era pensada por órgãos como a *Agência Central de Inteligência* (CIA), o *National War College* (NWC) e o *Colégio Interamericano de Defesa*. Eram desses órgãos, sediados nos Estados Unidos, que emanavam as inspirações para a política de segurança nacional dos países latinos, cujo foco era a manutenção da segurança interna, e nesses termos, o combate ao comunismo era a tônica. Na expressão de Demétrio Magnoli:

O principal centro difusor das ideologias de Washington foi o *National War College* (NWC), formado em 1945 e destinado a elaborar as doutrinas geopolíticas e militares do império americano no pós-guerra. Enviando missões militares para inúmeros países latino-americanos, o NWC promovia acordos e tratados conjuntos com as Forças Armadas locais. (MAGNOLI, 1992, p. 274).

As várias missões militares americanas junto às Forças Armadas brasileiras, intensificadas a partir do final da Segunda Guerra, caracterizaram medidas no sentido acima citado por Magnoli. A criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, foi feita sob os

auspícios dos militares americanos em missão no Brasil, apesar de nem sempre haver perfeita sintonia entre o que pensavam esses e os militares brasileiros. Caso emblemático disso foi a aceitação de civis na Escola, defendido e implantado pela cúpula militar brasileira, mesmo com a reprovação americana. Isso fazia parte de um plano estratégico dos militares nativos para envolver as elites empresariais e políticas na questão da segurança nacional.

A partir de então, a defesa e a segurança da pátria foram traçadas dentro de uma linha muito próxima ao que Góes e Dutra haviam programado para o Estado Novo. Era de certa forma a continuação da implantação do binômio segurança-desenvolvimento. A segurança passa a ter uma conotação interna maior que a externa, agora reforçada com as *ameaças* do chamado inimigo interno operando dentro do território da nação sob a bandeira do comunismo internacional. Nesse particular, o Serviço Militar haveria de ser uma boa ferramenta no combate preventivo à subversão, pois como mencionado anteriormente, os cidadãos que passavam pela caserna, ao retornarem à vida civil, seriam os difusores de uma filosofia contrária ao comunismo, haja vista que suas mentes haviam sido disciplinadas pelas instruções de Educação Moral e Cívica, cujo conteúdo curricular combatia o comunismo. O engano dessa afirmação era patente, dado os casos de militares envolvidos com movimento de esquerda em décadas à frente, ou até mesmo no passado, com foi o caso do ex-capitão Luís Carlos Prestes.

Conforme os *ares* dos novos tempos, ao ideal de envolver todo cidadão nas questões da defesa da pátria, através da universalização do Serviço Militar Obrigatório, será acrescido o critério da capacitação profissional e intelectual, como condicionantes do ingresso num Exército moderno, correspondente de uma nação industrialmente desenvolvida. É nesse sentido que McCann comenta a linha de ação política dos oficiais do Estado-Maior do Exército após a Segunda Guerra Mundial:

O Exército agora se empenhava em remodelar o Brasil doutrinando as elites com a visão de um futuro industrial para o país. Enquanto os sonhos da década de 1910 haviam sido baseados na reforma da sociedade por meio do treinamento militar obrigatório, os sonhos no pós-Segunda Guerra Mundial ganhavam vida mediante a educação das elites. Os oficiais do Estado-Maior do Exército preservaram a propaganda do Serviço Militar Obrigatório como um grande nivelador social de classes, raças e religiões, um nacionalizador de imigrantes e “uma grande e completa escola de democracia”, mas admitiram que o Exército moderno, mecanizado e técnico requeria recrutas educados e que “não havia mais lugar, hoje em dia, para analfabetos e os sem profissão nos quartéis”. De fato, em meados dos anos 50, fosse por falta de instrução e qualificação, fosse para não interferir na agricultura e na estrutura social rural, o Exército recrutava em apenas quinhentos dos 2 (sic) mil municípios brasileiros. (McCANN, 2007, p. 553).

De fato, as alterações implementadas pelo grupo da modernização pelo alto haviam trazido um surto de industrialização ao país. Isso exigia investimentos na área educacional, com fins de reduzir o grande número de analfabetos e de pessoas sem qualificação, ainda existentes no país.

Isso é comprovado ao observarmos o perfil sócio-econômico dos recrutas, cerca de trinta e dois anos depois do primeiro sorteio militar. Os incorporados refletiam níveis semelhantes aos observados por Leitão de Carvalho algumas décadas atrás. Analisando o quadro dos recrutas do Exército Brasileiro em 1942, durante a mobilização para a Segunda Guerra Mundial, McCann comenta:

[...] Os recrutas eram conscritos extraídos das classes trabalhadoras e, com frequência, analfabetos ou de baixo nível educacional. Mostravam pouca resistência às doenças e o moral parecia extraordinariamente dependente da liderança dos oficiais, que poderiam, com facilidade, levá-los à ação ou à indecisão. Os oficiais geralmente tratavam seus soldados como seres socialmente inferiores e eles mesmos pareciam motivados mais por interesses próprios que por senso de dever ou espírito de corpo. (McCANN, 1995, p. 287).

Entretanto, o Serviço Militar Obrigatório ainda hoje contém, como retórica discursiva, fortes conotações do ideal da *Nação em Armas*, defendido por aqueles que lutaram por sua implantação em 1916. Sua função de nivelador republicano, escola de civismo e de patriotismo, bem como a sua obrigatoriedade, defendidos pelo grupo da Escola Superior de Guerra, foram ratificadas com a aprovação do instituto legal 4375 de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar Obrigatório, vigente no país e palco de Projeto de Lei que tenta mudá-la no Congresso Nacional, com vista a acabar com a obrigatoriedade da prestação, tornando-o facultativo para ambos os sexos de nossa sociedade.

Resta verificar em que medida a prestação do Serviço Militar Obrigatório colabora, nos dias de hoje, na construção de uma identidade patriótica, da nação, da civilidade, do nivelamento das classes e da construção da democracia, como pensava os que lutaram pela sua implantação a partir de 1908, e que atualmente mantêm-se como um dos fios condutores da *Estratégia Nacional de Defesa* do governo do Presidente Lula. Antes, entretanto, acredito ser conveniente analisarmos a situação do Serviço Militar Obrigatório no tempo presente. É o assunto do próximo capítulo, para o qual convido o leitor.

CAPÍTULO II

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: UM JOGO DE CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS

O Serviço Militar é obrigatório nos termos da lei. (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Artigo, 143).

O Serviço Militar Obrigatório é condição para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação acima das classes sociais. (BRASIL, Estratégia Nacional de Defesa, 2008, p. 11).

Nesta parte do trabalho serão apresentados os modos como se encontra organizado e gerenciado, atualmente, o Serviço Militar no Brasil. E, ainda, um quadro comparativo dos ideais cristalizados por aqueles que lutaram para sua implantação no país, conforme analisamos no capítulo anterior. Seguindo esse ponto de vista, focaremos as relações de continuidades e permanências no discurso que vê o Serviço Militar como um *nivelador republicano*, escola de civismo e cidadania, instrumento de união e integração nacional, berço do patriotismo.

Acredito ser importante esclarecer, também, que na presente pesquisa considero o Serviço Militar realizado pelo Exército Brasileiro, apesar da Lei do Serviço Militar ser única para as três Forças Armadas. Os aspectos gerenciais do sistema são semelhantes na Marinha e na Aeronáutica, com algumas variantes conforme as peculiaridades daquelas Forças. Tais delimitações se fizeram necessárias para melhor esclarecer o objeto da presente investigação, sobretudo quando se trabalha dependendo do tempo físico para apresentação de resultados.

Antes de entrarmos na análise da organização atual do Serviço Militar, achei interessante mostrar como o Exército Brasileiro se encontra dividido, em termos administrativos. A Força Terrestre possui sete áreas geográficas chamadas Comandos Militares de Área, são eles: Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do Planalto,

Comando Militar do Oeste, Comando Militar do Sul, Comando Militar do Leste, Comando Militar do Sudeste e Comando Militar do Nordeste. O Comando Militar da Amazônia possui sede em Manaus e compreende os Estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Pará, e Amapá. O Planalto é constituído por Goiás, Distrito Federal e Tocantins, tendo por sede a cidade de Brasília. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formam o Comando Militar do Oeste, cuja sede fica na cidade de Campo Grande. O Comando Militar do Sudeste é formado por um único Estado: São Paulo, cuja sede está situada na própria capital paulista. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul constituem o Comando Militar do Sul e sua sede fica em Porto Alegre. Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro formam o Comando Militar do Leste, que tem sede no Rio de Janeiro. Já os nove Estados nordestinos integram o Comando Militar do Nordeste, cuja administração fica na cidade do Recife. Cada um desses Comandos Militares é chefiado por um General-de-Exército, último posto da hierarquia militar na Força. Cabe ressaltar, ainda, que os Comandos Militares de Área subdividem-se em doze Regiões Militares, cada uma comandada por um oficial general e diretamente subordinada ao Comando Militar de Área onde se encontra inserida. A delimitação espacial do objeto da presente pesquisa concentra-se na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, e diretamente subordinada à 9ª Região Militar em Campo Grande/MS. A Brigada de Dourados é responsável pela administração dos quartéis localizados nas cidades de Dourados, Ponta Porã, Bela Vista, Nioaque, Amambai e Jardim, todos pertencentes ao mesmo Estado. A figura abaixo facilita uma melhor compreensão da divisão administrativa tratada anteriormente:

Figura 2: Mapa do Brasil.
Comandos Militares de Área e suas respectivas Regiões Militares.



Fonte: Exército Brasileiro. Disponível em: <www.exercito.gov.br>.

Atualmente, a legislação que regulamenta o Serviço Militar no Brasil é ampla e comporta uma série de Leis, Decretos e Portarias, que têm por objetivo possibilitar a captação de jovens representantes dos vários estratos sociais. A inclusão recente do segmento feminino, como voluntário, é um caso emblemático da expansão da legislação¹².

Observa-se, entretanto, que essa ampliação visa a suprir, estrategicamente, uma necessidade da Força por mão-de-obra especializada nos níveis de sargentos e oficiais. Esse é o caso dos alunos de medicina, odontologia, farmácia e veterinária que têm a sua prestação do Serviço Militar adiada, voltando depois de formados para cumprirem suas obrigações militares, agora na condição de oficiais da área de saúde. Tais mecanismos têm ocasionado muitos transtornos aos quartéis, pois nem sempre esses profissionais são voluntários para prestação do Serviço Militar, vendo o mesmo como um entrave em suas carreiras e um abuso de poder do Estado, um desrespeito ao cidadão e uma obrigação antidemocrática.

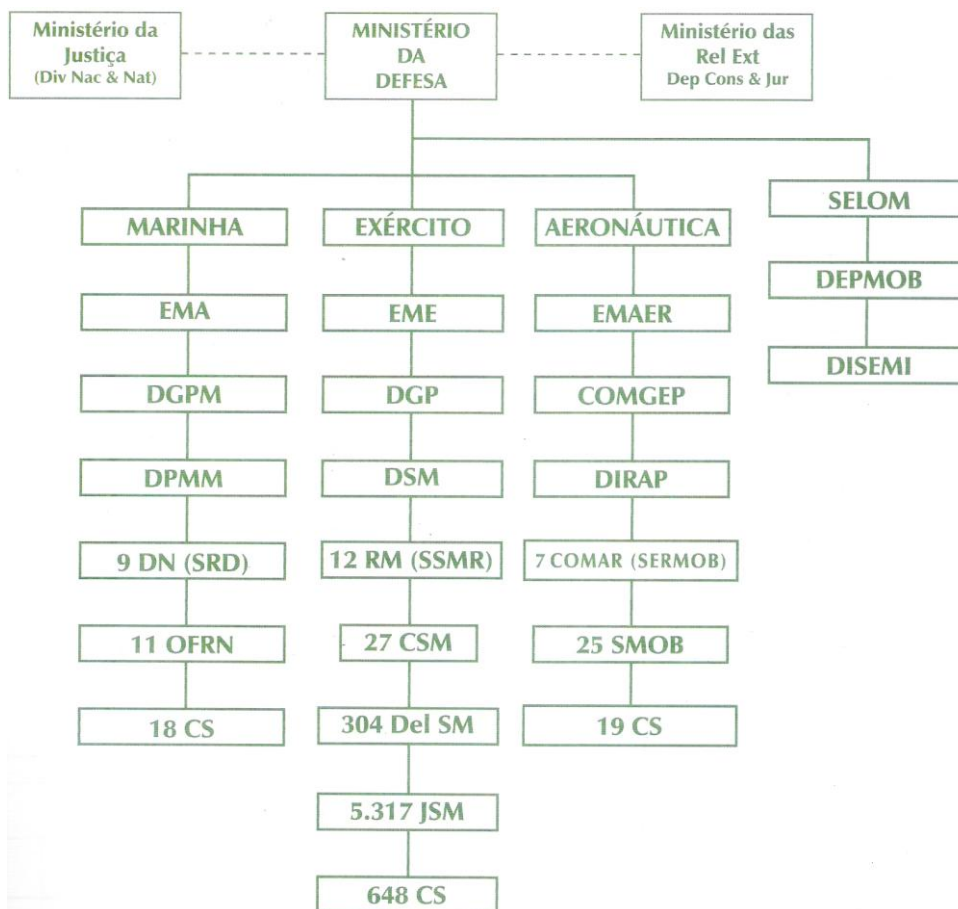
¹² A Constituição Federal recepciona a obrigatoriedade do serviço militar em seu artigo 143. A Lei n. 4375, de 17 de agosto de 1964—Lei do Serviço Militar e o Decreto n. 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar, constituem a base do sistema. Existem ainda: Lei de Prestação de Serviço Militar pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (Decreto n. 5292, de 8 de junho de 1968); Normas para regulamentação do Serviço Militar Feminino, voluntário, a ser prestado por Médicas, Farmacêuticas, Dentistas e Veterinárias (Portaria Ministerial n. 24, de 9 de julho de 1996); Normas para Inscrição Seleção, Incorporação e Realização do Estágio de Serviço Técnico (Portaria n. 50 do Departamento Geral de Pessoal, de 14 de novembro de 1997); Normas para Inscrição, Seleção, Convocação, Incorporação e Prestação do Serviço Técnico Temporário (Portaria n. 43 do Departamento Geral de Pessoal, de 26 de outubro de 1998).

Todavia, para os propósitos do presente trabalho, o foco será o Serviço Militar prestado na condição de soldado. Assinalamos outras modalidades somente a título de informação para o leitor.

As políticas relativas ao Serviço Militar na atualidade são conduzidas pelo Departamento de Mobilização do Ministério da Defesa e pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). No Exército, o gerenciamento do Serviço Militar fica a cargo, nacionalmente, da Diretoria do Serviço Militar (DSM), com sede em Brasília e diretamente subordinada ao Departamento Geral de Pessoal (DGP). É um órgão de cúpula, técnico-normativo, cabendo-lhe dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do Serviço Militar no âmbito da Força. Vale salientar que o sistema é todo informatizado, com suporte eletrônico que fornece processamento de todas as fases do recrutamento, além de facilitar os contatos entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do Serviço Militar nos diversos escalões administrativos.

Em cada uma das Regiões Militares existe uma Seção do Serviço Militar Regional (SSMR), responsável pelo gerenciamento do sistema do Serviço Militar na área sob sua jurisdição. Em sua tarefa, é assessorada pela Circunscrição do Serviço Militar (CSM), que, por sua vez, possui a incumbência de fiscalizar o trabalho das Delegacias do Serviço Militar (Del SM) existentes na sua área de atuação. As Delegacias coordenam os trabalhos das Juntas do Serviço Militar (JSM) espalhadas pelos municípios e são administradas pelas prefeituras municipais. As Juntas são os órgãos com os quais os jovens tomam os primeiros contatos com o Serviço Militar, através da realização do alistamento. No final do sistema, estão as Comissões de Seleção, volantes ou fixas. Elas realizam o trabalho de seleção dos jovens conscritos. Abaixo, um organograma da estrutura administrativa responsável pelo gerenciamento do Serviço Militar no Brasil:

Órgãos de Gerenciamento do Serviço Militar no Brasil



Fonte: Ministério da Defesa. Plano Geral de Convocação para o ano de 2008¹³

Os municípios da federação para fins do Serviço Militar Obrigatório são de duas categorias: tributários e não tributários. Tributários são aqueles com incumbência, anual, de fornecer jovens para participarem do processo de alistamento e seleção. Os não tributários são os isentos do processo, sendo exigido do jovem somente que se aliste e se apresente para seleção, ocasião em que será dispensado. É interessante esclarecer que os critérios tributários e não tributários variam anualmente e são estabelecidos em função de diversos fatores: econômicos, distâncias com relação aos quartéis dos futuros incorporados, meios de transportes que ligam os locais de moradia dos recrutas e os quartéis onde os mesmos servirão, entre outros.¹⁴

A cidade de Dourados/MS sedia a 1ª Delegacia do Serviço Militar, que coordena os trabalhos das seguintes Juntas: 36ª (Dourados/MS); 8ª (Anaurilândia/MS); 37ª (Fátima do

¹³ Somente fornecemos o significado das abreviaturas dos órgãos do Exército. Na Marinha e na Aeronáutica somente mudam as abreviaturas dos órgãos, mantendo as mesmas funções como responsabilidades dos seus congêneres, quando comparados ao Exército. SELOM (Secretaria de Ensino, Logística e Mobilização); DEPMOB (Departamento de Mobilização) e DISEMI (Divisão de Serviço Militar).

¹⁴ Consultar mais sobre municípios tributários e não tributários em: Decreto n. 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar. Brasil, Ministério da Defesa. Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2008.

Sul/MS); 39ª (Glória de Dourados/MS); 44ª (Itaporã/MS); 53ª (Maracaju/MS) e 61ª (Nova Andradina/MS). Além dos órgãos acima, Dourados possui a 15ª Comissão de Seleção do Serviço Militar, composta por militares dos quartéis sediados na cidade e responsável pelos trabalhos de seleção anual. Subordinada à 30ª Circunscrição do Serviço Militar, na cidade de Campo Grande, a 1ª Delegacia possui municípios tributários e não tributários à ela vinculados, conforme tabela abaixo:

Tabela 4: Municípios tributários e não tributários na área da 1ª Delegacia – Ano 2008.

Tributários	Não Tributários
Maracaju	Vicentina
Rio Brillhante	Douradina
Glória de Dourados	Itaporã
Deodápolis	Batayporã
Nova Andradina	Angélica
Fátima do Sul	Novo Horizonte do Sul
Dourados	Ivinhema
	Taquarussu
	Anaurilândia
	Laguna Carampã

Fonte: Exército Brasileiro. 1ª Delegacia do Serviço Militar. Dourados/MS.

A atividade de recrutamento tem início, como já comentamos, com o ato prévio do alistamento militar. Uma vez alistado, o jovem receberá um documento chamado Certificado de Alistamento Militar (CAM) e preenche a Ficha de Alistamento Militar (FAM), essa permanecendo em poder da Junta. Neles, serão anotados os dados pessoais, grau de instrução, características físicas e endereço do conscrito. No verso do CAM são colocados carimbos que informam o andamento do processo de seleção. O primeiro é realizado pela Junta, logo após o alistamento, e indica a data em que o conscrito deverá retornar à mesma para tomar conhecimento se foi designado para seleção geral, ou se fará parte do universo dos dispensados, exemplos desse segundo caso são os jovens que fazem parte dos chamados municípios não tributários. Em seguida, o processo desencadeia-se em quatro fases sucessivas: a convocação, a seleção, a designação e a incorporação ou matrícula.

A convocação é feita por classes, as quais correspondem ao ano de nascimento do cidadão (exemplo: classe de 1998 corresponde a todos os cidadãos do sexo masculino nascidos no ano 1998). Deverão apresentar-se entre o dia 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano em que completarem 18 anos.

O procedimento inicial de escolha é realizado pela Comissão de Seleção, integradas por militares dos quartéis sediados nas respectivas cidades e os resultados, por sua vez, são enviados para a Região Militar à qual são subordinados. Compreende exame físico, médico,

psicológico e social. O efetivo que comparece à essa fase é de 35% a 40% da quantidade de alistados, pois grande parte é dispensada por ocasião do retorno à Junta, conforme já comentamos.¹⁵

Os considerados aptos, na seleção inicial, recebem outro carimbo no verso do seu Certificado de Alistamento Militar (CAM), informando a data em que os mesmos deverão retornar para saber se foram designados para incorporação em uma das Unidades Militares do Exército Brasileiro ou se ficaram no excesso de contingente, situação em que os mesmos são liberados e recebem o Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI). Todavia, tais jovens são registrados no banco de dados do sistema de controle do Serviço Militar e passam a ser contabilizados como uma potencial reserva, caso haja necessidade de convocação. Suas obrigações para com o Serviço Militar permanecem até os quarenta e cinco anos de idade.

Vale registrar que o número dos que são indicados às Unidades Militares é bem superior às necessidades e às capacidades desses quartéis. Tal fato acontece devido à grande quantidade de alistados, e visa à obtenção de uma margem de segurança, uma vez que durante o decurso de tempo entre a seleção e o prazo previsto para incorporação poderá haver a ocorrência de problemas que impossibilitem o conscrito a cumprir o Serviço Militar, exemplos dessa situação são os casos de contração de doenças ou de ocorrência de acidentes que tornam o cidadão inapto para o Serviço Militar.¹⁶ Esse contingente, ao chegar nas organizações militares para qual foi designado, é submetido a uma seleção complementar, nos mesmos moldes da seleção inicial, onde são decididos quais os conscritos que apresentam as melhores condições de incorporação. É uma seleção de aferição do processo seletivo e visa a correções antes do ato de incorporação propriamente dito. A incorporação é a última fase do sistema de recrutamento. Uma vez incorporado, o conscrito é declarado soldado recruta do Exército Brasileiro. A partir daí será submetido a uma série de atividades pedagógicas cujo fim é a aquisição do “espírito militar” (CASTRO, 2004), conforme veremos no próximo capítulo deste trabalho.

No final do primeiro capítulo deste trabalho, apontamos como, atualmente, o Serviço Militar contém matizes dos ideais daqueles que lutaram por sua implantação no Brasil. Desde a lei de 1908 até sua configuração final, com a atual Lei do Serviço Militar Obrigatório, a

¹⁵ Os dados de 35% e 40% foram consultados no artigo de José Alberto Leal, intitulado “Serviço Militar Obrigatório – a alternativa adequada”. Disponível no sítio da Diretoria do Serviço Militar: <<<http://dsm.dgp.eb.mil.br>>>. Acesso em 18 ago. 08.

¹⁶ Artigo 30 da Lei n. 4375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar Obrigatório.

noção da universalidade, da obrigatoriedade, do nivelamento das classes sociais, da civilidade e da nação em armas constituíram o fio condutor do recrutamento no Brasil. Em entrevista ao Clube Militar, transcrita no periódico *Noticiário do Exército*, o comandante da Força Terrestre, general Enzo Martins Peri, assim se expressou sobre os fins do Serviço Militar Obrigatório no Brasil:

O recrutamento pelo serviço militar obrigatório é mais democrático, universal e, socialmente, mais justo e eqüitativo. Além disso, ajuda a moldar o caráter do cidadão e desenvolve o espírito da prevalência do coletivo sobre o individual, do cumprimento da missão, do serviço público, do dever para com a comunidade e do patriotismo. É a complementação da formação da cidadania nos aspectos espiritual, moral, físico, intelectual, profissional e cívico. (NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO nº 10.534, de 10 dez. 2008, p. 3).

As palavras do comandante do Exército estão muito próximas às disseminadas pelos *Jovens Turcos*, no início do século XX, em seu periódico *A Defesa Nacional*, analisado no capítulo anterior. O tom é de justificativa e de defesa do sistema atual, diante da Proposta de Emenda à Constituição Federal que tramita no Congresso Nacional para tornar o Serviço Militar facultativo.¹⁷

Essa preocupação em fazer do Serviço Militar Obrigatório uma oportunidade de construção da nação, da cidadania, de fomento ao patriotismo, herdada daqueles que lutaram pela sua implantação no Brasil, caracteriza um jogo de continuidades e permanências que levam as Forças Armadas a preocuparem-se com assuntos de políticas públicas de governo, enquanto deveriam estar investindo no aprimoramento profissional e no preparo da defesa do país. Implica em um discurso romântico/idealista, traduzido em mais uma necessidade de convencer a sociedade de sua utilidade pública, em detrimento da profissionalização e da defesa, como se, por si, a mesma já não fosse suficiente. Na expressão de Kuhlmann:

O que mais prevaleceu até hoje no serviço militar obrigatório, da visão dos jovens turcos, foi o aspecto subjetivo, educador e modificador da nação, não o aspecto objetivo na profissionalização, enfim, da defesa. Dentro de uma avaliação um tanto quanto simplificada da história (sic) do Exército Brasileiro, veremos uma instituição freqüentemente envolvida nos destinos políticos do Brasil, como define Gramsci, no sentido de atuação de partido, mas despreparada para os embates nas guerras. (KULHMANN, 2001, 76 – 77).

No entanto, observa-se que a política de defesa emanada do governo do Presidente Lula corrobora, em suas diretrizes, com o emprego do Serviço Militar como alavanca de consolidação da nação, espaço onde todos os brasileiros se encontram nivelados, acima das

¹⁷ Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 162/2007, de autoria do deputado Silvinho Peccioli e outros.

divisões de classes. No entendimento dos atuais membros do Ministério da Defesa, o Serviço Militar Obrigatório deve constituir-se num *nivelador republicano*. Em 2008 foi entregue ao Presidente Lula, pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, uma versão da *Estratégia Nacional de Defesa*, elaborada por Roberto Mangabeira Unger, Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Num dos eixos estruturantes do plano, os efetivos das Forças Armadas são pensados da seguinte forma:

O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Seu propósito é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação – para que elas não sejam uma parte da Nação, pagas para lutar por conta e em benefício das outras partes. O Serviço Militar Obrigatório deve, pois, funcionar como espaço republicano, no qual possa a Nação encontrar-se acima das classes sociais. (BRASIL, *Estratégia Nacional de Defesa*, 2008, p. 3).

É bastante próximo o discurso elaborado para manutenção do Serviço Militar Obrigatório, pelo governo atual, com o que pregava Olavo Bilac, no início do século passado, acerca do Serviço Militar ser usado para acabar com o *divórcio* entre o povo e o Exército e que o Exército fosse, portanto, o *povo em armas*. Entendimento semelhante, guardadas as devidas proporções, demonstrou o Ministro Mangabeira Unger, em entrevista ao *Jornal do Comércio*, no dia 22 de novembro de 2008, e transcrita no *Noticiário do Exército*:

Nós entendemos que a garantia mais profunda de defesa de nosso País é a identificação da Nação com suas Forças Armadas, e não que apenas uma parte dos brasileiros receba das demais partes para defendê-las. Em uma sociedade tão desigual quanto a nossa, o serviço militar obrigatório funciona como um nivelador republicano, em espaço no qual a Nação pode se encontrar acima das classes sociais. (NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO nº 10.527, p.3).

Em recente discussão sobre o fim da obrigatoriedade do Serviço Militar, na TV Câmara, o ex-capitão do Exército e atual Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, saiu em defesa da manutenção do sistema atual, alegando a grande função social do Serviço Militar Obrigatório, além de apontar a caserna como solução para a juventude indisciplinada que permeia alguns centros urbanos do país. As funções alegadas pelo Deputado são tão básicas, compreendendo a escovação dos dentes e a prática de higiene corporal, que ficamos a nos perguntar se não seria mais conveniente a família e a escola instruírem seus jovens nessa seara. Se as palavras do Ministro Mangabeira, citadas anteriormente, nos lembram o que pregava os *Jovens Turcos* quanto à necessidade de fazer com que a defesa do país fosse uma preocupação de todos, de fazer de cada cidadão um soldado, as do Deputado Bolsonaro

revigora o pensamento turquiano e lembram a *Liga de Defesa Nacional*, quando afirma que o Serviço Militar constitui uma política de inclusão social para os jovens, contribuindo com a manutenção da disciplina, da ordem, do asseio pessoal, da moral, da obediência e dos bons costumes. Assim se expressou o deputado:

O aspecto social [do serviço militar] é indiscutível. O jovem aprende boas maneiras, noções de patriotismo, de civilidade, de companheirismo, e aprende ali também o serviço básico de infantaria. [...] aprende a escovar os dentes. Tem município, como Campinas por exemplo, que é bom dá um freio na juventude, a molecada tá muito solta hoje em dia, têm muitos direitos e quase nenhum deveres. (TV CÂMARA, Brasil em Debate, exibido em 6 jul. 2009).

O debate sobre os prós e os contras à obrigatoriedade do Serviço Militar é extensivo e foge do foco do presente trabalho. Utilizamo-no somente como ponto de partida para nossa pesquisa, pois em que sentido é possível falar em democracia, civilidade, patriotismo e, ao mesmo tempo, obrigar seus cidadãos a uma *servidão ao Estado*, sobretudo nas democracias liberais onde o princípio das liberdades individuais é a tônica do sistema.

Atualmente, os países do mundo estão divididos entre os que adotam a conscrição e o voluntariado como forma de recrutamento para as fileiras dos seus exércitos. Alguns autores acreditam que a não obrigatoriedade é a forma mais democrática de recrutamento. Os exemplos são fortes nas maiores democracias do planeta. Kuhlmann faz uma crítica construtiva aos argumentos apresentados no caderno *O Brasil e suas Forças Armadas*, de 1996. O caderno tem a intenção de mostrar que a maioria dos países com Forças Armadas organizadas adotam a conscrição. O autor foi bastante feliz apontando a forma, astuciosa e estratégica, com que o documento exclui da lista vários países com notável peso político e exemplos de democracia que adotam o voluntariado. Outros países, também democráticos e que extinguíram a obrigação, saem da lista.

Tabela 5: Países com Serviço Militar Obrigatório e Serviço Militar Voluntário

País	Citado em como SMO ¹⁸	Citado em como voluntario	Observações
Inglaterra			Desconsiderado
Estados Unidos			Desconsiderado
Austrália			Desconsiderado
Japão			Desconsiderado
Canadá			Desconsiderado
Nova Zelândia			Desconsiderado
Holanda			Desconsiderado
Índia			Desconsiderado

¹⁸ Serviço Militar Obrigatório.

Alemanha	1996/1997		
Bulgária	1996		
China	1996/1997		
Espanha	1996		Voluntário
França	1996		Voluntário
Hungria	1996		
Itália	1996/1997		Voluntário
Polônia	1996		
Portugal	1996		Voluntário
Turquia	1996		
Rússia	1996/1997		
Brasil	1996/1997		
Cuba	1996/1997		
Uruguai		1996	
Argentina		1996	
Guiana		1996	
Suriname		1996	

Fonte: KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional*. São Paulo, 2001, p.137.

O quadro organizado por Kuhlmann apresenta vários exemplos de países democráticos onde o Serviço Militar foi profissionalizado com a extinção da obrigatoriedade. Para não ficar muito extensa uma análise de cada caso desses, vamos tomar como exemplo o Serviço Militar nos Estados Unidos da América atualmente.

Uma das grandes preocupações de parte da oficialidade dos Estados Unidos é a dificuldade de completar seus efetivos somente com voluntários. Alguns acreditam que somente a volta do Serviço Militar Obrigatório ao país, facultativo desde 1973, próximo ao fim da guerra com o Vietnã, resolveria o problema. Os desgastes políticos com as perdas de vidas de muitos jovens durante o conflito asiático fez com que o governo americano abolisse o Serviço Militar Obrigatório. Hoje, as Forças Armadas dos Estados Unidos são compostas por militares de várias nacionalidades e baseiam-se no voluntariado. Para alguns analistas da situação, tal quadro representa um risco para o país, pois se perde o sentimento de patriotismo, transformando as Forças Armadas em uma tropa de mercenários, podendo, no futuro, ameaçar a própria estabilidade democrática do país. (WINSTON, 2002, p. 11 - 12).

Contrariamente a isso, nenhum político americano, depois da guerra do Vietnã, quis e nem quer, arriscar sua carreira levantando a bandeira da volta do Serviço Militar Obrigatório, talvez justificada somente por um quadro de real ameaça da nação. Fora dessa situação, os americanos, sobretudo a elite, não veriam com bons olhos seus filhos morrendo em campos de batalhas distantes do país, preferindo, antes, a entrega de tal tarefa a voluntários. Na opinião de Bertonha:

Demográfica e financeiramente, seria essa a melhor solução. Mas politicamente inviável. Qualquer governo em Washington que proclame a volta do recrutamento obrigatório estaria automaticamente, a não ser em caso de ameaça real e imediata ao país, desacreditado e morto politicamente. (BERTONHA, 2008, p. 2)

O recrutamento nos Estados Unidos é feito dentro de certa lógica de mercado. Quando a economia do país vai bem, a procura pela carreira militar reduz-se a números abaixo das expectativas. Os atrativos econômicos e as vantagens oferecidas, principalmente para aqueles setores da população considerados minorias (pobres, negros, latinos, asiáticos), transformam o Serviço Militar em uma ótima oportunidade de melhorar suas condições de vida. Na expressão de Winston, nem mesmo as recentes crises econômicas vividas pelo país têm beneficiado o recrutamento:

Jovens americanos são estimulados a ingressar nas Forças Armadas por meio de uma combinação de técnicas sofisticadas de recrutamento e incentivos financeiros. Durante os anos 90, o recrutamento começou a ter dificuldades e ficou abaixo das taxas desejadas. As Forças Armadas não dão sinais de estarem resolvendo seus sérios problemas de recrutamento, e a retenção de pessoas valiosas do ponto de vista técnico continua a piorar. A economia em expansão e o mercado de trabalho resultante, nos anos 90, aumentaram os problemas de recrutamento. Todavia, a atual freada na economia não trouxe um crescimento significativo na capacidade das Forças Armadas para atraírem novos recrutas. (WINSTON, 2002, p. 5).

Dessa forma, é interessante observar em que sentido os jovens procuram o Serviço Militar, hoje, nos Estados Unidos: o fazem por vocação à carreira das armas, por espírito patriótico ou por buscarem melhores oportunidades de sucesso na vida, devido à dificuldade de encontrar, no mercado de trabalho, melhores chances de inclusão social. O jornalista Michael Moore, no documentário Fahrenheit - Onze de Setembro¹⁹, apresenta uma realidade sobre o recrutamento americano que talvez contribua na compreensão do problema. Os agenciadores de novos soldados buscam homens e mulheres interessados em ingressar no Exército nas cidades e localidades que concentram as populações mais carentes. Eles abordam os jovens em praças públicas, nas ruas, em shopping centers e apresentam o Exército como uma *ótima oportunidade* de realização pessoal, um ótimo emprego. Nesse sentido, o conceito de voluntário precisa de melhor interpretação, pois diante das necessidades de sobrevivência, todos os seres humanos lançam-se numa guerra diária, compulsoriamente, à procura de suas realizações, e não por convicções ideológicas, nem mesmo por patriotismo. Interessante como no documentário os recrutadores não falam em patriotismo, civismo ou cidadania, antes

¹⁹ FAHRENHEIT – 11 de setembro. Direção e Produção Michael Moore.2004. 1 DVD, 122 min. .

apresentam o Exército como uma *boa empresa*. A necessidade torna-se um *imperativo categórico* para aquelas pessoas. Bertonha esclarece a situação nos seguintes termos:

Claro que o conceito de voluntário implica em uma liberdade de escolha que muitas vezes não existe. Há estímulos indiretos fortíssimos que ajudam a conduzir até mesmo pessoas pouco inclinadas à profissão das armas ao alistamento. Entre esses estímulos, incluem-se desde planos de saúde para si e a família, generosos prêmios em dinheiro e outras benesses, como o pagamento da universidade depois da baixa e outros. Não espanta assim, a forte proporção de minorias (negros, hispânicos) ou de brancos pobres entre os militares, especialmente em armas menos “generosas” e mais sujeitas a baixas em combate, como a Infantaria. (BERTONHA, 2008, p. 2). [Aspas do autor].

No Brasil, a situação não é muito diferente. O nosso voluntário é, na maioria das vezes, compulsado pela necessidade. O histórico do Serviço Militar, como vimos no primeiro capítulo, foi marcado pelo recrutamento de populações sem ocupação, vândalos, malfeitores e por aqueles que não encontravam outra forma de sobrevivência, a não ser entrando para o Exército ou a Armada.

A relação entre pobreza e voluntariado para o Serviço Militar é lembrada por Kuhlmann, apoiando-se nas palavras de Macaulay:

O Exército era composto de homens de todas as regiões do Brasil, graças à Lei de Conscrição, promulgada em 1908 mas não implementada até 1916, que determinava cotas de convocação para cada Estado, baseadas em, suas respectivas populações. Após 1916 o alistamento e o reengajamento foram em geral desencorajados, de modo a manter o critério de cotas, considerado a melhor maneira de proporcionar instrução militar ao maior número de brasileiros das diversas procedências. As modestas recompensas materiais da vida no Exército eram tão atraentes para a maioria dos nordestinos pobres, que estes viam com agrado a perspectiva de dois anos de serviço militar, mesmo sabendo que provavelmente ficariam longe de seus lares, já que muito poucas unidades militares estavam sediadas no Nordeste. (MACAULAY, apud KUHLMANN, 2001, p. 102).

Esse quadro ainda permanece nos dias de hoje. Como veremos adiante, a maioria dos que ingressam nos quartéis são jovens que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. O documentário PQD²⁰, do Diretor Guilherme Coelho, chama a atenção para tal situação, mostrando como jovens que incorporaram no 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro, são originários de camadas pobres da população, todos preocupados, primeiramente, em fazer da incorporação no Exército uma oportunidade de carreira e

²⁰ PQD. Direção: Guilherme Coelho. Produção: Matizar Filmes. 2007. 1 DVD, 90 min. PQD é o termo que designa, comumente, no meio militar, aqueles que são paraquedistas.

sobrevivência. São estas as afirmações do jovem Ednir, um dos incorporados no 25º Batalhão, quando entrevistado por Guilherme Coelho:

Pra ser jovem aqui no Brasil, a gente tem que ser lutador. Tem que destacar um objetivo, separar um objetivo e lutar pra conseguir aquilo que quer. Aqui fora [a sociedade fora do quartel, fora do Exército] eu já ouvi muito as pessoas dizer que o quartel não é uma opção de vida, que o cara rala lá dentro sofre algumas coisas. Mas o cara que é inteligente, o cara que tem um objetivo, corre atrás. Ele vai lá pra dentro do quartel, passa o sofrimento que ele tem que passar esse primeiro ano, formou ali o que ele tem que formar, faz uma prova pra EsSa [Escola de Sargento das Armas], faz uma prova pra AMAN [Academia Militar das Agulhas Negras], ele procura, mete as caras e daqui a pouco ficará estabilizado. (PQD, 2007, Ednir).

Atualmente, os dados do recrutamento no Brasil apontam para as regiões mais carentes do país os altos índices de voluntariedade. Nas localidades onde há mais oportunidades de emprego e inserção social dos jovens, os percentuais de voluntários diminuem. Para o ano de 1998 essa relação era refletida conforme os dados da tabela abaixo:

Tabela 6: Voluntários e Não Voluntários - 1998

Região Militar	Distribuídos	Deseja servir	%	Não deseja servir	%
1ª	18.006	11.329	62,92	6.677	37,08
2ª	22.911	6.355	27,74	16.556	72,26
3ª	13.687	10.080	73,65	3.607	26,35
4ª	13.027	5.939	45,59	7.088	54,41
5ª	11.175	5.801	52,81	5.274	47,19
6ª	4.984	3.084	61,88	1.900	38,12
7ª	7.906	5.914	73,54	2.092	26,46
8ª	3.617	3.016	83,38	601	16,62
9ª	5.070	4.019	79,27	1.051	20,73
10ª	4.699	3.343	71,14	1.356	28,86
11ª	7.439	4.545	61,10	2.894	38,90
12ª	4.544	3.885	85,50	659	14,50
Total	117.065	67.310	57,50	49.755	42,50

Fonte: KUHLMANN, op. cit. p.101.

O Brasil tem dado sinais de querer acompanhar o exemplo de outros países do mundo, onde foi abolido o Serviço Militar obrigatório em nome das liberdades individuais e da democracia, apesar da ainda visível tendência do governo brasileiro em manter a obrigatoriedade, como vimos anteriormente, consubstanciado pela *Estratégia Nacional de Defesa* do governo. Indagado sobre as principais mudanças para o Serviço Militar Obrigatório no Brasil, O Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, foi taxativo:

Até o momento, o único consenso é sobre a importância de mantermos sua obrigatoriedade. Isso vai contra uma tendência mundial, já que muitos países

substituíram suas forças, compostas por recrutas, por forças integradas exclusivamente por soldados profissionais. Um dos fatores que levou a isso foi o desejo das elites desses países de ter as mãos desatadas em suas aventuras militares, servindo-se de forças compostas unicamente por jovens pobres. Nós não seguiremos por esse caminho e essa é a única coisa que eu posso dizer de forma inequívoca. (NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO n. 10.527, 21 nov. 2008, p. 3).

Diferentemente dos primeiros anos do recrutamento obrigatório, hoje existe uma quantidade enorme de jovens, em idade de servir, que são voluntários e terminam sendo dispensados. Isso se deve à falta de recursos necessários ou até mesmo à inexistência de quartéis suficientes para acolher um número tão elevado de recrutas. Paralelamente a isso, o desemprego e a falta de políticas públicas para inclusão social de jovens tornam o Serviço Militar uma excelente oportunidade de emprego. As exigências de capacitação física, moral, intelectual, psicológica e técnica também constituem outra barreira à entrada de grande parte dos que são voluntários, pois a falta de qualificação é, na maioria das vezes, o motivo da voluntariedade. Segundo relata o deputado Efraim Moraes, do Partido Democrata (DEM) da Paraíba e Relator da Proposta de Emenda à Constituição que prevê o fim do Serviço Militar Obrigatório, dos cerca de 1,6 milhões de jovens que se alistam anualmente no Brasil, apenas oitenta mil são incorporados às Forças Armadas. Para Moraes:

O Exército não pode servir como lacuna para preencher a lacuna de política pública de juventude. Dizer que de oitenta mil jovens que o Exército atende em 1,6 milhões vai ensinar o país a ser patriota, a ser responsável, a ser disciplinado, isso é obrigação da escola, da família. Não adianta querer que o Exército supra uma lacuna que tá errada desde o começo. Então, vamos corrigir a educação do país, mas não que o Exército seja a solução para isto. (TV CÂMARA, Brasil em Debate, exibido em 6 jul. 2009)

Ao observarmos os dados dos incorporados entre 1987 e 2001 organizados por Kuhlmann, verificamos que a relação entre o número de alistados e os incorporados no período corrobora o índice apresentado pelo deputado.

Tabela n. 7: Dados de Recrutamento do Serviço Militar no Brasil 1987 – 2001.

Ano	Alistados	Incorporados	% Alist/Incorp
1987	1.392.738	129.898	9,33
1988	1.258.142	118.786	9,44
1989	1.389.928	110.631	7,96
1990	1.307.787	102.856	7,86
1991	1.222.100	112.337	9,19
1992	1.264.372	115.390	9,13
1993	1.272.986	101.461	7,97
1994	1.278.505	103.851	8,12
1995	1.293.276	99.668	7,71

1996	1.377.778	89.640	6,51
1997	1.432.772	78.249	5,46
1998	1.395.692	74.652	5,35
1999	1.545.036	75.015	5,14
2000	1.520.713	82.799	5,44
2001	1.513.864	77.761	5,14

Fonte: KUHLMANN, op. cit. p. 90.

A situação apresentada na tabela anterior foi ratificada, recentemente, em reportagem exibida pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, no dia 9 de março de 2009, na qual é ventilado o corte nos efetivos a serem incorporados ao Exército naquele ano:

A crise financeira fez com o Exército Brasileiro reduzisse o número de recrutas em até 75%. Em 2009, a instituição convocou apenas quarenta e oito mil jovens para o Serviço Militar. Desde 2002, o número de recrutas era, em média, setenta mil, já tendo chegado a cem mil. De acordo com o governo, o corte é uma necessidade do momento de crise e do orçamento menor. (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1035663-5598,00.html>> Acesso em 20 mar. 09).

Em tais condições, muitos jovens têm como perdidas suas oportunidades de emprego e realizações pessoais, enquanto para outros, mais favorecidos economicamente, enfrentar o Serviço Militar constitui um entrave em suas vidas: atrapalha os estudos, faz perder propostas melhores de trabalho, ou até mesmo provoca constrangimentos por serem forçados a servir, quando manifestaram sua não voluntariedade ao se alistarem. Isso é uma possibilidade, pois apesar do grande número de voluntários, o que termina definindo quem incorpora são critérios técnicos e de qualificação, não necessariamente o voluntariado. Nesse sentido, o período de alistamento é uma época de tensão, tanto para os pais como para os filhos. Para uns, o medo de não serem selecionados e para outros, o pânico de serem selecionados mesmo quando afirmaram que não eram voluntários. João Paulo Cuenca, em matéria publicada na *Revista da Semana*, esboça o problema nos seguintes termos:

O processo de alistamento é uma sucessão de filas e gente com medo. A maioria tem medo de não ser convocada. Para eles entrar para a força é sinônimo de trabalho e perspectiva de vida. A minoria tem medo de ser eleita pelo diabo. Como nasceu com mais sorte ou não tem vocação para servir a pátria, o serviço obrigatório significa trabalhos forçados, escravidão republicana ou “Uma Temporada no Inferno” bem longe de Paris. (REVISTA DA SEMANA, n. 37, 25 set. 08, p. 15). [Aspas do autor].

Na mesma direção de Cuenca, Roberto Pompeu de Toledo, em matéria publicada pela revista *Veja* e transcrita pelo *Centro de Comunicação Social do Exército*, afirma que os filhos das elites evitam a prestação do Serviço Militar Obrigatório, enquanto:

Os que querem, com raras exceções, são jovens das classes que os publicitários chamam de “C” e, principalmente, “D”. As Forças Armadas constituem para eles uma oportunidade. No período de serviço terão cama, comida e um pequeno soldo. Os mais capazes poderão até ser convidados a seguir carreira. Os outros ganharão treinamento que poderá lhes ser útil em outras atividades. O Serviço militar virou mais um braço da rede brasileira de proteção aos desvalidos. (CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO, disponível em <www.exercito.gov.br/resenha/homepage>. 9 set. 2008. Acesso em: 10 set. 08).

Depois dessa sucinta descrição do quadro atual do Serviço Militar no Brasil, com fins de melhor compreensão do contexto em que a delimitação espacial dessa pesquisa se encontra inserida, passemos à análise da situação em Dourados/MS.

A cidade de Dourados fica localizada no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, a 220 Km da capital estadual, Campo Grande, e a 110 Km da cidade de Ponta Porã/MS, na fronteira do Brasil com o Paraguai. A cidade recebe os jovens designados a prestar o Serviço Militar Obrigatório, provenientes dos municípios tributários da área sob jurisdição da 1ª Delegacia do Serviço Militar, e os mesmos são incorporados nos quartéis sediados na cidade.

Anualmente, cerca de trezentos jovens adentraram os portões dos quartéis existentes na cidade: o 28º Batalhão Logístico, o Esquadrão de Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, o 2º Pelotão de Polícia do Exército e a 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada. A 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada, apesar de estar sediada atualmente em Dourados, até o ano de 2005 era locada na cidade de Campo Grande. A partir de 2006, com sua transferência para Dourados, a Companhia começou a receber jovens oriundos dos municípios tributários da 1ª Delegacia do Serviço Militar.

Em sua maioria, esses jovens são voluntários e cruzam os portões do quartel esperançosos em conseguir um emprego, algo que, fora do quartel, está além das possibilidades para muitos deles. De certa forma, isso termina servindo de frustração para muitos, pois ao término do Serviço Militar inicial poucos são os que conseguem uma prorrogação do tempo de serviço (engajamento, na linguagem castrense), ocasião em que deixam de ser recrutas e passam a receber melhores salários. Na verdade, todos os *voluntários* almejam essa situação ao término do Serviço Militar Obrigatório, o que muitos não sabem é que as vagas são bastante reduzidas, o que pode ser motivo de decepção, foi isso que me confidenciou em entrevista, com certo sentimento de mágoa, Leandro dos Santos Ferreira, após concluir que não havia sido contemplado pelo sonhado engajamento:

Apenas fiquei decepcionado com a maneira como aconteceu o engajamento, porque isso só acontece [o ato de engajar] se você tiver uma “peixada lá dentro”, e às vezes isso atrapalha, pois nem sempre o mais capacitado acaba

conseguindo sucesso, o que define na verdade é, por exemplo, o grau de parentesco, ou grau de proximidade [amizade particular] com os superiores, que caracteriza um ato incorreto e acaba excluindo e decepcionando os demais. (FERREIRA, Entrevista em 22 out. 09).

Sem querer entrar no mérito da veracidade das afirmações de Ferreira, infere-se de suas palavras a difícil luta de jovens que, como ele, passam o ano inteiro se esforçando para ter um comportamento exemplar e, com isso, ser reconhecido em sua conduta dentro do quartel através da conquista do engajamento. Para muitos, o dia do licenciamento é marcado por tristeza, exteriorizada, muitas vezes, em forma de choro, por saberem que estão perdendo uma rara oportunidade de conquistar o tão sonhado emprego. Ao retornarem à vida civil, muitos procuram enquadrar-se em áreas do mercado de trabalho onde melhor podem exercer funções semelhantes às que aprenderam no quartel. Esse é o caso da procura pela Polícia Militar e por empresas que atuam na área de segurança privada. Em Trabalho de Campo, realizado por mim junto à empresa de segurança SEBIVAL, na cidade de Dourados/MS, mediante questionário distribuído aos funcionários da empresa, todos ex-soldados do Exército, foi solicitado que preenchessem, em ordem de prioridade que variava de 1 a 4, os motivos que levaram os mesmos a terem sido voluntários para servirem ao Exército. Foram dadas as seguintes opções de resposta aos candidatos: a) seguir carreira militar; b) busca de um emprego; c) obter conhecimento profissional e d) sentimento patriótico. A empresa possuía, em outubro de 2009, época em que os dados foram levantados, cerca de 220 funcionários. A tabela abaixo representa os índices das respostas dos vinte e cinco funcionários que aceitaram participar da pesquisa. Foi solicitado, pelos mesmos, que fosse registrado somente as iniciais dos seus nomes, visando à preservação de suas privacidades.

Tabela n. 8: Motivação para prestar Serviço Militar Obrigatório.

Funcionário	Ordem de prioridade			
	Carreira militar.	Emprego	Profissão	Patriotismo
V. R. A.	1	4	2	3
G. D. F. A.	1	4	2	3
A. O. C.	1	4	2	3
P. J. S.	1	4	2	3
A. J. A.	1	4	2	3
R. F. C.	1	4	2	3
C. L. B.	2	4	1	3
M. B. F.	1	4	2	3
J. A. B. D.	2	4	1	3
P. E. B. M.	1	3	2	4
F. O. V.	1	4	2	3
R. R. M.	1	4	2	3
N. O. S.	2	4	1	3

C. R.	1	4	2	3
R. S. D. S.	1	3	2	4
A. C. F.	2	4	3	1
W.C. D. S.	2	4	3	1
W. C. T. A.	1	4	3	2
A. J. S.	1	4	3	2
V. A. D. S.	3	4	2	1
R. L. S.	1	4	3	2
V. A. L	2	4	3	1
T. B. S. A.	1	3	4	2
C. P. D. S.	1	2	3	4
S. L. S. P.	1	3	4	2

Fonte: Questionários respondidos por funcionários da Sebival. Dourados/MS. out. 2009.

Os dados apresentados na tabela acima merecem alguns comentários. Ao somar à essa quantidade expressiva de jovens que optaram pelo Serviço Militar Obrigatório como uma forma de iniciar uma carreira profissional a minha experiência de trabalho, é possível ratificar o já exposto neste capítulo. Nas diversas entrevistas por mim realizadas, na condição de integrante da Comissão de Seleção do Exército, com jovens conscritos prestes à incorporação, suas respostas acerca da motivação em servir ao Exército corroboram a amostra apresentada pelos funcionários da Sebival. Quase todos alegaram que pretendiam seguir a carreira militar. Sobre isso, vale uma breve observação. A maioria desses jovens, muitas vezes, quando respondem que querem seguir a carreira militar, na verdade não expressam uma vocação para a carreira das armas, mas um desejo de garantir um emprego, um salário. Acredito que, para muitos, afirmar que gostariam de seguir a carreira militar pode ser uma *astúcia*, no sentido tomado por Certeau (2007), para convencer o entrevistador do seu desprendimento, quando no fundo sua preocupação é garantir sua vaga. Sem esquecer que o imaginário desses jovens é alimentado por familiares, e até por amigos que já serviram, de como portar-se durante uma entrevista. Assim sendo, devem passar a imagem que querem aprender a defender a pátria, que anseiam seguir a carreira militar porque se sentem vocacionados, ou seja, devem falar o que acham que a instituição quer ouvir para obter sucesso na entrevista. Mesmo que depois, caso incorporem, venham a arrepender-se. Existe a ideia, dentro das Forças Armadas brasileiras, de que a profissão militar não é emprego, é sacerdócio; que o militar não é um mercenário, que sua missão é o mais sublime exemplo de amor e sacrifício à pátria. Os muros, pavilhões e alamedas dos quartéis são cheios de frases colocadas em locais de destaque com fins de evidenciar as virtudes militares. Um exemplo disso é o caso do poema de Moniz Barreto, intitulado *O Militar*, escrito pelo poeta português ao Rei de Portugal em 1893,

reproduzido em local de destaque no pátio de formaturas de uma Companhia do 28º Batalhão Logístico em Dourados/MS.

Figura 3: Poema *O Militar*, de Moniz Barreto



Fonte: 28º Batalhão Logístico. Dourados/MS. 2007.

Hoje na maioria das democracias do mundo, o Serviço Militar é uma opção de carreira profissional para o cidadão, mesmo que seja, muitas vezes, imposta pela necessidade de sobrevivência e não por uma questão de patriotismo ou até mesmo de tendência natural para carreira militar.

Nessa perspectiva, é emblemático que a maioria dos jovens, quando abordada sobre sua voluntariedade para com o Serviço Militar, prefira falar em “seguir uma carreira”, pois para uma instituição que ainda vê seu ofício como um sacerdócio, afirmar que seria por mero emprego ou oportunidade de especializar-se numa profissão é um risco alto demais e que muitos jovens não querem correr. O Serviço Militar, para eles, é a única oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mesmo que temporariamente.

É interessante observar, conforme já apresentamos em outra ocasião deste trabalho, que o universo dos que incorporam é um percentual muito pequeno com relação ao número total

de alistados. Isso nos leva a pensar sobre como fica o patriotismo, a civilidade, a disciplina de milhões de jovens que são dispensados. Sem falar que as mulheres não são contabilizadas nessas estatísticas. Será que os que defendem esses pontos de vista não vêem as mulheres como cidadãs e patriotas?

Os dados organizados por mim sobre a quantidade de jovens alistados em Dourados, entre os anos de 2000 a 2005, e os que incorporaram efetivamente nos quartéis da cidade ao final do processo de seleção ajudam a ratificar a realidade no cenário nacional, conforme vem sendo apresentado.

Tabela n. 9: Alistados e Incorporados em Dourados/MS.

Ano	Alistados	Aptos	Incorporados	% Alistados/Incorporados
2000	1863	1147	206	11,05
2001	2170	955	194	11,18
2002	2353	1000	212	9,00
2003	1726	753	198	11,47
2004	1286	613	211	16,40
2005	1585	780	203	12,80

Fonte: Exército Brasileiro: 1ª Delegacia do Serviço Militar. Seção do Serviço Militar da 9ª Região. Aditamentos aos Boletins Internos do 28º Batalhão Logístico e 14ª Companhia de Comunicações.

Com percentuais tão baixos de incorporação, quando comparado ao número de jovens alistados, fica difícil a transformação do Serviço Militar Obrigatório em um *nivelador republicano*, espaço de encontro de todas as classes sociais do país, como quis o Ministro Mangabeira Unger e conforme prevê a *Estratégia Nacional de Defesa* do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, elaborada pelo próprio Unger.

Somente em Dourados/MS, para que uma incorporação atendesse cem por cento dos jovens aptos em cada ano, considerando os dados registrados na tabela n. 9, teriam de haver recursos e aquartelamentos suficientes para atender um acréscimo na demanda em cerca de trezentos por cento, isso estabelecendo como parâmetro o ano que apresentou o menor índice de aptos, 2004.

A partir desses dados, podemos imaginar as dificuldades econômicas que serão enfrentadas para que seja colocada em prática a atual diretriz oriunda do Ministério da Defesa, que além da manutenção do Serviço Militar Obrigatório, quer fazer com que o mesmo seja estendido a todas as classes sociais, evitando o que se tornou uma realidade histórica no Brasil: o Serviço Militar destinado somente às camadas mais pobres da população.

Entrevistando um oficial do Exército, já na reserva e que não quis ser identificado, o mesmo me relatou que achava muito difícil, no Brasil, as ideias colocadas na *Estratégia de Defesa Nacional*, para o Serviço Militar, serem efetuadas. No Olhar desse oficial, o Ministro

Mangabeira era um filósofo e, se ele conseguisse colocar em prática trinta por cento de tudo que estava previsto no Plano, para os padrões do Brasil, já seria uma evolução e tanto. Foram essas suas palavras sobre a ideia do Serviço Militar:

Nossa incorporação é feita nos níveis mais baixos das camadas sociais. Apesar de ser obrigatório, o Serviço Militar, na prática, já é voluntário, pois os jovens vêem o mesmo como uma “válvula de escape” para fugir do desemprego, uma maneira de auferir certa renda ou um sonho de seguir carreira. Nunca teremos, no Brasil e em lugar nenhum no mundo, o filho do peão de chácara servindo nas mesmas condições do filho do industrial, do grande comerciante. Nivelador republicano é algo que fica somente no campo das ideias. (INFORMAÇÃO VERVAL, Entrevista em 13 nov. 2008.).

Leandro dos Santos Ferreira foi voluntário para servir ao Exército, serviu e não conseguiu fazer carreira militar. O jovem, além de posicionar-se contrário à obrigação, afirmando que o Serviço Militar constitui um exemplo da “falsa democracia” do país, numa alusão aos que realmente incorporam compulsados pela necessidade. Enquanto os que não precisam conseguem facilmente serem liberados da prestação, pois a oferta do Serviço é muito menor que a procura. Referindo-se sobre o Serviço Militar Obrigatório, expressa:

Na realidade, a obrigatoriedade do Serviço Militar demonstra claramente a falsa democracia representativa que existe no país. É o que acontece com a obrigatoriedade do voto eleitoral, dentre outros. [...] O Serviço Militar deve existir, mas não mais com o caráter de obrigatoriedade, o cidadão tem que ser atraído pelo militarismo como por qualquer outra profissão. (FERREIRA, Entrevista em 8 jan. 09).

Assim, percebe-se que o Serviço Militar ainda permanece, no Brasil, norteador por um discurso em que o mesmo é apontado como necessário à formação moral, física, psicológica e social dos jovens, sendo uma espécie de passaporte para cidadania, para a civilidade e para a vida democrática. Teoricamente, destina-se a todos os brasileiros do sexo masculino, mas na prática somente os mais pobres e carentes procuram os quartéis como voluntários.

Os quartéis adotam, ainda hoje, na formação dos recrutas, procedimentos pedagógicos que deixariam Olavo Bilac, *A Liga de Defesa Nacional* e os *Jovens Turcos* emocionados com a permanência do espírito de civismo, da disciplina e do patriotismo ensinado aos jovens incorporados em pleno século XXI. Todos, na opinião dos ideólogos de plantão, ingredientes necessários para a construção de um corpo dócil, neutro politicamente, porém, ordeiro, produtivo e patriótico. Um *nós* em oposição aos *outros*. Uma comunidade de irmãos: a pátria dos brasileiros.

A construção dessa identidade pelos quartéis, através do Serviço Militar, será tratada no próximo e último capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III

FABRICANDO SOLDADOS PATRIOTAS: A CONSTRUÇÃO DO CORPO DÓCIL

3.1. Fabricando Corpos Dóceis

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia [*sic*] dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado. (FOUCAULT, 2004, p. 117).

O título com que abro essa parte do trabalho foi escolhido baseado em minha própria história de vida como integrante do Exército Brasileiro, há mais de vinte anos, e, também, em minhas leituras de obras de Michel Foucault, sobretudo *Vigiar e Punir*.

Quando do meu período de aluno na Escola de Formação de Sargento do Exército, os oficiais e sargentos instrutores (corpo docente) referiam-se aos novatos como *elos* que, no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, seriam fabricados por aquele estabelecimento de ensino do Exército. A comparação está relacionada a uma frase existente na frente do pátio de formaturas e solenidades da Escola, com os seguintes dizeres: “Sargento, elo fundamental entre o comando e a tropa”. (figura 4).

Figura 4: Escola de Sargento das Armas. 1990



Fonte: Álbum do autor

Assim, como estabelecimento cuja finalidade é a formação de sargento, a Escola passou a ser conhecida como *fábrica de elos*. Tal fato, de certa forma, leva a pensar, também, em uma metáfora que coloca o sargento numa função mediadora entre o corpo de oficiais e as praças (sargentos, cabos e soldados).

Algo semelhante acontece com os recrutas ao entrarem nos quartéis. Eles serão forjados, fabricados, ou ainda, na expressão de Foucault (2004), serão transformados em “corpos dóceis”. Essa ideia do novato, conscrito, recruta, ser forjado, fabricado, encontramos em muitas epígrafes dos quartéis do Exército. Quando em visita ao 17º Batalhão de Fronteira, localizado em Corumbá/MS, verifiquei uma inscrição no muro da entrada do curso de

formação do Combatente do Pantanal, uma frase que sintetiza esse espírito da fábrica: “Aqui se forja o guerreiro do pantanal”. (figura 5).

Figura 5: Centro de Formação do Soldado do Pantanal. 2008.



Fonte: 17º Batalhão de Infantaria de Fronteira – Corumbá/MS.

Anualmente, milhares de jovens brasileiros apresentam-se nos quartéis das Forças Armadas. Depois de passarem por um processo seletivo com fins de cumprirem dispositivo constitucional e legal da prestação do Serviço Militar Obrigatório, são finalmente incorporados, conforme já comentado no capítulo anterior.

O cerimonial de incorporação é uma solenidade que visa a marcar, para os recrutas, a nova fase de suas vidas. Todo cerimonial é assistido por militares profissionais, bem como por amigos e familiares dos recrutas. Durante a cerimônia é lida a mensagem do Comandante do Exército aos novos soldados e nela ventilam-se aspectos da importância do serviço que tais jovens, depois de exaustivo processo seletivo, terão a honra e o privilégio de prestar à nação. Em 2008, assim foram as palavras do Comandante do Exército dando as boas-vindas aos novos recrutas:

Jovens conscritos! Ao transporem os portões dos nossos quartéis, vocês estarão se incorporando às fileiras do Exército Brasileiro. O processo de seleção foi rigoroso e apenas os mais aptos foram aprovados. Como Comandante do Exército, tenho o prazer de dar-lhes as boas-vindas e desejar que aproveitem, ao máximo, os ensinamentos que lhes forem oferecidos, e que contribuam, com suas participações pessoais, para o engrandecimento e desenvolvimento do nosso país. Ao longo desse ano vocês serão reconhecidos, acima de tudo, como soldados do Exército Brasileiro. (COMANDANTE DO EXÉRCITO. Mensagem aos novos recrutas. Disponível em < <http://www.exercito.gov.br> > Acesso em: 10 out. 2008).

Em alguns quartéis, a solenidade de incorporação é iniciada com os recrutas, ainda sem farda, entrando pelo portão principal (figuras 6 e 7 adiante). Em tal procedimento, percebe-se uma tentativa de *inculcar* no imaginário coletivo dos recrutas a entrada em um *novo* espaço social, que caracterizaria uma nova fase de suas vidas, permitindo, a partir daquele momento, serem *transformados* em militares, rompendo com muitos hábitos e costumes herdados de sua vida civil anterior. Espaço arbitrariamente delimitado, o quartel caracteriza aquilo que Pierre Bourdieu chama de região, ambiente dotado de seus símbolos, rituais, cerimônias e valores, estigmatizados por grupos dominantes, nos quais novatos deverão adaptar-se, construindo novas identidades. A respeito de suas lutas, negociações e estratégias nesse novo ambiente social, nos lembra o autor:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa, ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia etc.) e que tenha em vista propor, por estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. (BOURDIEU, 2005, p. 124).

Figura 6 :Entrada de novos conscritos no quartel.



Fonte: LEAL, José Alberto. Serviço Militar Obrigatório.

Figura 7: Incorporação no 2º Grupo de Artilharia. Itu – SP.



Fonte: Revista Verde-Oliva n. 200, jan./fev./mar. 2009.

Uma vez incorporados, uma série de procedimentos são tomados para socialização do recruta à vida militar. Para alguns pensadores, entre os quais José Murilo de Carvalho (2005), o conceito de Instituição Total desenvolvido por Erving Goffman (2007) pode ser empregado para explicar a socialização dos recrutas à caserna. Na perspectiva desse autor, prisões, manicômios, conventos e quartéis são apontados como exemplos de Instituições Totais. Para Goffman, uma Instituição Total corresponde aos estabelecimentos onde pessoas ingressam e passam a viver em espaços fechados, isolados da sociedade exterior, levando uma vida formalmente administrada conforme regras da Instituição e observados por um grupo de funcionários institucionais. São espaços eminentemente disciplinadores, operando no sentido de “mortificação do eu” (Goffman, 2007) das pessoas. Na expressão do autor:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto geral das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro

lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2007, p. 17-18).

No processo de mortificação do eu, a Instituição Total atua no sentido de despojar o novato de todo seu kit identitário anterior. Há uma profanação da individualidade durante a socialização do novato às regras da Instituição. Para Goffman:

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. (GOFFMAN, 2007, p. 24).

Para Castro (2007), todavia, “perde-se mais do que se ganha” ao comparar os quartéis e as academias militares às Instituições Totais. Castro destaca, primeiramente, a não existência, nas academias militares, de uma divisão entre equipe dirigente e internos (alunos ou recrutas), como Goffman aponta para as Instituições Totais. Segundo Castro “[...] Embora haja uma barreira intransponível entre oficiais e praças,²¹ dentro dessas divisões existem fortes mecanismos de mobilidade social com base no mérito individual”. (CASTRO, 2007, p. 3). O autor deixa claro, ainda, que o período de socialização do civil à vida militar representa o que ele chama de “vitória cultural” do quartel sobre os incorporados. Nesse sentido, o período de socialização do militar seria apenas uma etapa a ser vencida. A época de recruta representaria apenas uma passagem, um obstáculo superado no início da carreira do militar. Por último, Castro aponta que as Instituições Totais, trabalhadas por Goffman, adotam um sistema de participação compulsória para seus novatos, isso difere tanto da forma de ingresso nas academias militares como do Serviço Militar Obrigatório, pois, apesar de obrigatório, na prática incorporam somente voluntários.

Todavia, sem pretender discordar totalmente das observações de Castro quanto às diferenças entre as Instituições Totais e os quartéis, e na condição de observador participante

²¹ Na hierarquia militar, praças são todos os graus hierárquicos compreendidos entre o soldado e o subtenente (suboficial). Segundo o Estatuto dos Militares, para o Exército correspondem às seguintes graduações: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente.

por mais de vinte anos de processos de socialização de recrutas, vejo semelhanças entre os mecanismos de socialização do recruta à vida militar e as Instituições Totais de Goffman. O tratamento dado a seus novatos, quer sejam recrutas, quer alunos de academias, durante a fase de *adaptação* representa um rompimento brusco com seu modo de vida anterior. A esse respeito, vale observar que mesmo Castro (2007) chega a reconhecer a semelhança entre os métodos usados pelas Instituições Totais e os que os quartéis e academias militares empregam para socialização dos seus novatos:

De fato, colocando-nos na perspectiva de um cadete do primeiro ano de uma academia militar, o caráter “total” da instituição, no sentido dado por Goffman, parece evidente. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que forma os oficiais de carreira da linha bélica do Exército brasileiro, e onde realizei pesquisa de campo em 1987 e 1988, os alunos do primeiro ano são chamados informalmente de “bichos”. Em particular, o período inicial, enganosamente chamado “de adaptação”, é repleto de exemplos de ruptura brusca com o mundo exterior. Desde o primeiro momento, entram em ação mecanismos daquilo que Goffman chama de “mortificação do eu”, que retiram do indivíduo seu “kit de identidade” anterior, trazido do “mundo de fora”. O mesmo pode ser afirmado para a fase inicial do serviço militar obrigatório. (CASTRO, 2007, p. 3). [Aspas do autor].

Não é outro o entendimento de Castro quando cita Mills para reforçar o rompimento entre o universo simbólico e as representações do mundo e da vida, trazidos pelos recrutas do seu ambiente anterior, agora sendo *domesticados* pelas academias militares. Segundo esse autor, a iniciação severa em quartéis e academias militares:

[...] revela uma tentativa de romper com os antigos valores e sensibilidades civis, para implantar mais facilmente uma estrutura de caráter o mais nova possível. É essa tentativa de romper a sensibilidade adquirida que determina a domesticação do recruta, e a atribuição, a ele, de uma posição muito inferior no mundo militar. Ele deve perder grande parte de sua identidade anterior para que então se torne consciente de sua personalidade em termos de seu papel militar. (CASTRO, 2004, p. 35).

Dessa forma, creio que há evidências nas expressões de Castro (2004 e 2007) em aceitar, pelo menos na fase de socialização do novato à vida militar, que os mecanismos pedagógicos utilizados pelos quartéis na formação dos recrutas são similares aos empregados pelas Instituições Totais em seus internos. É conforme essa linha de pensamento que é entendida, no presente trabalho, a socialização do recruta à caserna.

Nota-se que o primeiro impacto sentido pelos recrutas ao incorporarem no quartel são os ataques aos *eus* de cada um. Tal mecanismo visa a produzir um *rebaixamento* das várias visões de mundo que cada um traz de fora, de maneira que os incorporados sintam-se no

mesmo nível, provocando um sentimento de grupo, no dizer do jargão militar, *um espírito de corpo*. Para Goffman (2007), tal despojamento do *eu* profana tudo aquilo que ele chama de estojo da individualidade, que cada ser humano possui como configuração individual de suas identidades.

Um dos primeiros despojamentos que profana a identidade individual relaciona-se à aparência física. Todos são submetidos a um mesmo corte de cabelo, haja vista que muitos apresentam-se com cabelo grande, cortado conforme o gosto individual de cada um. Submeter-se à tal situação, muitas vezes, provoca certo constrangimento no recruta. Todo tipo de adorno do corpo (brincos, pulseiras, cordões) deverá ser ocultado ou retirado. A vestimenta que cada um usava anteriormente, conforme suas preferências, é substituída pela uniformidade representada pela farda, distribuída para ser usada em todas as atividades do dia, bem como durante a permanência no quartel fora dos horários de atividade. Os nomes individuais, através dos quais todos eram conhecidos, são substituídos pelo Nome-de-Guerra, retirado de seu próprio nome, e por um número com o qual o recruta passará a ser conhecido daquele momento em diante, e com os quais apresentar-se-ão a seus superiores hierárquicos (exemplo: Soldado 305, Flávio, da Primeira Companhia de Fuzileiros, do 17º Batalhão de Infantaria de Fronteira).

É característico o valor simbólico que passa a ter essa nova forma do recruta identificar-se, pois o nome com o qual a pessoa é conhecida, algumas vezes até por apelido, é profanado. O nome é imposto pela instituição, correspondendo a uma invasão a um recanto individual, geralmente celebrado no ambiente doméstico, familiar, com certo ar romântico. Tal nome é colocado em local de destaque no uniforme e a não observância desse procedimento torna o recruta passível de punições regulamentares. Lembrando sua época de recruta, Wander Jairo Pereira assim falou do modo como sentiu a experiência de ter sua subjetividade invadida, quando do corte do seu cabelo:

Quando cheguei no quartel eu usava nove piercings; tinha o cabelo vermelho e arrepiado. Quando o sargento chegou, virou para mim e falou assim: tira esses piercings e deixa no Corpo da Guarda [recepção do quartel, entrada]. Outro sargento chegou e falou assim: e você rapaz! de onde você saiu? eu falei: vim de São Paulo e não sou voluntário para servir. Ele deu risada e falou: você vai servir e amanhã você já pode vir de cabelo cortado. Eu encarei isso como ato que sabia que tinha que fazer, mas confesso que fiquei chocado. (PEREIRA, Entrevista 7 jan. 2009).²²

²² As referências tomadas de fontes orais, no presente trabalho, foram mantidas tendo como preocupação transcrever para o escrito conforme narrou o colaborador. Nesse sentido, algumas incorreções ortográficas foram

Em artigo sobre o Serviço Militar Obrigatório, apresentado no trigésimo encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Celso Castro e Fernanda Chinelli tecem comentários a respeito de um dos seus entrevistados quando ainda era conscrito, denominação atribuída ao recruta antes de viver a fase de adaptação, ao presenciar o ato cometido contra outro jovem conscrito, “[...] que teve seu cabelo grande cortado à faca perante a tropa de conscritos. O jovem acabou não sendo convocado”. (CASTRO e CHINELLI, 2006, p. 3).

Fato semelhante ao que Castro e Chinelli comentam acima foi narrado por Patric Sampati dos Santos, em entrevista a mim concedida. Santos foi sargento do Exército e o episódio por ele vivido teria acontecido quando o mesmo prestava o Serviço Militar Obrigatório, em quartel da cidade de Dourados/MS, durante o ano de 2002:

[...] Fui pro campo com cabelo um pouco grande, pois antes tinha ficado doente. Chegando no campo alguns oficiais recém-chegados da AMAN [Academia Militar das Agulhas Negras] perceberam meu cabelo grande [fora do padrão militar] e um deles, que não lembro mais o nome, uma hora dessas deve tá pensando na besteira que fez comigo, olhou pra mim e disse: vem cá soldado. Pegou a faca de trincheira dele e cortou o meu cabelo na frente de todos. Pra mim, eu era civil [refere-se ao fato dele ter apenas dois meses de quartel na ocasião do ocorrido], pra mim era normal. Com o tempo fiquei sabendo que esse oficial foi punido pelo General ao tomar conhecimento do fato. (SANTOS, Entrevista em 29 jan. 09).

Tal situação de profanação do *eu* (Goffman, 2007) visa a uma redução do papel anterior do indivíduo, com fins de levá-lo a perceber que, no grupo no qual acabou de entrar, seu papel não significa nada e que ele ainda precisa ser lapidado pelo espírito militar. Numa situação emblemática do choque entre esses dois mundos, o *mundo de fora* e o *mundo de dentro* da instituição, Castro e Chinelli (2006) transcrevem as impressões de um de seus entrevistados sobre os primeiros dias no quartel:

Você tem aquele monte de regras: [Não] usar brinco, alguma corrente, ter tatuagem. Normalmente o sargento que faz a triagem chama a atenção, faz uma piada, brinca. Mas nada que seja ofensivo. Tenta mostrar um pouco o que é a disciplina militar em oposição ao regime civil. O discurso do militar é muito pautado nisso: vocês são de fora. [...] Você é o tempo todo tratado como civil. Você vai ser mesmo militar depois de um tempo. Eles vão negar, negar o que você era antes, para te criar de novo. Negar-te como civil para ter uma existência militar. (CASTRO e CHINELLI, 2006, p. 3).

Todo esse processo de preparação: cortar o cabelo dentro das regras mandadas pela instituição, barba feita, proibição do uso de bigode, distribuir fardamento em substituição às

mantidas, com fins de manter a originalidade das fontes e, sobretudo, não atribuir outro sentido às falas dos entrevistados.

roupas trazidas do *meio civil*, cadastramento dos incorporados em documentos internos do quartel, abertura de fichas para acompanhamento dos índices de desempenho nas instruções (aulas) para cada um dos recrutas, confecção de carteira de identidade, fotografias, entre outras medidas administrativas tomadas com a finalidade de acompanhar o processo de formação do soldado, visam a *inculcar* no recruta um sentimento de perda e até de choque: a mortificação do eu.

Nesse sentido é que Goffman (2007) vê, nos processos de admissão às Instituições Totais, as primeiras medidas com vistas a cortarem os laços que uniam o novato a seus estojos de identidades individuais. Explicitamente na admissão, os novatos são despojados de toda identidade para que a instituição possa operá-los, moldá-los, fabricá-los. Na expressão do autor:

Portanto, o internado descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo. Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação. Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados arrumação ou programação, pois, ao ser enquadrado, o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina. (GOFFMAN, 2007, p. 25-26).

Ao incorporarem, os recrutas são divididos em Companhias, que se constituem em divisões internas dos quartéis, também chamadas Subunidades e geralmente comandadas por um capitão ou tenente. Nesses locais, receberão alojamentos coletivos, onde farão higienização e descansarão para a jornada do dia seguinte.

Uma das atividades esperadas pelos recrutas com bastante expectativa é a entrega de fardamento. Para eles, somente após terem autorização para andarem fardados, ostentando o uniforme da instituição ao público, é que serão vistos, pela sociedade, como integrantes do Exército Brasileiro. Esse sentimento de pertencimento que a farda desperta nos recrutas é reforçado pelas recomendações que lhes são passadas, por instrutores, ocasião em que são evidenciadas as responsabilidades que os recrutas devem assumir ao andarem fardados, pois, nessa situação, qualquer conduta inadequada comprometerá a imagem do Exército Brasileiro perante a sociedade. O uniforme passa a ser uma marca de pertencimento do indivíduo à instituição, diferenciando-o do restante da sociedade. Conforme presenciei em uma

solenidade, um general referiu-se ao uniforme como “uma segunda pele” adquirida pelo civil quando ingressa na vida militar.

O uso de uniformes, para alguns pensadores da construção da identidade castrense, representa a face mais visível da separação entre o *mundo do quartel* e o restante da sociedade. Na expressão de Leirner:

Isso é reforçado especialmente pelo fato de que, simbolicamente, há uma cosmologia militar que traça seus limites a partir da distinção categórica do grupo com relação ao mundo paisano, a começar pelo seu lado mais visível – o uniforme, de uso exclusivo da Força. De maneira geral, essa distinção se acha ancorada numa organização que limita o mundo “de dentro” àqueles que estão numa cadeia de relação comando-obediência. (LEIRNER, 1997, p. 20-21).

O cotidiano dos recrutas é bastante cansativo. Todas as atividades são delimitadas no interior de um espaço-tempo que vai do toque de alvorada ao de silêncio.²³ Há um enquadramento espacial e temporal dos recrutas, de tal maneira que será sempre possível aos instrutores realizarem a exata localização dos mesmos dentro do quartel. Tais informações são encontradas no Quadro de Trabalho Semanal (QTS).

Tomadas as medidas iniciais para a incorporação ou, na expressão de Goffman (2007), de “arrumação”, de “preparação”, o processo de desconstrução do *eu* anterior e aquisição de novos valores, de novos reconhecimentos, é conduzido pela equipe instrutora, seguindo um plano pedagógico elaborado pelo Comando de Operações Terrestres, Órgão de assessoramento do Estado-Maior do Exército, sediado em Brasília. Todo planejamento das instruções (aulas) é realizado com base num documento intitulado Programa Padrão; uma espécie de grade curricular.

Conforme o Programa Padrão (PP), edição de 2006, ao qual tive acesso no 28º Batalhão Logístico, as disciplinas que compõem a fase básica de formação do recruta são em número de vinte e uma²⁴, distribuídas num intervalo de tempo de nove semanas, período considerado

²³ Todas as atividades de uma Unidade Militar são controladas por um cronograma de atividades chamado *Horário do Corpo*, que compreende o intervalo de tempo entre o toque de alvorada (ordem para despertar, levantar) e o toque de silêncio (autorização para descanso, dormir). Geralmente o toque de alvorada acontece às seis horas e o de silêncio às vinte e duas horas.

²⁴ Conforme o Programa Padrão, edição 2006, as disciplinas que compõem a formação básica do soldado são: 1) Armamento, Munição e Tiro; 2) Boas Maneiras e Conduta Militar; 3) Camuflagem; 4) Comunicações; 5) Conhecimentos Diversos; 6) Defesa do Aquartelamento; 7) Educação Moral e Cívica; 8) Fardamento; 9) Hierarquia e Disciplina Militar; 10) Higiene e Primeiros Socorros em Combate; 11) Instrução de Apronto Operacional; 12) Justiça e Disciplina; 13) Lutas; 14) Marchas e Estacionamentos; 15) Ordem Unida; 16) Observação e Orientação; 17) Prevenção e Combate a Incêndio; 18) Serviços Internos e Externos; 19) Técnicas Especiais; 20) Treinamento Físico Militar; 21) Utilização do Terreno.

necessário, segundo o Programa Padrão, para que o recruta obtenha uma ambientação à vida militar ou constitua, na expressão de Castro (2004), “um espírito militar”.

Vale ressaltar que o tempo destinado às disciplinas Armamento, Ordem Unida e Treinamento Físico Militar é maior em relação às demais. A preocupação em destinar um tempo maior a essas disciplinas faz lembrar um jargão recorrente no meio militar, que diz: “para ser milico deve-se fazer bem três coisas: marchar, atirar e correr”.

Tais disciplinas, sobretudo a de Armamento e de Ordem Unida, correspondem às atividades que o recruta irá desempenhar na maior parte do tempo do Serviço Militar. Foi dessa forma que o entrevistado Josselmo Moreira da Silva descreveu as principais atividades cotidianas no quartel, durante o ano em que prestou o Serviço Militar Obrigatório: “[...] algumas vezes a gente tem o pensamento [a ideia] que tá no quartel [somente] para tirar serviço e fazer faxina; ou você tá [sic] de serviço ou fazendo faxina o tempo todo.” (SILVA, Entrevista em 9 jan. 2009).

É bastante corriqueiro, entre os recrutas, o comentário de que ao entrarem para o quartel “esperavam realizar muitas atividades voltadas para exercícios de guerra”, mas o que acabam fazendo, na maior parte do tempo, é tirar serviço, realizar faxina e formaturas. Conforme comentários de Castro e Chinelli sobre entrevistas por eles realizadas com jovens que prestaram o Serviço Militar:

[...] Todos os entrevistados mencionaram que passavam a maior parte do tempo varrendo o chão, fazendo faxina nos banheiros, catando folhas dos gramados ou passando cal nos muros, contrastando essas atividades com o pouco engajamento em atividades de caráter propriamente militar. (CASTRO e CHINELLI, 2006, p. 10 – 11)

Das minhas anotações como observador participante do cotidiano de quartéis por mais de vinte anos, cheguei à conclusão de que, das matérias que norteiam o processo de socialização do recruta à vida militar, para os propósitos deste trabalho, as mais importantes são as instruções de Educação Moral e Cívica, Hierarquia e Disciplina Militar e Ordem Unida.

A matéria Hierarquia e Disciplina Militar objetiva preparar o recruta para a experiência de vivenciar o cotidiano de um quartel como soldado. Tais disciplinas, que constituem as bases que sustentam toda a instituição militar, vêm consubstanciadas nos regulamentos internos da Força e previstas na própria Constituição Federal de 1988, que estatui no artigo 142:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, artigo 142).

É oportuna uma pequena digressão para esclarecer como a sociedade moderna potencializou a disciplina como um meio de controlar os corpos, de organizar uma multiplicidade que é o corpo social, de ordená-lo no espaço e no tempo, de manter um controle sobre seus cidadãos com fins de *domesticá-los*. Para Foucault (2004), a disciplina disseminou-se de tal ordem no corpo social que teria penetrado de forma insidiosa e calculada o próprio poder soberano do Estado.

O Estado moderno, da era industrial, definida por Foucault (2004) como “era clássica”, necessitou classificar, distribuir no espaço e no tempo seus cidadãos, controlar, medir, vigiar sua população no sentido de torná-los dóceis e úteis. Referindo-se ao processo de *esquadrinhamento* do homem moderno pelo poder disciplinar, explicitou Foucault:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula, e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica de poder, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficiência que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2004, p. 119).

Foucault aponta como exemplos de instituições disciplinares, entre outras, a escola, o hospital, a fábrica e os quartéis. Nesses lugares, a multiplicidade social é talhada pelo poder disciplinar. A disciplina forja, modela corpos, tornando-os dóceis para a sociedade industrial-burguesa, de modo a tirar-lhes o máximo de produção com o menor custo possível. Como destacou Foucault (1979), a disciplina é “[...] o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista.” (FOUCAULT, 1979, XVII).

Na instituição militar, esse preparo para o mercado de trabalho foi percebido como uma das metas da campanha pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil no início do século XX, como mostramos no primeiro capítulo.

Atualmente, ainda existe esse matiz sobre o Serviço Militar Obrigatório. Àquele recruta disciplinado, ordeiro, *enquadrado*, que não sofreu nenhuma punição durante o seu tempo de serviço, é concedido um documento chamado *Honra ao Mérito*, uma espécie de

recomendação de boa conduta a ser apresentado em uma futura concorrência por uma vaga no mercado de trabalho. É fato que muitas empresas dão prioridade ao candidato que serviu às Forças Armadas no momento de recrutar mão-de-obra. Um dos motivos apontados por ex-recrutas para essa preferência é a disciplina que, presumidamente, o ex-militar adquiriu durante seu tempo de quartel. Foi assim que Elvis Ortiz de Souza viu sua contratação numa empresa de segurança:

Fui lá na empresa no dia e hora combinado pra entrevista. Aí levei meu Honra ao Mérito. No final o homem falou: cê (*sic*) tem grandes chances, aqui precisamos de pessoas que cumpram horário, gente disposta e que saiba cumprir ordens. Nossa empresa trabalha com segurança e não admitimos falhas. Se você foi bem no Exército terá sem dúvida sucesso aqui. (SOUZA, Entrevista, em 28 jan. 2009).

O espaço/tempo vivido no quartel durante a prestação do Serviço Militar é caracterizado por uma adaptação e um enquadramento do recruta a um meio disciplinar e hierarquizado. Eles passam, muitas vezes com grandes contrastes com a vida anterior, a integrar o que Castro (2004) chama de “círculo social mapeado”, em oposição às discontinuidades características da vida fora do quartel. Na expressão de Castro, “[...] O termo mapeado que dizer que há claras ideias em torno do que é certo e errado e de como as coisas devem acontecer” (CASTRO, 2004, p. 151).

Para Castro (2004), essa nova condição do recruta representa um choque, uma relação de conflito, uma dicotomia, característica de uma instituição que ainda enxerga a sociedade a partir da dualidade entre mundo civil x mundo militar, ou seja, o *mundo de dentro* e o *mundo de fora*. Esse discurso, fora/dentro, é muito recorrente entre os militares quando se referem ao espaço do quartel e a sociedade.

Nesse processo de inserção do recruta ao *círculo social mapeado*, a primeira coisa que lhe é cobrada é a completa submissão às ordens dos superiores, aos regulamentos internos da Instituição e às regras estabelecidas para todo tipo de procedimento, as Normas Gerais de Ação (NGA). Um exemplo, entre outros, é a conduta que o recruta deve adotar para tratar seus superiores. Ao se dirigir a eles, o recruta sempre usará o tratamento de senhor, ao passo que esse dirigi-se ao recruta, ou subordinado, por você. Muitos sentem dificuldades para adaptar-se a esse novo quadro social e terminam encontrando técnicas e maneiras *sutis* de contorná-las, procedimento que Goffman (2007) denominou de “distanciamento da situação”. O caso de um ex-recruta, citado por Castro e Chinelli (2006), é emblemático dessa situação de distanciamento:

Eu até desenvolvi algumas técnicas para evitar ficar me submetendo totalmente a eles. Por exemplo, eu até fazia continência, mas em vez de eu falar sim, senhor eu falava certo. Falava bem convicto, então passava batido. O sargento que era considerado o pior de todos, ele notava: ‘certo é o caralho, é sim senhor!’ Outra coisa – na verdade era uma prática de todo mundo: na hora que tinha um oficial vindo, já desviava do caminho ou ficava de costas. Sempre dava um jeito de evitar ficar dando continência. Bom, essas coisas que a gente faz no cotidiano para não ficar totalmente submetido. (CASTRO e CHINELLI, 2006, p. 9).

Esses casos da vida cotidiana dos quartéis remetem-nos ao que Michel de Certeau (2007) analisou como “resistências” desenvolvidas por grupos oprimidos. Uma arte de reelaboração e reinvenção do cotidiano, através de táticas e astúcias do homem ordinário, para não submeter-se completamente ao poder disciplinar e à razão técnica de um sistema opressor. Para o autor, ninguém recebe pacificamente as ações do poder disciplinar e da vigilância hierárquica, mas reage de forma sutil, reinterpretando a vontade do outro. Na expressão do autor:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política”. (CERTEAU, 2007, p. 41).

Outra observação nítida, dessa nova condição de vida a que são submetidos os recrutas, é o rígido controle das atividades. Os atrasos e as faltas são encarados como transgressões passíveis de sanções disciplinares, discurso recorrente no meio dos superiores hierárquicos, ocasião em que apresentam o regulamento disciplinar como forma de coibir possíveis situações de indisciplina. Toda conduta do recruta, bem como dos militares profissionais, é *enquadrada* pelo referido estatuto. É nesse sentido que Foucault aponta a função normalizadora da disciplina nas instituições da sociedade capitalista:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada

indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 2004, p. 149).

O regulamento disciplinar do Exército, em seu Anexo I, elenca uma série de condutas, gestos e atitudes consideradas como transgressões disciplinares²⁵. Colocando as coisas nessa perspectiva, o regulamento representa um dispositivo de micropenalidade (Foucault, 2004), necessário para que a instituição (Exército Brasileiro) desenvolva mecanismos de controle dos corpos, de suas atitudes e procedimentos, tornando o recruta um corpo dócil, talhado pela disciplina. Conforme Foucault:

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma infra-penalidade; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. (FOUCAULT, 2004, p. 149).

Os aspectos mais visíveis da disciplina e da hierarquia militar são desenvolvidos nos exercícios de ordem unida. Esses exercícios visam a ambientar o recruta ao cotidiano da caserna, a participar de rituais típicos da vida militar, como formaturas e solenidades. É pelo exercício da ordem unida que o recruta aprende a marchar, a deslocar-se e a agir em grupo com padronização e sincronização de movimentos. Em suma, a ordem unida visa a cultivar sentimentos de agir em grupo, de cumprimento de ordem e obediência. Segundo afirmação recorrente nos discursos de chefes militares, a ordem unida é fundamental para reforçar o *espírito de corpo* e manter a tropa em grau de disciplina elevado. Esse jargão castrense é recomendado pelo Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro:

A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra. (EXÉRCITO BRASILEIRO, Manual de Ordem Unida, 2003, p. 1-2).

²⁵ O Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército elenca 113 transgressões disciplinares, entre as quais encontram-se: [...] 26) Faltar ou chegar atrasado, sem justo motivo, a qualquer ato, serviço ou instrução de que deva participar ou a que deva assistir; 28) Ausentar-se, sem a devida autorização, da sede da organização militar onde serve, do local do serviço ou de outro qualquer que deva encontrar-se por força de disposição legal ou ordem; 39) Ter pouco cuidado com a apresentação pessoal ou com o asseio próprio ou coletivo; 42) Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe; 55) Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 98) Desacreditar, dirigir-se, referir-se ou responder de maneira desatenciosa a superior hierárquico.

Assistir a uma formatura militar é ver, na prática, a submissão do corpo à disciplina. Muitas vezes, tais formaturas acontecem em condições climáticas impróprias, como chuva forte, umidade do ar muito baixa e calor escaldante. Nessas horas, quem preside as cerimônias aproveita para inculcar a ideia de que tal situação é a oportunidade da tropa provar condições de disciplina, de rigidez e de obediência adquiridas.

A ordem unida visa capacitar o recruta para agir coletivamente: a posição correta em forma, a habilidade uníssona com que todos manobram o armamento, a energia dos movimentos, a cadência ao marchar (todos no mesmo passo) e conforme a batida do bumbo, a sincronização dos movimentos por todos faz parte de um recurso pedagógico que induz o recruta a pensar que ele é apenas parte de um todo: o Exército Brasileiro. A figura a seguir representa um momento da formatura de hasteamento da bandeira nacional em um Pelotão de Fronteira da Amazônia. A simetria das posições, o alinhamento e a maneira padronizada com que corpo e objeto (arma) obedecem aos comandos emitidos fomentam uma relação de ordem/obediência, característica da instituição militar.

Figura 8: Hasteamento da bandeira nacional.



Fonte: Revista do Exército Brasileiro, vol. 143, 2006.

Civis que assistem a uma solenidade militar geralmente ficam impressionados com o grau de sincronização e harmonia dos movimentos. Situação corriqueira desses episódios é o desfile militar de Sete de Setembro, ocasião em que civis aplaudem e elogiam a maneira disciplinada e ordeira como ocorrem os movimentos.

Percebe-se que tais posturas são exigidas durante a socialização do recruta. A ordem unida é uma das atividades que geralmente requer controle sobre o próprio corpo, domínio e atenção para que o ato de um indivíduo isolado “não estrague” (no dizer dos instrutores) a uniformidade da ação conjunta, constituindo-se em uma técnica disciplinar que produz a

submissão do corpo às ordens recebidas. De fato, ao comando dado para a execução de um movimento, todos devem agir *mecanicamente*, quase como um autômato, uma máquina.

É recorrente, durante os treinamentos, os instrutores alertarem os recrutas para que não pensem muito, pois ao pensarem correm o risco de *voar* (errar) o comando dado. Isso nos remete aos homens-máquinas de La Matrie, comentados por Foucault (2004), que seriam uma espécie de robô, uma massa pronta para ser operada pela disciplina, uma peça dócil e facilmente manipulada, como uma máquina.

Todavia, imaginar que o recruta é um autômato, uma máquina como queria La Matrie, é um equívoco. Ninguém sofre ação de poderes de forma totalmente pacífica. Ainda nos guiando pelas análises foucaultianas, cremos que *onde há poder, há resistência*. Os sujeitos sociais não são meros *jarros* receptivos das ações dos poderes, até mesmo em instituições onde a disciplina é aplicada de forma ostensiva, como no Exército, há resistências. Os recrutas, mesmo submetidos aos rigores disciplinares do regulamento, encontram meios de resistência e enfrentamento, muitas vezes de forma dissimulada, o que de algum modo também acaba lhes propiciando o exercício do poder. Conforme Foucault:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor [*sic*] do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (FOUCAULT, 1999, p. 34 – 35).

O corpo dócil, talhado pela disciplina, é também um corpo que resiste, que procura caminhos, alternativas, não recebendo pacificamente os rigores da disciplina, nem mesmo em forma qualificada como a disciplina militar. Caso emblemático na História Brasileira é o marinheiro João Cândido, personagem pouco lembrada pela Marinha Brasileira.²⁶

A quarta parte dos boletins internos²⁷ de toda organização militar do Exército Brasileiro publica assuntos inerentes à justiça e à disciplina. Nesse espaço, o boletim traz um grande

²⁶ João Cândido, também conhecido por *Cisne Negro*, liderou um movimento na Marinha que, entre outros objetivos, pretendia extinguir os castigos físicos como punição disciplinar para praças. Atualmente, essas resistências estão aflorando com maior frequência, como o caso divulgado recentemente de dois sargentos homossexuais, que enfrentam a reação dos regulamentos militares face às suas preferências pessoais.

²⁷ Boletins Internos correspondem aos documentos internos das organizações militares, nos quais os comandantes divulgam as determinações administrativas necessárias ao funcionamento de uma unidade militar. Esses documentos são divididos em quatro partes: 1) Serviços Diários; 2) Instrução; 3) Assuntos Administrativos e 4) Justiça e Disciplina.

número de punições disciplinares publicadas, confirmando que o recruta não é uma máquina que pode ser moldada, mas um ator social que pode oferecer resistências.

No que se refere a tais práticas de resistência, o exemplo que Eremildo me relatou em entrevista é elucidativo das *astúcias* e *táticas* (Certeau, 2007) desenvolvidas pelos recrutas para enfrentarem, sem incorrerem em indisciplina, as exigências do cotidiano nos quartéis. Eremildo conta como sempre *dava um jeitinho* para escapar das formaturas e exercícios no campo, fato apontado por ele como um verdadeiro castigo:

Quando sabia né, [*sic*] que ia ter formatura ou acampamento já dava um jeito de ir ao médico. É que o médico tem autoridade para deixar o militar fora das “bocas podres” [missão ou serviço considerado ruim]. Já dizia pra ele: doutor, [*sic*] to [*sic*] novamente com dor de rim, não aguento ficar em pé, nem caminhar. Ele receitava um remédio, e dispensava de esforço físico e formatura por cinco dias. Assim fui levando, no “macete” até o dia da minha baixa. (EREMILDO, Entrevista, dia 10 jan. 2009).²⁸

De forma semelhante, Wander Jairo Pereira informou que não gostava de ir às formaturas, insinuando a esse respeito que até oficiais e sargentos são capazes de dar o *golpe* nas formaturas:

Bom, ordem unida, formatura, ninguém gosta né cara [*sic*]. Esse negócio [*sic*] de entrar em forma pra almoçar, jantar, tirar falta, isso ninguém gosta né cara [*sic*]. Quando tem formatura até sargento e oficial tenta dá [*sic*] uma escapadinha né [*sic*]. Então isso aí é um saco, Ordem Unida é um saco. Sempre que tinha oportunidade eu dava uma escapada. (PEREIRA, Entrevista em 7 jan 2009).

Situações análogas à descrita por Wander Jairo Pereira eu mesmo tive oportunidade de acompanhar em diversas situações do cotidiano dos quartéis, numa situação típica de observador participante. Lembro-me de um caso engraçado, em que um recruta disse que ia procurar o médico, pois não tinha condições de realizar o treinamento físico militar devido às *fortes dores* que estava sentindo no joelho. Ele foi ao médico e conseguiu ser dispensado do treinamento. No mesmo dia, foi encontrado jogando bola num campeonato que estava acontecendo no quartel. Nesse caso, o militar foi punido por não ter seguido as recomendações médicas, além de deixar o próprio médico numa situação *vergonhosa*.

Essas formas dissimuladas de resistências, ou de “distanciamento da situação” (Goffman, 2007), bem como formas mais ostensivas e abertas de enfrentamento do poder

²⁸ Eremildo é nome fictício, pois o entrevistado pediu para permanecer no anonimato, visando preservar sua identidade, apesar de já haver sido licenciado do Exército desde 2005, época em que prestou o Serviço Militar Obrigatório.

disciplinar, colocam em *xeque* a noção de que tal poder molda corpos que não oferecem resistência.

Assim, à medida que o poder disciplinar e a hierarquia nas instituições militares operam no sentido de transformar o recruta num corpo dócil, ordeiro, esses *reagem* (Foucault, 2004), atuando como *homem ordinário* (Certeau, 2007), traduzindo as intenções do outro e, dessa forma, *reinventam* o seu cotidiano.

3.2. O Soldado Patriota

Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. E dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida. (COMPROMISSO DO RECRUTA. In: *BOLETIM DO EXÉRCITO*, n. 21, de 29 mai. 2009).

Há soldados armados/Amados ou não/Quase todos perdidos/De armas na mão/ Nos quartéis lhes ensinam/Uma antiga lição/De morrer pela pátria/ e

viver sem razão. (Composição e música de Geraldo Vandré, *Pra não dizer que não falei das flores*).

No início deste trabalho foram feitas algumas considerações sobre o Estado-Nação e o Patriotismo. Tentou-se analisar, a partir das colocações de Hobsbawm (1998), como o patriotismo foi uma obra dos nacionalismos do século XIX.

No Brasil, a idéia de estabelecer a conscrição como condição *sine qua non* para a implantação de um plano estratégico de defesa do Estado Nacional, bem como para fazer uso dos quartéis como *escolas* de civismo e patriotismo, ganharam maior ênfase no início do século vinte, sobretudo com a campanha em prol do Serviço Militar Obrigatório propagada por Olavo Bilac, contando com expressivo apoio de significativos setores da sociedade da época, conforme já comentado no primeiro capítulo.

Ainda hoje presenciamos nos quartéis esse forte patriotismo. Veneração à bandeira, ao hino nacional, aos *heróis da pátria*, datas cívicas, tudo celebrado em rituais e através de lugares da memória, como estátuas e bustos erigidos em homenagem a tais personagens.

Uma série de atividades são previstas e operadas, nos quartéis, no sentido de *inculcar* nos recrutas certos valores e sentimentos, como o de fazerem parte de um grande país, de uma pátria que acolhe a todos como filhos, operação que tenta esconder as polissemias e diferenças internas que o termo pátria possui. Isso nos coloca de frente àquilo que, referindo-se ao conceito antropológico de nação, Benedict Anderson chamou de “comunidade imaginada”. Na expressão de Anderson:

[...], a nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas. (ANDERSON, 1989, p. 16).

Um dos primeiros ritos de cunho patriótico que os recrutas aprendem ao chegarem ao quartel são os sinais de reverência que devem prestar aos símbolos da pátria, sobretudo à bandeira e ao hino nacional. O hino é treinado exaustivamente, até que todos os recrutas demonstrem ter pleno domínio de sua letra, pois isso será cobrado durante as formaturas. Quanto à bandeira nacional, estabelece-se uma data para que seja apresentada aos recrutas pela primeira vez, geralmente poucos dias após a incorporação. O ritual de apresentação da bandeira é realizado sob certo clima místico, no pátio de formatura do quartel e com a presença de todo efetivo. A bandeira é trazida por um oficial, que se posiciona em local de destaque, diante dos soldados recrutas. Nesse momento, é feita uma leitura sobre o evento, ou

seja, é proferida a Ordem do Dia, durante a qual os recrutas são informados de que diante deles está o símbolo maior da pátria, da nação brasileira. A banda de música do quartel toca exórdios dando certa sacralidade ao fato. Outra forma de reverência é o Dia da Bandeira, 19 de novembro, quando geralmente é realizada uma solenidade ao meio-dia, em que todos ouvem as palavras do comandante sobre o significado da bandeira, lembrando sua importância para o soldado e para todo o povo brasileiro.

Síntese da nação, a visão da bandeira deve remeter à lembrança da pátria, do Brasil. É durante a solenidade de comemoração à mesma que se realiza a incineração daquelas que estão sem condições de uso. O ato é geralmente feito pela praça mais antiga do quartel, tendo como fundo musical o hino à bandeira, entoado por todos os participantes da cerimônia.

Figura 9: Ritual de incineração de bandeira.



Fonte : 28º Batalhão Logístico- Relações Públicas. Dourados/MS. 2007.

Entre as instruções (aulas) ministradas aos recrutas, consta no currículo a matéria de Educação Moral e Cívica. Nela é enfatizada a importância de se cultivar os valores patrióticos e a necessidade dos recrutas velarem sentimentos de amor ao hino e à bandeira como símbolos sagrados, a representação autêntica da pátria brasileira. O Plano de Sessão da instrução de Educação Moral e Cívica, uma espécie de plano de aula, ministrado aos recrutas de 2008 no quartel do 28º Batalhão Logístico, assim explica o sentido dos símbolos nacionais:

Os símbolos nacionais são retratos do Brasil: de nossa terra, de nossa gente. A Bandeira e o Hino, as Armas e o Selo Nacionais são as manifestações simbólicas de nossa nacionalidade e marcos da presença do Brasil no concerto das nações. É o “símbolo augusto da pátria” que aprendemos a amar desde a infância e que nos compete zelar e defender sempre. Símbolos que testemunham os episódios mais importantes de nossa História, desde o descobrimento até a emancipação política, na tarefa de construir um Brasil

melhor e uma sociedade mais justa. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 28º Batalhão Logístico, Plano de Sessão, 6 mar. 2008).

Percebe-se, a partir da leitura do documento acima referenciado, uma clara preocupação de manter uma continuidade histórica com o passado, como se os símbolos representassem algo existente desde a época do descobrimento do Brasil, e não uma invenção recente, conforme informa Hobsbawm (1998). Nota-se como os símbolos nacionais, cultuados e lembrados solenemente nos quartéis, são usados como instrumentos de uma engenharia social, conduzida pelo Estado-Nação com fins de realizar o que Pollak (1992) reconhece como “enquadramento da memória”, viabilizado em instituições como igreja, sindicatos, quartéis e demais entidades responsáveis por organizar, selecionar e manter a identidade nacional:

[...] o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicatos, na igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social. (POLLAK, 1992, p. 7).

Todavia, parece que tais representações não nutrem, atualmente, sentimentos tão patrióticos nos soldados. Conforme as entrevistas por mim realizadas, as representações que visam a evocar sentimentos patrióticos não conseguem despertar tais lealdades, pois os soldados recrutas estão nos quartéis cumprindo Serviço Militar Obrigatório. Patric Sampati dos Santos, atualmente licenciado do Exército, lembra dessas formaturas, rituais e cerimônias militares como algo sem importância para o recruta. De acordo com o que ele afirmou:

[...] acaba sendo uma formatura rotineira, nesse período é muita ordem unida, ordem unida. Você vai ali porque tem que cumprir ordens, [encontre-se prestando Serviço Militar Obrigatório] vai de qualquer jeito, debaixo de sol ou chuva, um exagero, acho que pro soldado não tem muita finalidade. (SANTOS, Entrevista em 29 jan. 2009).

Durante o espaço/tempo prestado pelo recruta ao Serviço Militar, a memória nacional é constantemente evocada e construída. É emblemática, nesse sentido, a construção de bustos, estátuas e monumentos, erigidos nos quartéis e expostos como semióforos (Chauí, 2000), com o propósito de homenagear e cultivar *heróis* e grandes *vultos* da História Nacional, nos quais todos devem espelhar-se como exemplos de patriotismo e caráter. Tais personagens históricas são lembradas como *ídolos laicos* e suas representações iconológicas têm um propósito de veneração próximo à idolatria. Abaixo, figuras de estátua do tenente Antonio João Ribeiro e o busto do brigadeiro Antonio de Sampaio (figuras 10 e 11), ambos heróis da Guerra do

Paraguai e escolhidos, pelo Exército, como patronos do Quadro Auxiliar de Oficiais e da Arma de Infantaria, respectivamente.

Figura 10 :Tenente Antonio João Ribeiro.



Fonte: 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Dourados/MS. 2007.

Figura 11: Brigadeiro Antonio de Sampaio.



Fonte: 4º Pelotão de Polícia do Exército. Dourados/MS. 2007.

Nas datas comemorativas de nascimentos de tais heróis patrióticos são realizados rituais de celebrações, com leituras de seus feitos em prol da nação brasileira. A figura a seguir capturou um desses momentos místicos, durante a solenidade de comemoração do Dia da Cavalaria, realizada no Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Dourados/MS.

Na ocasião, venera-se o Marechal Manoel Luís Osório, também herói da Guerra do Paraguai e reconhecido pelo Exército Brasileiro como patrono da Cavalaria. Na foto, é possível observar um cavalo com as botas do cavaleiro invertidas, simbolizando a presença do *espírito de Osório* durante o ritual. (Figura 12).



Fonte: Relações Públicas da 4ª Brigada de Cavalaria. Dourados/MS. 2007.

Outra forma de cultuar o patriotismo no quartel são as comemorações e rituais de celebração de datas consideradas importantes, tanto no sentido de criar uma identidade de pertencimento ao Exército, quanto de patriota. São essas comemorações que asseguram a existência de qualquer grupo. Na expressão de Celso Castro:

Não basta que os indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum. É preciso também comemorar – lembrar em conjunto. Através dos rituais, as crenças tornam-se efetivamente sociais para seus participantes. É a repetição regular e coletiva dos rituais que cria e recria a própria coletividade enquanto tal, renovando em seus participantes o sentimento de pertencerem a algo em comum – no caso, o Exército Brasileiro. (CASTRO, 2002, p. 79).

Um desses rituais é a comemoração, em 19 de abril, do Dia do Exército Brasileiro, organizada de forma a envolver toda a sociedade, criando um clima de *comunhão* e confraternização que visa à conquista da *simpatia da comunidade* e também a funcionar como atrativo, sobretudo para os jovens, para ingresso na carreira militar.

Esse período é marcado por um conjunto de atividades, inclusive externas ao quartel, que visam à celebração da data. O Exército leva banda de música para as praças e espaços públicos das cidades que sediam quartéis, são montadas barracas com material de uso das

Forças Armadas para exposição à população, estandes com brinquedos para crianças, postos com apresentação de uniformes do Exército, espaços para a prática de tiro ao alvo, passeio de barco, entre outros atrativos. A ideia é envolver a população na festa, pois a mesma não é do Exército, é do povo, e o Exército, segundo pensamento recorrente na instituição, não é outra coisa senão *o povo em armas*. As imagens que se seguem (figuras 13 a 17) foram registradas pelo autor durante as comemorações do Dia do Exército no ano de 2007, em Dourados/MS.

Figura. 13: Dia do Exército:
Populares chegando ao local da comemoração
Parque Antenor Martins. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

Figura 14: Dia do Exército:
Banda de música do Exército toca para populares
Parque Antenor Martins. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

Figura 15: Comemoração do Dia do Exército:
populares praticam pontaria.
Parque Antenor Martins. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

Figura. 16: Comemoração do Dia do Exército:
Barracas com pipoca e apoio médico à população.

Parque Antenor Martins. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

Figura. 17: Dia do Exército:
Barco do Exército realiza passeio com populares.
Parque Antenor Martins. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

A data de 19 de abril foi deliberadamente escolhida, em 24 de março de 1994, por corresponder à data da vitória das forças portuguesas sobre os holandeses em Guararapes, na Capitania de Pernambuco, no ano de 1648.

Na interpretação de Castro (2002), um dos motivos que levou o Exército a comemorar a nova data foi a necessidade de entrar em *sintonia* com os *novos tempos*. Velhos rituais e comemorações, como o da Intentona Comunista de 1935 e a Revolução de 1964, criavam uma situação desconfortante entre o Exército e a nova classe política que compunha o governo brasileiro, em sua maioria com integrantes de movimentos que haviam resistido ao Regime Militar instaurado no país após 1964. Era preciso encontrar, no mercado simbólico, outros ritos necessários à reconstrução da imagem do Exército, a fim de que velhas divergências e atritos do passado não dessem lugar a revanchismos e discórdias. São emblemáticas, nesse sentido, as afirmações do general Gleuber Vieira, comandante do Exército em 1999, na sua Ordem do Dia sobre a Intentona Comunista de 1935, citado por Celso Castro:

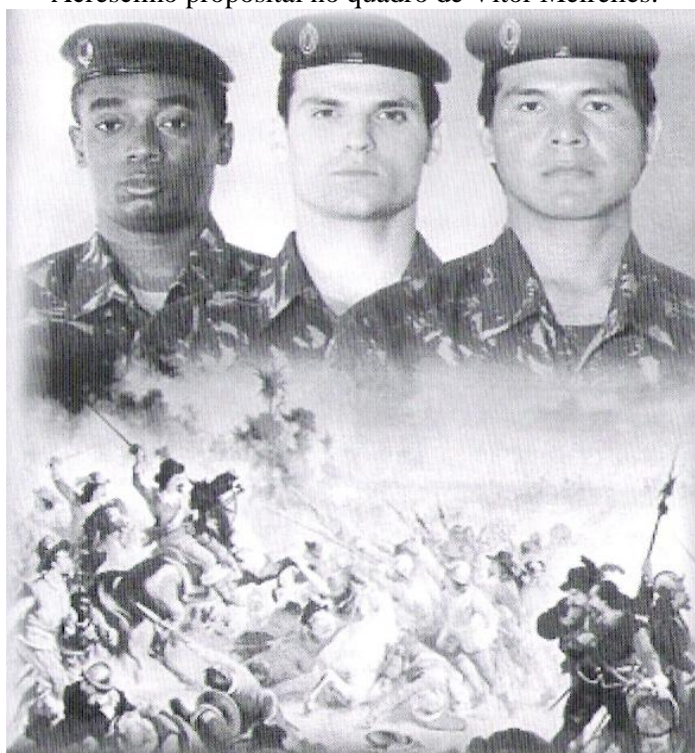
Tempo e história são essenciais para a humanidade construir a civilização. Ninguém pode prescindir do passado. Mas olhar para trás exige entender os fatos pretéritos como oportunidade de preservar a memória e evoluir as ideias – forma eficaz de se enfrentar as imprecisas, difíceis e novas conjunturas. É fundamental, pois, compreender que tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo. É com essa predisposição que o Exército recorda a Intentona Comunista de 1935. Não nos prendemos ao passado, voltamos para o futuro – afinal, cada vez que entramos no rio histórico do tempo, outras são as águas que tocamos. E, assim, em que pese o fato de sermos os vencedores, não desmerecemos os vencidos. Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos. (CASTRO, 2002, p. 66 – 67).

Para o Exército, comemorar Guararapes como data máxima, além de referir-se a um passado bem mais distante, significa uma vitória de *brasileiros em armas* contra um invasor estrangeiro, os holandeses. Tendo, dessa forma, uma conotação diferente das comemorações da Intentona Comunista de 1935 e da Revolução de 1964, que foram lutas entre brasileiros, divididos por ideologias. Celebrar o dia do nascimento do Exército é um rito que, no olhar da instituição, se confunde com o nascimento da própria nação brasileira.

Nos quartéis, são realizadas palestras e leituras alusivas à data, destacando-se o Exército Brasileiro como o produto das três raças (branca, negra e indígena) formadoras da própria nação e que, em Guararapes, teria sido pronunciada pela primeira vez a palavra pátria. Coloca-se a união das raças numa perspectiva acima das diferenças, o sentimento de

comunhão e amor à pátria, surgido em Guararapes, cria solidariedades fraternas e o espírito da epopeia deve sempre ser evocado, como marco da nacionalidade. Do conflito teria surgido a nação brasileira, protegida e alicerçada pela força de três raças. Acredito ser com essa intenção que o Exército publicou um cartaz, em 1998, em comemoração aos 350 anos da Batalha de Guararapes, onde à parte superior do quadro de Victor Meireles, que representa o fato, é acrescida a imagem das três raças que deram *origem* à nação. (figura 18).

Figura 18: Cartaz do Exército. Batalha de Guararapes.
Acréscimo proposital no quadro de Vítor Meirelles.



Fonte: CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*.

Isso não deixa de ser uma tentativa de realizar uma continuidade histórica entre o ontem e o hoje, induzir à memória coletiva a ver o Exército como uma instituição representativa do acolhimento e do respeito às várias diferenças: religiosas, políticas, econômicas e étnicas, formadoras da nacionalidade brasileira. Apresenta a uniformidade, homogeneidade e fraternidade que deve existir entre os integrantes da nação, todos, por sua vez, responsáveis pela construção do Exército e da pátria. É o discurso da *comunidade imaginada* que apresenta a união idealizada para todos, plainando acima das diferenças que realmente existem no seu interior.

O plano de sessão (plano de aula) da instrução de Moral e Cívica assim relata o processo da luta em Pernambuco para expulsar os holandeses:

Em verdadeira simbiose de organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Portanto, a partir de memorável epopéia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 28º Batalhão Logístico, Plano de Sessão Moral e Cívica, 6 mar. 2008).

Numa observação histórica mais detalhada, é possível verificar como tais manifestações fazem parte de um processo de criação e invenção de tradições, cujo fim é a solidificação de uma identidade para o Exército. Esse, por sua vez, é representado como o berço do patriotismo brasileiro, no qual os recrutas e todos os cidadãos devem se espelhar, pois, afinal, somos todos irmãos e herdeiros das tradições heróicas daqueles antepassados. Aguçando mais a observação, infere-se que o termo pátria, empregada pelos rebeldes em Guararapes possuía um sentido diferente do que entendemos hoje. Os insurretos podem ter se referido somente à Capitania de Pernambuco, e não a uma pátria brasileira com o contorno geográfico atual, como a comemoração à Guararapes pode induzir. Nesse sentido, são oportunas as observações de Chauí (2000) referentes à evolução de sentido que a palavra pátria sofreu ao longo do tempo. Segundo a autora, foi somente a partir do século XVIII que o termo pátria passou a significar o território organizado por um Estado independente:

A partir do século XVIII, com as revoluções norte-americana, holandesa e francesa, pátria passa a significar o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente. Eis por que, nas revoltas de independência, ocorridas no Brasil nos fins do século XVIII e início do século XIX, os revoltosos falavam em pátria mineira, pátria pernambucana, pátria americana, finalmente, com o patriarca da Independência, José Bonifácio, passou-se a falar pátria brasileira. Durante todo esse tempo, nação continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus. (CHAUI, 2000, p. 16).

Comentando sobre a associação entre Guararapes, o nascimento do Exército e da nação brasileira em 1648, Castro (2002) não encontra uma continuidade histórica que assegure tais ligações. Na sua expressão:

[...] de fato, em 1648 não havia ainda uma “nação brasileira” nem um “Exército brasileiro” – que só passariam a existir com a Independência, ocorrida 174 anos depois. Além disso, de Guararapes não resultou a constituição de nenhuma unidade militar que tivesse, do ponto de vista institucional, continuidade histórica com qualquer unidade do atual Exército Brasileiro. Esses fatos são deixados de lado no mito criado pelo Exército em torno do evento, cuja força provém da continuidade de um “espírito de Guararapes”, marcando o entrelaçamento simbólico de duas “instituições permanentes e indissolúveis”: o Exército e a nação. (CASTRO, 2002, p. 72-73).

Dessa forma, o discurso patriótico que tenta conquistar sentimentos de lealdade e amor à pátria constitui, como aponta Pollak (1992), um trabalho de “enquadramento da memória coletiva”, desenhado por intelectuais orgânicos do Estado-Nação e celebrados em instituições como quartéis, escolas, espaços e repartições públicas.

Assim, afirmar que o nascimento do Exército Brasileiro aconteceu em 1648 na luta para expulsar os holandeses do Brasil constitui uma clara evidência de uma tradição inventada com a finalidade de estabelecer “uma continuidade com o passado” (Hobsbawm, 1984), muitas vezes muito distante. Não é outra a impressão que se tem das palavras do Comandante do Exército, por ocasião do 359º aniversário do Exército Brasileiro, transcrita no periódico *Noticiário do Exército*:

Comemoramos, hoje, o 359º aniversário de nossa Força Armada. Vai longe o dia que, nos idos de 1648, nos campos os Guararapes, nasciam a semente da nacionalidade e as origens do Exército Brasileiro. Irmanados na luta contra o invasor holandês, negros, cafuzos, índios, caboclos, brancos e mulatos verteram o próprio sangue em defesa do solo sagrado onde viviam. O heroísmo dos portugueses Dias Cardoso e Fernandes Vieira, do índio Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e de tantos outros permitiu-nos, pela primeira vez, falar em pátria. (*Noticiário do Exército*, n. 10.381, de 19 de abr. 2007).

O espaço/tempo vivido pelos recrutas durante o período de adaptação à vida na caserna é um ritual de passagem, de negociação, de partilhas, mesmo que de forma dissimulada e sutil, como exemplificam as práticas de reação dos recrutas às ações dos poderes disciplinares, apresentados na primeira parte deste capítulo.

Ao final de tal período, encerrado geralmente com um exercício de campo, denominado acampamento, os recrutas são reconhecidos como adaptados à vida militar. A instituição considera, portanto, que os mesmos já foram talhados pelo espírito da caserna, apresentando condições básicas de convivência no quartel. Na ocasião, é feita uma formatura para marcar solenemente a *vitória* sobre a fase de adaptação que os mesmos viveram. Nela, os recrutas foram cobrados nos aspectos físicos, psíquicos, emocionais e morais. A cerimônia é assistida por seus familiares e amigos.

O ápice da solenidade é o momento de entrega da boina ao recruta. Ela é apresentada simbolizando o reconhecimento da instituição ao êxito alcançado durante as instruções de formação, ou, lembrando mais uma vez Goffman (2007), de “mortificação do eu”. No momento, é feita a leitura da Ordem do Dia do comandante do quartel, onde é evidenciado o mérito que todos se fizeram merecedores: ao *justo* uso da peça-símbolo pelo conscrito feito militar. Ratificando essa nova condição, a partir do recebimento da boina é que os *novos*

militares conquistam o direito de saírem fardados do quartel. A Ordem do Dia do comandante do 28º Batalhão Logístico para a solenidade de entrega da boina aos recrutas de 2007 assim se referiu ao significado que a mesma deveria ter para o recruta:

Soldados do 28º Batalhão Logístico, no dia de hoje, cada um de vocês passa a envergar [usar como uniforme] a boina preta, símbolo do combatente básico e mecanizado, a cobertura que diferenciou a primeira tropa especializada, e, até os dias atuais, é empregada por todos os exércitos do mundo para honrar suas frações que combatem sobre estes monstros de aço. Esta representa para vocês, não apenas um adereço, mas sim o peso de se submeterem a um rigoroso período de internato, mais de dez semanas de intensas atividades físicas e militares e quase noventa horas acordados durante o acampamento, sob diversas restrições de comida e água. [...] Quando ostentarem a boina preta, lembrem-se que esta não é apenas uma cobertura, ela é a coroação do período básico de formação militar [adaptação]. Aos pais e familiares o agradecimento dos militares do batalhão, pois temos ciência que as ausências repetitivas, os estresses físicos e emocionais só puderam ser suportados pelo apoio constante e incondicional para estes, que no dia de hoje, se põem diante de vocês, orgulhosos pela conquista. (EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico, Ordem do Dia para entrega da boina, maio 2007.).

O ato é repleto de emoção. Geralmente o recruta indica um parente, os pais, a namorada ou um amigo, na condição de padrinho, para entregar-lhe a boina. Em determinado momento do ritual é dado o comando de *à vontade*, ocasião em que os padrinhos se aproximam dos afilhados e realizam a colocação simbólica da honraria sobre a cabeça do recruta. Todos, recrutas e familiares, vivem momentos de confraternização e se parabenizam pela fase superada, sob um fundo musical que lembra vitória, sucesso, superação.

Procedimento semelhante ao da entrega da boina ao recruta é o realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, durante a entrega do espadim aos novos alunos. Segundo Castro (2004), é somente depois que recebem o espadim que os novos alunos perdem a condição de “bichos” (novatos da Academia) e assumem a posição de cadete. O recebimento do espadim pelo cadete e da boina pelo recruta constituem rituais que tentam marcar, simbolicamente, a mudança que os mesmos sofreram, bem como a *nova identidade* que agora assumem como militares. É uma celebração do novo, *um batismo*, após ficar por certo tempo à disposição dos mecanismos de uma Instituição Total, o Exército. Abaixo figuras de momentos que retrataram tais rituais de passagem:

Figura 19: Solenidade no 28º Batalhão Logístico. Mãe entregando boina ao filho. Dourados/MS 2007.



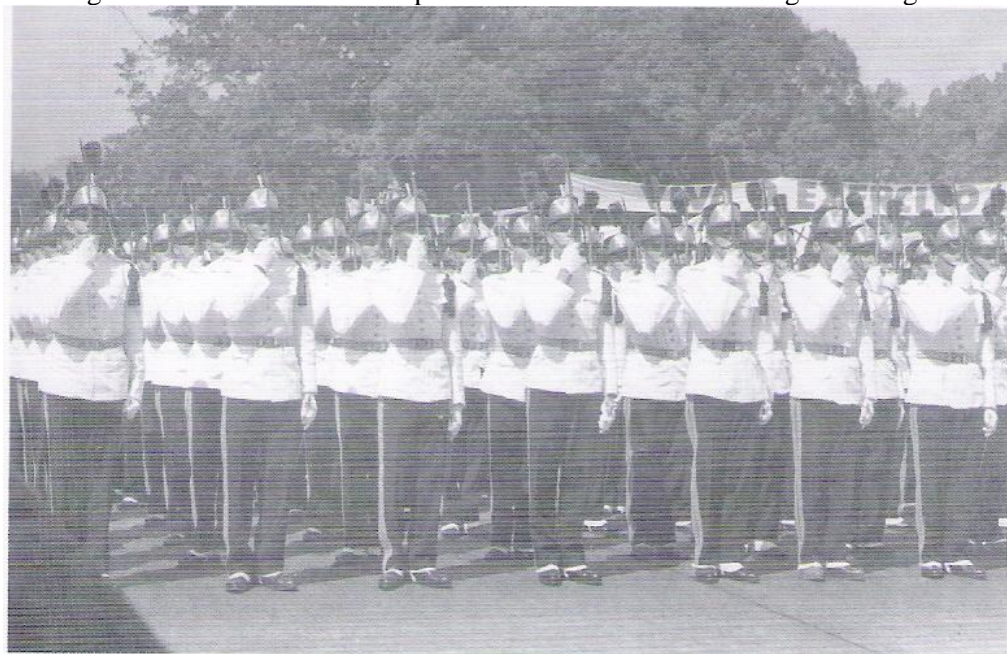
Fonte: Álbum do autor.

Figura 20: Confraternização durante entrega da boina.
28º Batalhão Logístico. Dourados/MS.



Fonte: Álbum do autor. 2007.

Figura 21: Recebimento do espadim. Academia Militar das Agulhas Negras.



Fonte: CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*.

Talvez o ritual que culmine, no olhar da instituição, o envolvimento do cidadão com a pátria seja o Compromisso do Recruta. Também conhecido como Juramento à Bandeira, o rito é uma espécie de pacto, realizado anualmente no dia 25 de agosto, ocasião em que o Exército comemora o Dia do Soldado, reverenciando o aniversário de nascimento do Duque de Caxias, patrono da Força Terrestre e tido como *exemplo de cidadão e militar*.

A cerimônia consta de ato obrigatório e desenvolve-se da seguinte maneira: todos os recrutas são colocados, em forma, na frente do pavilhão nacional; levantam o braço direito de maneira a deixá-lo paralelo ao solo e, com a mão direita estendida e dedos unidos, pronunciam o compromisso do recruta, em voz alta, repetindo frase por frase, conforme proferida pelo locutor do cerimonial. O Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar e das Forças Armadas assim padroniza o compromisso do recruta:

Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. E dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida. (BOLETIM DO EXÉRCITO, n. 21, de 29 mai. 2009).

Todavia, o que fica evidenciado é que muitos recrutas não conseguem se sensibilizar com os apelos em prol da mensagem patriótica que o quartel tenta passar. Muitas vezes participam dessas solenidades e rituais que objetivam despertar o patriotismo e saem das mesmas sem sequer lembrarem do que foi falado ou cultuado. Estavam mais interessados no término da cerimônia para serem liberados.

As imagens representadas pelos bustos, monumentos e estátuas, no interior dos quartéis, com fins de reverenciar a memória de *heróis* nacionais e outros ícones que constituem exemplos de patriotismo que devem ser seguidos, não conseguem conquistar a lealdade dos recrutas. Em entrevista concedida ao autor, Patric Sampati dos Santos afirmou:

[...] Para o recruta que tá alí [no quartel] não tem muita noção de quem foi aquele busto, aquele herói. Pra ele, não tem muita importância aquela imagem, aquela estátua. Para o recruta que tá alí [sic] há pouco tempo acaba sendo um busto como outro qualquer. A imagem que se aprende sobre isso é forçada, nas instruções e você escuta e [sic] depois esquece, não tem importância para você. (SANTOS, Entrevista em 29 jan. 2009).

Eremildo expôs uma realidade de completo desconhecimento do nascimento do Exército em 1648, por ocasião da batalha de Guararapes, em Pernambuco. Com relação aos bustos e aos monumentos de heróis existentes no quartel, sua fala deixa claro que tais representações apenas ornamentam o espaço do aquartelamento, não tendo muito significado para ele:

Lá no quartel falaram como surgiu o Exército, agora ó, (*sic*) não lembro mais de nada não. Pra mim o Exército tá (*sic*) aí pra entrar em ação qualquer hora. Essa coisa de passado é museu. Outra situação que acho babaquice são esses bustos e estátuas no quartel. Apenas serve pra “decorar” o terreno, como jarro. Lá na Brigada [4ª Brigada de Cavalaria em Dourados/MS] tem um de

Antonio João, tá [sic] lá no meio das plantas, na grama. (EREMILDO, Entrevista em 10 jan. 09).

No tocante ao envolvimento com a pátria, a ponto de oferecer a própria vida pela mesma, tal realidade soa mais como romantismo do que como uma convicção individual. Dos entrevistados, quase todos fizeram ressalvas quanto às possibilidades de irem para uma guerra somente porque a pátria estava convocando. Colocaram em primeiro lugar suas vidas, suas famílias e também fizeram ressalvas sobre as causas pelas quais lutariam. Claro que essas foram suas respostas enquanto cidadãos, não foi questionado a imposição do Estado para irem à guerra, mas sua voluntariedade patriótica. No documentário *PQD*, um jovem recruta, quando indagado pelo produtor sobre seus sentimentos patrióticos, de amor ao Brasil, se iria à guerra para defender a pátria, manifestou algumas ressalvas quanto à essa possibilidade:

Se não for para eu morrer, eu mato mesmo. Agora tirar a vida de uma pessoa de forma avulsa [sem um motivo] não tenho coragem. É o que sempre falo: se me dessem uma vaga para ir ao Haiti [missão do Exército Brasileiro no exterior] eu ia. Mas chegar lá e matar uma pessoa só porque ela não quer fazer o que o governo manda! Eu tenho dúvida se faria isso, matar uma pessoa por algo que não tem nada a ver. Isso eu não faria. (PQD, 2007, WASHINGTON).

Juramento à bandeira, recebimento da boina, celebração do dia do Exército, culto aos heróis nacionais, dentre outros rituais, fazem parte de um programa curricular pedagogicamente organizado pela Força, com fins de reforçar e construir laços de pertencimento ao Exército, e, como corolário, ao Estado-Nação. Em suma, são processos que tentam elaborar identidades leais para com a pátria, colocando-a acima de todos os outros apelos identitários possíveis. Entretanto, é oportuno esclarecer que tais autores sociais negociam, adaptam, traduzem os apelos e interpelações da instituição à sua maneira. Isso pode provocar certos desvios nos resultados esperados. Conforme vimos no segundo capítulo, o patriotismo, e com ele os ideais de morrer pela pátria, não é a primeira prioridade elencada por ex-recrutas quando indagados por que foram voluntários para servirem ao Exército. Ao jurarem à bandeira e prometerem, se for preciso, doarem a própria vida à pátria, o fazem somente para cumprir rituais e formalidades instituídas pelo Exército. Agindo dessa maneira, os recrutas assumem uma postura de “convertido” (Goffman, 2007) aos valores apregoados pela instituição militar. Para o autor, o convertido interpreta as exigências da instituição e representa atitudes comportamentais que, para a mesma, seriam perfeitas: disciplinado, patriota e convicto de que, se preciso, morreria pela pátria. Assim procedendo, encontram

uma forma de melhor adaptação à mesma, sem, entretanto, assimilarem totalmente o discurso dirigente. Para Goffman, durante a conversão:

[...] o internado parece aceitar a interpretação oficial (ou da equipe dirigente) e tenta representar o papel do internado perfeito. Se o internado colonizado constitui, na medida do possível, uma comunidade livre para si mesmo, ao usar os limitados recursos disponíveis, o convertido aceita uma tática mais disciplinada, moralista e monocromática, apresentando-se como alguém cujo entusiasmo pela instituição esta sempre à disposição da equipe dirigente. Nos campos chineses de prisioneiros de guerra, encontramos norte-americanos que se tornaram “a favor” e aceitaram integralmente a interpretação comunista do mundo. Nos quartéis, há convocados que parecem sempre “satisfeitos” e em busca de promoções. (GOFFMAN, 2007, p. 61). [aspas do autor].

As culturas, não existem de forma isolada. As delimitações das mesmas dentro dos limites fronteiriços de territórios nacionais constituem, como bem afirmou Pierre Bourdieu, “um ato arbitrário” de divisão de espaços. Elas representam as lutas e as interações de grupos para fazerem valer seus discursos como os legítimos. O Estado-Nação é o discurso da região, dos limites fronteiriços, do corpo da pátria. Na expressão de Bourdieu:

A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxionomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. (BOURDIEU, 2005, p. 114 – 115).

Neste início de terceiro milênio, então, com as modernas tecnologias de comunicação, como a internet, meios de transporte que reduzem as distâncias entre os continentes para algumas horas, tudo isso torna as culturas cada vez mais próximas umas das outras. Os Estados Nacionais lutam pela lealdade dos seus cidadãos, enquanto esses reinventam suas identidades, partilham, inclusive, a nacional. Como bem afirmou Néstor Garcia Canclini: “[...] hoje todas as culturas são de fronteira.” (CANCLINI, 2003, p. 348).

O Estado-Nação nunca foi a realidade política desejada pela burguesia liberal. Essa, por sua vez, desenhou o mapa político do mundo seguindo critérios individualistas. Entretanto, não foi possível ao liberalismo econômico prescindir da ação do Estado-Nação. Para Marilena Chauí:

[...] o liberalismo tem dificuldades para operar com a ideia de nação, de Estado Nacional porque, para a ideologia liberal, a realidade se reduz a duas referências: um unidade mínima, o indivíduo, e uma unidade máxima, a empresa, de sorte que não parece haver necessidade de construir uma unidade superior a estas. No entanto, os economistas liberais não podiam operar sem o conceito de nacional, pois era fato inegável que havia o Estado com o monopólio da moeda, com finanças públicas e atividades fiscais, além da função de garantir a segurança da propriedade privada e dos contratos econômicos, e do controle do aparato militar de repressão às classes populares. Os economistas liberais afirmavam por isso que a riqueza das nações dependia de estarem elas sob governos regulares e que a fragmentação nacional, ou Estados nacionais, era favorável à competitividade econômica e ao progresso. (CHAUI, 2000, p. 17).

Assim, ao observarmos a interdependência do mundo atual em termos de economia, política e cultura, ficamos imaginando se o modelo de divisão do mapa político do mundo, baseado no Estado-Nação, ainda interessa às elites de hoje como àquelas que no passado orquestram e lutaram por sua invenção. Parece que os grandes conglomerados econômicos e políticos, a exemplo da União Européia, do Mercosul, entre outros, apontam para um modelo que apelará para lealdades mais *alargadas*, para regiões que vão além do Estado-Nação. Como será a elite governamental, mundial, que disciplinará e construirá essa nova comunidade imaginada? Será possível? Como serão escolhidos seus semióforos?

Todavia, tais questionamentos fogem aos propósitos deste trabalho. Pelo que vimos até o momento, o apelo patriótico de instituições como o Exército talvez sensibilize menos do que um jogo da Seleção Brasileira de Futebol. E até nesses casos encontramos muitos torcedores que têm preferências que fogem à seleção e aos clubes brasileiros, alcançando, principalmente, times europeus de futebol. Prova de que as identidades são formadas por escolhas individuais e não por imposições. Impondo, conseguiremos mais *convertidos* do que patriotas, sobretudo quando o que está em jogo é mais uma luta por sobrevivência em uma guerra diária. Uma luta que coloca todos contra todos, sem precisar, necessariamente, haver tiros de canhão.

Finalizo o capítulo deixando ao leitor a liberdade para refletir sobre essas novas possibilidades identitárias. Talvez estejamos longe do fim dos nacionalismos e dos patriotismos, entretanto é possível opinar de que tais conceitos não atendem mais as entidades políticas como no passado. Cada vez mais as pessoas fazem suas escolhas e negociam suas identidades conforme seus interesses. Buscam suas referências e valores culturais num mercado simbólico que é transnacional. Ser brasileiro e patriota é somente uma forma de escolhas ocasionais, entre tantas outras possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Um trabalho de pesquisa nunca acaba, somos nós que temos que estabelecer seu fim. (FALCHI, 2007, p. 210).

Foi a tentativa de me apropriar de um discurso que elaborasse uma representação da problemática do Serviço Militar Obrigatório no Brasil que me lançou nessa empreitada. Acredito ter chegado a hora de fazer algumas considerações finais, aplicar uma primeira *mão-de-tinta*, diria um pintor, na versão desse discurso.

Como bem aponta Falchi, citando orientações do professor Paulo Cimó e colocada na epígrafe acima, este trabalho não acabou, decidi fazer uma parada breve. Dito de outra forma: a partir dele espero que novas abordagens, novas fontes, novas problemáticas possam suscitar novos olhares acerca do objeto. Ele representa apenas o início de uma longa caminhada que por hora se encontra nesse estágio.

No início, evidenciei o desafio de trabalhar com um tema tão complexo como é a chamada História do Tempo Presente, pois acredito, como Bloch (2001), que no seu ofício, o historiador não pode prescindir do seu tempo, de sua época. É a partir desta que ele *fareja*, nos vestígios do passado, a ligação, o *continuum* que o prende à contemporaneidade.

Procurei esclarecer como o Serviço Militar Obrigatório no Brasil foi apontado pelas elites políticas e civis no início do século XX como uma ótima *ferramenta* a ser usada na construção da nacionalidade, do patriotismo e no disciplinamento do corpo social. Tais medidas foram conduzidas e implantadas sob a égide de ações de grupos como os *Jovens Turcos* e a *Liga de Defesa Nacional*, além do empenho pessoal do poeta Olavo Bilac. Nessa campanha, sofreram oposição e protestos de segmentos da sociedade que não entendiam da mesma forma a construção da nação. Nesse rol estavam o estadista Alberto Torres e alas dos movimentos esquerdistas da época.

O Serviço Militar Obrigatório, nos dias atuais, ainda possui fortes ligações com o discurso que marcou os embates políticos para sua implantação no Brasil. Os quartéis continuam formando recrutas sob o viés pedagógico de fabricar *bons cidadãos*, ordeiros e patriotas, devotos da pátria, em detrimento de sinais que apontam para uma nova configuração da ordem política e econômica mundial, onde ainda não se sabe, ao certo, qual será o papel que os Estados Nacionais, e com eles os nacionalismos, ocuparão dentro dela.

Como se pôde inferir ao longo dos capítulos desta exposição, a luta pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil nunca conseguiu estendê-lo a todas as classes sociais. O ideal de obrigatoriedade, de universalidade e de nivelador republicano reveste-se de certa retórica utópica. Devido à modernização do sistema de recrutamento e à consequente melhoria do sistema de fiscalização e controle dos cidadãos disponíveis, as Forças Armadas

conseguem alistar e recrutar uma quantidade bem acima de suas capacidades reais de incorporação. Aliado a isso, o desemprego e a falta de oportunidades que assolam grande parte dos jovens pobres em idade de prestar o Serviço Militar têm transformado o mesmo no *sonho dourado* de suas realizações pessoais. Isso justifica, em muito, o aumento da quantidade dos que são voluntários. Um aumento de demanda que, com certeza, impede a transformação, pelo menos em médio prazo, do Serviço Militar em um nivelador republicano, talvez sendo mais apropriado falar em *termômetro da pobreza*.

Por outro lado, o Exército, bem como a Marinha e a Aeronáutica, terminam funcionando como agentes de inclusão social, na falta de uma política que atenda às demandas de profissionalização e emprego da juventude pertencente às classes mais humildes da população. As Forças Armadas transformam-se nos *curingas*, servindo como paliativos para a falta de ações de inserção do jovem à sociedade.

Enfim, acredito que a construção da nação e da pátria é uma tarefa que vai além das propostas do Serviço Militar. O Exército forma profissionais da guerra e sua tarefa é a defesa do país. Acreditar na importância do Serviço Militar para a formação moral, social e cívica do cidadão é desacreditar no papel da família, da educação e do Estado. Somente com investimentos em educação teremos condições de exercer nossa cidadania plena, e o exercício da cidadania somente é possível num regime democrático, onde a imposição legal de tornar cada cidadão um soldado caracteriza uma contradição, uma servidão na qual somente os pobres, historicamente, são os alvos.

Com patriotismo ou sem patriotismo, o que está em jogo, para os recrutas é uma luta por sobrevivência. O período do Serviço Militar é apenas uma oportunidade de realizá-la. Construir uma versão dessa história foi minha intenção neste trabalho.

Todavia, já me sinto satisfeito se este trabalho conseguir, de alguma forma, colaborar com outras pesquisas, possibilitando uma *trilha* ao ofício do historiador na sua busca incessante pela compreensão das ações humanas, dos homens de ontem e dos de hoje. Pois, como bem expressou Bloch: A História é a “Ciência dos homens no tempo”. (BLOCH, 2001, p. 55).

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERTONHA, João Fábio. *Recrutas ou profissionais? Os dilemas das Forças Armadas dos EUA na virada do século XXI*. Boletim Meridiano 47. Disponível em <http://meridiano47.info/2088/01/11/recrutas-ou-profissionais-os-dilemas-das-forças-armadas-dos-eua-na-virada-do-seculo> . Acesso em: 10 out. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL, *Constituição Federal de 1988.I*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BRASIL, *Constituição Federal de 1824*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção Constituições Brasileiras.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um Historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru, SP: 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. ; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As Malhas de Aço no Tecido Social: a revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. 1985. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *Goffman e os Militares: sobre o conceito de Instituição Total*. In: Revista Militares e Política, jul. a dez. 2007. Disponível em: <<http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/anter.html>> Acesso em: 10 out. 2007.
- _____. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. ; CHINELLI, Fernanda. *Serviço Militar Obrigatório: o ponto de vista dos recrutas*. In: 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). 24 a 28 out. 2006.
- CASTRO, Celso. ; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. Brasiliana, v. 359.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército Brasileiro e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Manual de Ordem Unida*. 3. ed. Brasília: Gráfica do Exército, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FALCHI, Edna de. *Na Luta Por Um Pedaco de Chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do Sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARRIDO, Joan Del Alcázar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, 1992. v. 13, n. 25/26, p. 33 – 54.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. E. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. HOBSBAWM, Eric J. E. *A Era dos Impérios (1875 – 1914)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. E. ; RANGER, Terence. (Org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KULHMANN, Paulo Roberto Loyolla: *O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: razões de permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LEAL, José Alberto . *Serviço Militar Obrigatório: a alternativa adequada*. Disponível em: < <http://dsm.dgp.eb.mil.br/destaques/servicomilitarobrigatorio.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MATTOSO, José. *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889 – 1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Aliança Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil (1889 – 1917)*. 1997. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

PORTO JUNIOR, Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2.: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *A História do Presente como tempo da memória*. Disponível em: < <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006> > Acesso em: 18 abr. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. Brasileira, v. 17.

WINSTON, Robert D. *O Papel do Serviço Militar Obrigatório nas Democracias das Américas*. Disponível em: < www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/2002/3tri02/winston.htm >. Acesso em: 3 set. 2009.

AMADO, Janaína. *A culpa nossa de cada dia: ética e história oral*. Projeto História. PUC-SP, n. 15, abr. 1997. p. 145 – 155.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROS, José D`Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CHAUVEAU, Agnés.; TÉTART, Philipp. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSCA, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDELIER, Serge (Org.). *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PRIETO, Saturnino Sánchez. *Y qué es la historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de secundaria*. Madrid: Siglo XXI de Espanha Editores, 1995.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. Tomo 1.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP: FAPESP, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro: o que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

ENTREVISTAS

EREMILDO. Entrevista [10 jan. 2009]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 35 minutos.

FERREIRA, Leandro dos Santos. Entrevista [8 jan. 2009]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 32 minutos.

INFORMAÇÃO VERBAL. Entrevista [13 nov. 2008]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 37 minutos.

PEREIRA, Wander Jairo. Entrevista [7 jan. 2009] Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 41 minutos.

SANTOS, Patric Sampati dos. Entrevista [29 jan. 2009]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 49 minutos.

SILVA, Josselmo Moreira da. Entrevista [7 jan. 2009]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 38 minutos.

SOUZA, Elvis Ortiz de. Entrevista [28 jan. 2009]. Entrevistador: João Maria de Lima. Dourados, MS, 41 minutos.

DOCUMENTOS

BOLETIM DO EXÉRCITO n. 21, 29 maio 2009. Dourados, MS:2009.

BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: <www.defesa.gov.br> Acesso em: 17 abr. 09.

COMANDANTE DO EXÉRCITO. Mensagem aos novos recrutas incorporados em 2008. Disponível em: <www.exercito.gov.br> Acesso em: 10 out. 2008.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Roberto Pompeu de Toledo. Reviravolta no quartel: o ministro Jobim quer fazer do serviço militar um nivelador republicano. Disponível em: <www.exercito.gov.br/resenha/homepage.htm> Acesso em 10 set. 2008. Pesquisar Resenha Word de 9 set. 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Seção do Serviço Militar Regional. Relatório final de seleção. [anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005]. 9ª. Região Militar Campo Grande, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comandos Militares de Áreas e Regiões Militares. Disponível em: www.exercito.gov.br . Acesso em: 10 out. 09. EXÉRCITO

BRASILEIRO. 1ª Delegacia do Serviço Militar. Relação dos municípios tributários e não tributários para o ano de 2008. Dourados, MS: 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 1ª Delegacia do Serviço Militar. Relatórios dos alistados. [2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005]. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Programa Padrão Básico (PPB/2): formação básica do combatente. 4. ed. Brasília, DF: Editoração gráfica do Comando de Operações Terrestres (COTER), 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Plano de Sessão de Educação Moral e Cívica. 3ª Seção, 6 mar. 2007. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Texto para a Ordem do Dia, lido durante a solenidade de Entrega da Boina aos recrutas do ano de 2007. Dourados, MS: 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2000 n. 043 de 1 mar. 2000. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2001 n. 041 de 1 mar. 2001. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2002 n. 041 de 1 mar. 2002. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2003 n. 044 de 6 mar. 2003. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2004 n. 040 de 1 mar. 2004. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 28º Batalhão Logístico. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2005 n. 040 de 1 mar. 2005. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2000 n. 043 de 1 mar. 2000. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2001 n. 041 de 1 mar. 2001. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2002 n. 041 de 1 mar. 2002. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2003 n. 044 de 6 mar. 2003. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2004 n. 040 de 1 mar. 2004. Dourados, MS: 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 14ª Companhia de Comunicações. Aditamento ao Boletim Interno (ABI) da incorporação de 2005 n. 041 de 2 fev. 2005. Dourados, MS: 2009.

FAHRENHEIT: 11 de setembro. Direção. Michael Moore. Produção: Michael Moore. 2004. 1 DVD, 122 min.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Divisão do Serviço Militar. *Plano geral de convocação para o ano de 2008*. p. 7. Brasília, DF: Gráfica do Exército, 2007.

PQD. Direção: Guilherme Coelho. Produção: Matizar Filmes. 2007. 1 DVD, 90 min.

QUESTIONÁRIOS de opinião sobre o Serviço Militar Obrigatório respondidos por funcionários da empresa Sebival. Trabalho de campo do autor. Dourados, MS.

TV CAMARA. Programa Brasil em Debate. Exibido em 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/?lnk=PESQUISA-POR-VIDEO&selecao=PESQUISA&assunto=&programa=4>> Acesso em: 10 jul. 2009.

JORNAIS E REVISTAS

Revista *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, out./dez. 1990, n. 750, p. 2.

Revista *Verde-Oliva*, Brasília, DF, jan./fev./mar. 2009, n. 200, p. 44.

Revista do *Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, RJ, v. 143, 3. quadrimestre 2006, capa.

Revista da *Semana*, São Paulo, SP, ed. 55, n. 37, 25 set. 2008, p. 15.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Jornal Nacional*. Crise e orçamento menor fazem Exército diminuir número de recrutas em até 75%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Nacional/Brasil/0,,MUL1035663-5598,00.html>> Acesso em: 20 mar. 2009.

Jornal *Noticiário do Exército*, Brasília, DF, n. 10.534, 10 dez. 2008, p. 3.

Jornal *Noticiário do Exército*, Brasília, DF, n. 10.381, 19 abr. 2007, p. 1.

Jornal *Noticiário do Exército*, Brasília, DF, n. 10.527, 21 nov. 2008, p. 3.

.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, _____ de agosto de 2010.

João Maria de Lima